

ISSN 0011-7641



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO XCI - Nº 801 - JAN/FEV/MAR/ABR DE 2005



**NOVAS TEORIAS DE PODER MUNDIAL
E O BRASIL POTÊNCIA**

Carlos de Meira Mattos

**MAIO DE 2005: 60 ANOS DO
FIM DO III REICH**

Almir Santos

**ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**

Da imprensa



Poder Nacional

*"Uns querem e não podem,
Outros podem mas não querem.
Nós, que queremos e podemos,
agradecemos a Deus."*

(Uma prece)

Poder, no seu significado mais amplo, é a capacidade ou a possibilidade de agir, de realizar. O poder nacional, tal como o entendemos, é a capacidade de que dispõe a nação para conquistar e defender seus objetivos. Os objetivos de uma nação são definidos por suas necessidades e aspirações vitais, indispensáveis a sua presença afirmativa entre as demais nações. Buscar atingir esses objetivos depende da vontade coletiva.

Uns querem e não podem, Outros podem mas não querem. Sem a vontade individual que dá confiança, motiva e impulsiona o homem na luta por sua auto-realização, não há vontade coletiva. A vontade cidadã é o núcleo vital da vontade nacional. Sem vontade não há decisão, não há a busca dos objetivos que farão a nação respeitada, não há poder nacional.

Os objetivos da Nação brasileira estão explícitos nos artigos 1º e 3º da Constituição de 1988.

Os que participaram da grande revolução brasileira ao longo dos últimos cinquenta anos sabem o quanto é difícil perseverar na vontade individual e coletiva.

O Brasil é hoje um grande País. Não foi fácil fazê-lo assim e não será fácil fazer que se cumpram as expectativas em seu futuro.

Se hoje ele já é presente e respeitado nas coisas do mundo, amanhã ele também o será, porque, nós, brasileiros, *queremos e podemos* fazê-lo maior, mais livre, mais justo, mais Brasil.

SUMÁRIO

NOVASTEORIAS DE PODER MUNDIAL E O BRASIL POTÊNCIA	3
<i>Carlos de Meira Mattos</i>	
ESCALADA RUMO AO PODER	6
<i>José Meirelles Passos</i>	
UM SÉCULO DE ARON – O COMBATENTE DA LIBERDADE	8
<i>Ipojuca Pontes</i>	
MAIO DE 2005; 60 ANOS DO FIM DO III REICH	11
<i>Almir Santos</i>	
SÃO PAULO, O GRANDE OBJETIVO	20
<i>Jarbas Passarinho</i>	
OS COMBATENTES DA “LIBERDADE”	22
<i>Denis Rosenfield</i>	
ATENDENDO A UM APELO E FAZENDO A MINHA PARTE	24
<i>Jorge Baptista Ribeiro</i>	
CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA LIDERANÇA MILITAR	31
<i>Claudio Herbert Nina e Silva, André Gonçalves Mellagi e Paolo Rosi D'ávila</i>	
O PARADIGMA HOLÍSTICO DA ADMINISTRAÇÃO MODERNA	39
<i>Waldicir Rosa da Silva</i>	
COCHILOS E PRECONCEITOS NA COBERTURA DA ÁREA MILITAR PELA MÍDIA	43
<i>Mário Augusto Jakobskind</i>	
ASPECTOS DA CONJUNTURA INTERNACIONAL	45
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
RESENHA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS	
Desafios fazem da união sul-americana um sonho	61
A política externa brasileira na América do Sul	62
A reforma da ONU	63
DA IMPRENSA – Energia para o desenvolvimento econômico e social	
Novo modelo do setor elétrico	66
Modelo de desenvolvimento para a indústria do gás natural do Brasil	67
Governo Federal autoriza uso comercial do biodiesel	68
Energia nuclear	72
ATUALIDADES	
Conjunção astral adversa: IDH e auto-estima em baixa	82
<i>Josef Barat</i>	
A importância do capital moral	83
<i>Ubiratan Iorio</i>	
Imposição da democracia no mundo	84
<i>Manuel Cambeses Júnior</i>	
EUA desenvolvem armas nucleares do futuro	85
<i>William J. Broad</i>	
Potência, mas sem influência	86
<i>Rubens Barbosa</i>	
Saindo da areia movediça	87
<i>David Brooks</i>	
América	89
<i>Michael Ventura</i>	
Diplomacia sem respaldo	91
<i>Antônio Sepúlveda</i>	
A difusão da ignorância	92
<i>Olavo de Carvalho</i>	
O valor militar do General Mascarenhas de Moraes no Teatro de Operações da Itália	93
<i>Geraldo Luiz Nery da Silva</i>	

Novas teorias de poder mundial e o Brasil potência*

Carlos de Meira Mattos**

Durante os últimos cem anos, três teorias geopolíticas dominaram a mente dos estudiosos de política internacional das grandes potências:

- A teoria do *heart land* (1904), também chamada de teoria do poder terrestre, de autoria do geógrafo e diplomata inglês Halford Mackinder, segundo a qual a potência que dominar *area pivot*, centro da massa continental euro-asiática, dominará a Ilha Mundial, e quem dominar a Ilha Mundial dominará o mundo;

- A teoria do professor norte-americano Nicholas Spykman (1942), que prevê a conquista da Ilha Mundial pelas fimbrias, partindo da conquista das áreas costeiras (contrariando Mackinder que antevia essa conquista partindo do interior do continente euro-asiático);

- A mais antiga, a teoria do Poder Marítimo (1890), do Almirante Alfred T. Mahan, escritor e geopolítico norte-americano, prevendo a conquista do mundo pela potência que dominar os mares, os estreitos e as passagens obrigatórias da navegação marítima, assegurando-lhe a capacidade de livre navegação por todas as partes do planeta.

Estas três teorias influíram na mente e nas decisões de importantes chefes de governo do passado, tais como Theodore Roosevelt, Guilherme II, Hitler, Mussolini, Churchill, Stalin, Franklin Roosevelt, De Gaulle e por último Reagan. A estratégia da política de poder da Alemanha no tempo do *kaiser* Guilherme II e de Hitler, assim como a da antiga União Soviética, refletiu as teorias de Mackinder, enquanto a estratégia de poder

norte-americana tem sido inspirada pelas teorias do Almirante Mahan e do professor Spykman.

Novas teorias do poder mundial vêm ocupando o cenário internacional, após a desagregação da União Soviética, que causou o fim da bipolaridade do poder mundial, e em face das pressões de uma sociedade globalizada. Entre várias das novas teorias, destacamos quatro que nos pareceram mais interessantes:

- A dos Blocos e Zonas Monetárias, do professor francês Jacques Brochard, contida no seu livro *Le Mirage du Futur - La Nouvelle Ordre International* (1990);

- A do Lime ou da fronteira viva móvel, do internacionalista francês Jean Christophe Rufin, autor da obra *Armadilha Humanitária* (1991);

- A Tríade do Clube de Roma, uma visão do mundo como uma sociedade organizada nos moldes de uma enorme empresa multinacional;

- A da Incerteza (ou da Turbulência), do estrategista francês Pierre Lellouche, exposta, principalmente, no seu livro *Le Nouveau Monde de l'Ordre de Yalta au Desordre des Nations*.

Numa síntese comparativa sobre a visão de poder mundial oferecida pelas novas teorias, podemos concluir que os autores Brochard e Rufin, nas suas perspectivas, não acreditam na duração do poder hegemônico dos Estados Unidos. Vêm o domínio do planeta exercido por grupos dos mais poderosos - Estados Unidos, Europa Ocidental, Rússia e Japão (quando escreveram a China ainda era considerada potência secundária). Rufin vê a necessidade, para a preservação do poder do

* Artigos correlatos que são aqui transcritos em seqüência pela importância e oportunidade.

** O autor é General-de-Divisão, geopolítico e historiador.

Ocidente, de uma fronteira viva móvel, no sentido leste-oeste, contendo o enorme perigo da invasão da Europa pelos "novos bárbaros", povos africanos e asiáticos, de conseqüências imprevisíveis para a civilização e cultura ocidental-cristã. Teme o que chama de invasão da fome e a invasão do fanatismo religioso.

A Tríade do Clube de Roma (três blocos de nações liderados pelos Estados Unidos, Europa e Japão) prospecta a organização de uma sociedade mundial planejada, visando a evitar as anunciadas calamidades de nível planetário: descontrole ambiental, explosão populacional, crise energética, carência de água, perigo nuclear. Prevê um mundo organizado segundo o modelo das grandes empresas multinacionais, dirigida pelos três grupos de nações sob a supervisão dos Estados Unidos.

Por último, a teoria das Incertezas do Professor Lellouche previu que nos próximos 30 anos (escreveu em 1992) não haverá um poder capaz de dominar a turbulência provocada por inúmeros conflitos de índole social, étnica racial, fanatismo religioso, fome, ameaças de uso de armas de destruição em massa. Anteviu três décadas de desordens e incontrolável onda de violências, fora do controle de qualquer poder ordenador.

Praticamente, no presente, a sociedade mundial está vivendo um período de ausência temporária de um eficiente órgão ordenador, seja a ONU, União Européia, Pacto do Atlântico ou alguma superpotência. Estamos vivendo as previsões de Lellouche sobre a ausência temporária de um poder ordenador capaz de restabelecer a paz e a segurança, sufocando os vários pólos de conflitos graves, sangrentos, transnacionais, que se espalham pela Europa, Ásia e África. A chamada hegemonia norte-americana tem se mostrado insuficiente nesse mister de preservar a ordem mundial. A ONU, outros organismos internacionais, ou Estados nacionais igualmente têm fracassado nesse desiderato.

Todos os autores citados, em suas teorias, consideraram a América Latina uma zona de relativa estabilidade e descartável em termos de influir

na composição do poder mundial. Em se tratando do Brasil, não é isto que pensam outros pesquisadores estrangeiros que nos colocam na perspectiva de vir a se transformar numa grande potência dentro de 30 ou 50 anos.

Brasil potência

Periodicamente voltam à baila as avaliações de institutos internacionais de pesquisas e de autores estrangeiros versados em estudos prospectivos, apontando que o Brasil possui todos os predicados geográficos e humanos para vir a alcançar o nível de potência mundial. Ultimamente coube ao National Intelligence Council, dos Estados Unidos, apresentar um estudo prevendo que, nos próximos 15 anos, China, Brasil e Índia poderão conquistar um lugar entre as grandes potências mundiais.

O primeiro estudo sério de que nós tivemos conhecimento, sobre a possível ascensão do Brasil à categoria de grande potência, veio-nos dos livros publicados pelo Professor Ray Cline, presidente do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade Georgetown, Washington. Nesses livros, denominados *World Power Assessment - A Calculus of Strategic Drift*, visando à avaliação do poder estratégico dos países do planeta, republicado algumas vezes com as avaliações atualizadas, nas décadas de 1970 e 1980, o Brasil sempre figurou entre os oito países emergentes candidatos ao elenco das futuras grandes potências.

Em outro estudo recente, divulgado nos Estados Unidos, produzido pelos analistas da consultoria Goldman Sachs, o nosso país aparece com uma das possíveis cinco maiores economias do mundo daqui a cinquenta anos. É interessante observar que, em todas as prospecções sobre o futuro dos atuais países emergentes, sempre aparece o Brasil, ao lado da China e da Índia.

Qualquer pesquisa realizada por cientistas geopolíticos sempre valoriza as possibilidades políticas do Brasil, em termos de futuro poder.

Isto porque os geopolíticos, em suas análises, destacam como fatores do poder político: o território (extensão, posição e abundância de recursos naturais), população (número e qualidade), industrialização, economia (realizada e em potencial), instituições, poder militar (existente e mobilizável) e desenvolvimento científico e tecnológico.

Nessa linha de análise, o Brasil se destaca como quarto maior território do mundo, quinta ou sexta maior população, coesão política e social assegurada pelas ausências de conflitos raciais, étnicos ou religiosos, uma população ávida de progresso e relativo grau de desenvolvimento industrial e tecnológico.

Em nossa opinião, o Brasil é um país premiado pela natureza mas que, nos últimos cem anos, se atrasou na corrida para o progresso econômico e social, em virtude do mal desempenho de suas elites políticas, de seus governantes. Perdemos "o momento" da industrialização, da criação de uma infra-estrutura de transportes, de montar um sis-

tema de energia elétrica, de exploração petrolífera. Como dizia o nosso mestre sociólogo Gilberto Freyre, "sempre chegamos atrasados de pelo menos cinquenta anos".

Apesar de nos termos atrasado, ainda há tempo para optarmos pelo caminho da aceleração do desenvolvimento econômico e social e chegarmos à posição de potência ou, para quem preferir, de país desenvolvido, como visualizam os pesquisadores estrangeiros que acima mencionamos.

Esta possibilidade, entretanto, vem sendo cercada por uma política econômica monetarista de juros bancários altíssimos e de carga tributária elevadíssima, condições desanimadoras para o capital investidor. A estas causas retardadoras de nosso desenvolvimento econômico e social há de se acrescentar a mentalidade derrotista da maioria de nossa elite intelectual e de nossa imprensa, que não crê e ridiculariza as avaliações dos órgãos de pesquisa estrangeiros sobre o futuro de seu próprio País. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Restauração de Portugal e do Brasil

José Gerardo Barbosa

A obra apresenta a biografia de Francisco Barreto Menezes no contexto das guerras de restauração e de expulsão dos holandeses, bem como seu desempenho no governo do Estado do Brasil e na presidência da Junta de Comércio do Reino. O trabalho vem enriquecer a historiografia do Brasil Colonial, apresentando um conjunto de perfis de governadores, chefes políticos e militares da administração portuguesa. Apresenta um apêndice contendo textos documentais relevantes para conhecimento de seu biografado. É obra essencial para aprofundamento do conhecimento de nossa história.

Escalada rumo ao poder*

José Meirelles Passos**

O surgimento de quatro países como influentes atores globais – China, Índia, Brasil e Indonésia – e, principalmente, uma forte aliança entre eles fará surgir não apenas um novo e poderoso bloco como também provocará transformações significativas na geopolítica mundial ao longo dos próximos 15 anos.

Nesse período, a hegemonia dos Estados Unidos sofrerá desgastes, tornando-se mais vulnerável ao que acontecer em outros países, uma vez que se aprofundarão as conexões no comércio global. A Europa terá de adaptar sua força de trabalho, sob o risco de enfrentar um período de prolongada estagnação econômica. E instituições como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial correrão o risco de se tornarem obsoletas se não se ajustarem às mudanças que serão provocadas pelo surgimento desse novo pólo de poder.

Essa é a conclusão de um amplo e minucioso estudo que acaba de ser feito pelo Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos (NIC, na sigla em inglês), que reúne as 15 agências de inteligência do país e é coordenado pela CIA, a Agência Central de Inteligência. A coleta de dados e a sua interpretação foram realizadas para indicar ao governo norte-americano os riscos que tem pela frente e para sugerir maneiras de se lidar com a nova ordem mundial.

Brasil em posição privilegiada

O documento final, sob o título “Mapeando o futuro global”, traça as perspectivas mundiais

até 2020, apontando China e Índia como os dois principais fatores das mudanças que já estão se desenvolvendo e culminarão numa reviravolta sócio-político-financeira.

“As potências arrivistas – China, Índia, e talvez outras como Brasil e Indonésia – poderão promover um novo conjunto de alinhamentos internacionais, marcando potencialmente uma ruptura definitiva de algumas instituições e práticas pós-Segunda Guerra Mundial”, diz um trecho de estudo obtido pelo *O Globo*. As sugestões dos analistas que servirão de base à reavaliação da política externa norte-americana, diante das previsões contidas no estudo, permanecerão sigilosas.

A projeção da China, da Índia, do Brasil e da Indonésia no cenário mundial é apontada como algo semelhante ao advento da Alemanha unida no século XIX e ao poder obtido pelos EUA no século XX. O século XXI, segundo analistas, pode ser visto como a era em que a Ásia, liderada por China e Índia, passará a ser uma verdadeira potência – graças a uma combinação de alto crescimento econômico, expansão de suas capacidades militares e força de trabalho de suas grandes populações.

A avaliação diz ainda que embora China, Índia, Brasil e Indonésia tenham um impacto geopolítico mais limitado, o seu crescimento econômico e uma potencial aliança entre eles “vão criar uma nova paisagem”. China e Índia se tornarão líderes tecnológicos, e as corporações multinacionais terão suas principais bases na China, na Índia e no Brasil.

O documento diz ainda que “as empresas se tornarão globais e as corporações ficarão cada vez mais fora do controle de qualquer Estado”, acrescentando que elas serão responsáveis pela “disseminação da tecnologia, o que vai integrar

* Da imprensa.

** O autor é jornalista.

mais a economia mundial e promover o progresso econômico no mundo em desenvolvimento”.

Outro trecho assinala que “China, Índia, Brasil e Indonésia têm o potencial de tornar obsoletas as antigas categorias de Leste e Oeste, Norte e Sul, alinhados e não-alinhados, desenvolvidos e em desenvolvimento. Tradicionais grupamentos geográficos cada vez mais perderão destaque nas relações internacionais.”

O Brasil é definido nesse quadro como “um país com vibrante democracia, economia diversificada e população empreendedora, um grande patrimônio nacional, com sólidas instituições econômicas”. Os analistas do NIC insinuam que o Brasil estaria numa posição privilegiada, pois continuará sendo encarado como “um parceiro natural tanto dos EUA quanto da Europa, quanto das potências emergentes China e Índia, e tem ainda o potencial de aumentar a sua influência como um grande exportador de petróleo”.

Eles dizem que o sucesso ou o fracasso do Brasil “em equilibrar medidas pró-crescimento econômico com uma ambiciosa agenda social, que reduza a pobreza e a desigualdade de renda, terá um profundo impacto no comportamento econômico de toda a região e de seus governos durante os próximos anos”.

O documento prevê que o Produto Interno Bruto da China será maior do que o de todas

as potências ocidentais ao longo dos próximos quinze anos, ficando abaixo apenas do PIB dos EUA. O da Índia vai suplantar ou, no mínimo, será igual ao das economias européias. Em 2020, a China terá uma população de 1,4 bilhão de pessoas e a da Índia será de 1,3 bilhão, “mas o seu padrão de vida não precisará se aproximar dos níveis ocidentais para que estes países se tornem importantes potências econômicas”, diz um trecho do estudo.

A economia do Brasil poderá ser igual à dos países ricos da Europa, e a da Indonésia se aproximará desse índice. Assim como a Europa, o Japão e a Rússia sofrerão a crise do envelhecimento de sua população e do baixo índice de nascimentos. Segundo o estudo, apesar de a economia mundial continuar crescendo “de forma impressionante” até 2020 – ela deverá ser 80% maior do que a de 2000 e a média per capita será 50% mais alta –, os benefícios da globalização não serão gerais.

O estudo também faz um alerta: “Governos frágeis, economias atrasadas, extremismo religioso e o crescimento da juventude vão se alinhar para criar uma tempestade perfeita para conflitos internos em várias regiões. Alguns deles, particularmente os que envolvem grupos étnicos além das fronteiras nacionais, criarão o risco de uma escalada de conflitos regionais.”

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA — Coleção General Benício

J. F. Maya Pedrosa

A Catástrofe dos Erros



A Catástrofe dos Erros

José F. Maya Pedrosa

Ensaio histórico que busca compreender os principais significados da guerra contra o Paraguai, fixando-se em situação equidistante de posições nacionalistas mais exaltadas. Aborda os antecedentes e os principais momentos do conflito em sua relação com as ações do Governo brasileiro e as atitudes dos seus líderes, com destaque para a atuação do Imperador Pedro II.

Um século de Aron – O combatente da liberdade*

Ipojuca Pontes**

“Os intelectuais radicais não querem compreender nem transformar o mundo, querem denunciá-lo.”

Raymond Aron

Raymond Aron nasceu em 14 de março de 1905 em Paris. É natural que hoje os liberais lembrem-se dele como o grande combatente das liberdades, um dos mais atuantes na França do século passado, país dominado por Sartre, Merleau-Ponty, Lévi-Strauss, entre outros pensadores esquerdistas de peso.

A vida de Aron, que completaria 100 anos se estivesse vivo, foi um combate só. De início, homem de esquerda como Sartre, ao lado de quem estudou na Escola Normal Superior, na Rue d'Ulm (Paris), tornou-se, no seu tempo, para além de ativo professor universitário e jornalista, intérprete privilegiado dos fenômenos políticos e sociais à luz de vastos conhecimentos históricos, econômicos e sociológicos. A descrença em relação ao socialismo e, em especial, ao comunismo, levou-o a polêmicas ferozes com representação expressiva da *intelligentyia* francesa, que nunca o perdoou pelo fato de, entre o culto à União Soviética de Stálin e a defesa dos Estados Unidos, postar-se ao lado dos americanos, chegando mesmo a articular, na ordem prática das coisas, a marcante Aliança Atlântica – uma barreira contra o expansionismo comunista que, no pós-guerra, dominava metade da Europa e ameaçava tomar o continente inteiro. Pensando em Aron, o amigo de quem se tornou rival, Sartre escreveu: “Todos os anti-comunistas são cães.”

Mas Aron conhecia o comunismo de sobra e, a despeito de justificativas criadas nos salões da

aristocracia esquerdista, não imputava os males do regime totalitário apenas ao stalinismo. Melhor que ninguém, virou pelo avesso a obra de Marx, a quem dedicou livro minucioso, *O Marxismo de Marx* (Editora Arx, 2004), nele descortinando a sintomatologia do universo concentracionário que acompanha o pensamento (totalizador) do pai do “socialismo científico”. O próprio Aron confessa, no prefácio do livro, que atravessou 32 anos de sua vida estudando os escritos de Marx, para chegar a uma conclusão sobre o comunismo: “Creio não haver doutrina tão grandiosa no equívoco, e tão equívoca na grandeza. Foi por isso que a ela dediquei tantas horas...”

Ao pensador que viveu precisos 78 anos nunca faltou a energia e a capacidade de expressar a avaliação do mundo que o cercava. Entre milhares de artigos, depoimentos e entrevistas, escreveu livros fundamentais para a compreensão crítica dos fenômenos sociais e políticos. De fato, em obras como *Introdução à Filosofia da História* (Gallimard, 1938), ensaio contundente sobre problemas teóricos do conhecimento histórico; as *Dezoito Lições sobre a Sociedade Industrial* (Gallimard, 1962), que traça o perfil positivo da sociedade industrial no Ocidente; o percuciente *Paz e Guerra entre as Nações*, estudo sobre a raiz dos conflitos bélicos na democracia e nos sistemas totalitários; o instigante *De uma Sagrada Família a Outra* (Gallimard, 1969),

* Transcrito de MidiaSemMascara.org em 14 de março de 2005.

** O autor é cineasta, jornalista e escritor.

coletânea de ensaios sobre os marxismos imaginários e, sobretudo, em *Plaidoyer pour l'Europe Decadente* (Robert Laffont, 1977), livro nunca editado no Brasil, mas que faz a lúcida defesa da civilização ocidental, Raymond Aron justifica plenamente o porquê do antagonismo sartreano e a extraordinária dimensão que atingiu na história do pensamento moderno.

No contundente *O Ópio dos Intelectuais* (1955), publicado no Brasil em 1980 pela UnB, escrito antes do degelo do regime socialista, Aron desmonta com precisão de relojoeiro os mitos da esquerda, da revolução e do operariado, desarticulando, com argumentos substanciais, a impostura do que chama “ideocracia” – o despotismo do preconceito ideológico – e, por extensão, a conhecida figura do “ideocrata” – o burocrata possuído por ideologias totalitárias. Nesse particular, chega à perfeição, traçando o perfil do intelectual que assume o papel de “confidente da providência”, o tipo que se vende como defensor dos dominados e entoia (em nome da “moral histórica” de que se diz portador) loas em torno de um mundo “mais justo e fraterno que virá no futuro” e para o qual, na prática, nada tece além da pura “festividade”.

O solitário Aron – que repudiou o marxismo existencialista/irracional de Sartre e o “sintomalismo” de Althusser (o homem da “teoria lacunar”, que lia os “silêncios” de Marx) –, a despeito de admitir o contrário, representou muito mais do que mero “espectador engajado” (como chegou a se autodefinir numa série de entrevistas que fez para a televisão e ensajou livro com o mesmo título de Jean-Louis Missika e Dominique Wolton, publicado pela Nova Fronteira, em 1982). Na realidade, além de bom combatente liberal, ele ajudou a entender, como nenhum outro pensador europeu, o problemático século XX – com destaque, em retrospecto, para temas como a França da década de 1930, a Segunda Grande Guerra, a Guerra Fria, a descolonização, o degelo soviético, a era da “coexistência pacífica”, a Guerra do Vietnã,

o Maio de 1968 – aprofundando a reflexão sobre a contradição existente entre liberdade e igualdade –, sem jamais deixar de assinalar, sempre com ironia, que o império soviético, ambicionando as duas coisas, excluiu a liberdade sem ao menos “sintonizar” a igualdade. De fato, mais do que testemunha, Aron atuou firmemente no campo da discussão das idéias, na análise da evolução do pensamento contemporâneo e na reflexão dos grandes acontecimentos do seu tempo.

Como arauto da liberdade, o autor de *Histoire et Dialectique de la Violence* encontrou na filosofia liberal “o sistema de valores que podia estruturar um modelo de ação”. Para ele, o liberalismo, respeitando o pluralismo das idéias e privilegiando o empirismo na análise e na ação, representa ainda o sistema “menos mau” para orientar o exercício da política. De resto, o pensador de origem judaica considerava que a atividade política não representa obrigatoriamente a luta entre o bem e o mal, mas sim a escolha entre o “preferível e o detestável”. Pessoalmente, como liberal convicto, procurou mobilizar a crença na força da iniciativa individual, na livre concorrência e na importância da sociedade industrial – esta, como se sabe, permanentemente satanizada pelos fetichistas da “alienação”, a idéia proposta por Marx, exaustivamente explorada pela Escola de Frankfurt.

No seu livro mais cativante, *Memórias* (Nova Fronteira, 1986), publicado pouco antes de morrer, de leitura obrigatória para quem deseje vislumbrar com objetividade os principais acontecimentos do século XX, Aron confessa a grande influência que recebeu do pensamento alemão, em especial do historicismo de Max Weber, o sociólogo para quem o cientista social deve distinguir com rigor “aquilo que é do que deveria ser”, afirmando, como corolário, que nenhuma compreensão histórica e social está completa se não incluir a dimensão religiosa, política e moral dos agentes humanos.

Nesse particular, embora “movido” pelo conceito da neutralidade que Weber considera preponderante para o alcance da objetividade do

conhecimento nas ciências políticas e sociais, Aron, discordando do mestre, entendia que a “objetividade” da descrição não é garantida nem pela neutralidade, que considerava impossível, nem mesmo pela verdade dos fatos pois, segundo ele, “pode-se muito bem compor um retrato falso com fatos verdadeiros”.

Os pensadores mais afinados com a ortodoxia do liberalismo econômico encaram como “excentricidade” um certo distanciamento de Aron ao “individualismo metodológico” (adotado, na sua inteireza, por outro liberal convicto, o prêmio Nobel Friedrich von Hayek), que compreende os fatos sociais e suas explicações como estritamente decorrentes da conduta dos indivíduos – em contraposição, por exemplo, ao “holismo” de Karl Popper, com a visão sistêmica dos “conjuntos sociais”, em que a sociedade funciona por si mesma.

Aron não se inquietava com a questão. Ele admitia a linha da ambigüidade como resposta à supremacia das metodologias “holísticas” ou “individualistas”. No caso, essa postura parece explicar-se pelo fato do pensador, antes de se dedicar

aos estudos isolados das questões econômicas, ter sido uma mente exercitada na análise da Sociologia e da História, o que, no entanto, não excluía a crítica aberta ao planejamento econômico dos estados totalitários, de certo modo preconizada na concepção marxista de que “a natureza real do homem é a totalidade das relações sociais”.

Depois de mais de vinte anos de sua morte, ocorrida em 1983, a vasta e eclética obra de Aron continua a cada dia mais viva e atual. É difícil apontar, hoje, qual seria o seu substituto como intérprete (e contendor) liberal, sensível e polivalente. Outro importante pensador francês, Jean-François Revel, ensaísta liberal dos mais férteis e autor de obras analíticas do porte de *A Tentação Totalitária* e *Nem Marx nem Cristo*, e ainda o inglês Paul Johnson, historiador dos mais completos e ambiciosos do século, são dois nomes consideráveis para enfrentar os desafios das análises dos fenômenos econômicos, políticos e sociais que se avolumam diante dos nossos olhos. Mas terão eles, isoladamente, a argúcia, a abrangência e a originalidade de Aron?

A resposta pertence ao leitor. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



Os Franceses no Rio de Janeiro

Augusto Tasso Fragoso

Os Franceses no Rio de Janeiro, livro publicado postumamente, é um trabalho meticuloso e metódico, entretanto em sua leitura percebemos ser obra incompleta e inacabada. Em abril de 1965, Antonio Souza Junior procurou completar o trabalho sem deturpação de seus motivos e fundamentos históricos, bem como sem alterações sensíveis em sua textura literária. O autor de *Os Franceses no Rio de Janeiro* foi quem primeiro desbravou o assunto entre nós. O aspecto militar das invasões com a técnica e o detalhe de uma análise é um trabalho pioneiro.

Maio de 2005, 60 anos do fim do III Reich*

*Almir Santos***

RESUMO

No final de 1944, não havia mais dúvida de que a Alemanha estava derrotada.

Essa certeza provocou uma disputa acirrada entre vários generais pelo direito de entrar triunfante em Berlim. Nesse artigo, vamos lembrar a disputa entre os principais generais nas frentes ocidental e oriental, a batalha das Ardenas, onde por muito pouco a Alemanha não muda o curso da guerra, e, finalmente, procurar entender a estratégia de Eisenhower, parando o imbatível Exército do General Patton; não permitindo que o General Hodger cruzasse o Rio Elba e ocupasse toda a Alemanha, entregando Berlim, gratuitamente, para os soviéticos.

PALAVRAS-CHAVE

Ardenas, General Patton, Marechal Montgomery, Marechal Zukov, Marechal Model, General Eisenhower, General Jold

A batalha das Ardenas

Depois da libertação de Paris pelos aliados e da invasão da Polônia pelos soviéticos, começaram os preparativos para a invasão da Alemanha. Esses preparativos vieram acompanhados de uma guerra particular entre quatro generais. Na frente ocidental Patton *versus* Montgomery. Na frente oriental Zukov *versus* Konev.

A guerra entre os dois primeiros começou na África. Montgomery tinha derrotado os alemães em El Alameim e Patton os venceu em Mareth. Na comemoração da vitória final, a festa foi britânica. O vaidoso General Patton, não foi, sequer, convidado nem para compor o palanque da vitória. Isso deixou colérico o general norte-americano. Na invasão da Sicília, veio o troco. Pelo planejamento inicial, Montgomery avançaria sobre a capital Messina e Patton deveria cobrir seu flanco. Entre-

tanto, como retaliação, o general norte-americano, descumprindo ordens superiores, dirigiu-se para o norte da ilha expulsando os alemães de Palermo. A seguir, partiu em alta velocidade em direção a Messina. Percebendo que a intenção de Patton era chegar na cidade antes dele, Montgomery iniciou sua ofensiva dando origem a uma disputa infantil entre os dois generais. Como diziam os alemães: pareciam duas prima-donas. Patton venceu a disputa entrando triunfante em Messina provocando a ira do general inglês. A partir daí, os dois estiveram sempre em competição que recrudesciu com a aproximação do final da guerra.

Na frente soviética, a situação também era de uma grande disputa entre os generais. A maioria acusava o Marechal Zhukov de estar usando a imprensa soviética para se autopromover, uma vez que ela só noticiava seus feitos. Outros o acusavam pela demora em atacar Varsóvia. Chegavam a afirmar que os aliados ocupariam toda a Alemanha, invadiriam a Polônia e o Exército Vermelho não sairia do lugar. O Marechal Konev

* Colaboração do autor.

** O autor é professor e historiador.

ainda se achava no direito de entrar em Berlim. A vaidade dos generais criava uma situação muito delicada para Stalin.

Na reunião com seus marechais, no final de 1944, Stalin perguntou: "Quem chegará primeiro a Berlim?" Quando Zhukov respondeu "nós", o ditador tranquilizou-se e pouco se importou com a demora da ofensiva final contra a Polônia. Havia uma revolta em Varsóvia organizada pelos nacionalistas e ele não queria, em hipótese alguma, ajudar. Sabia que se vencessem, os nacionalistas lhe trariam problemas, e Stalin queria a Polônia controlada pelos comunistas, por isso preferia que os alemães acabassem com eles. E foi o que aconteceu; Varsóvia foi arrasada e o Exército Vermelho, a poucos quilômetros dali, não fez nada, absolutamente nada, deixou-os morrer.

Na frente ocidental, os três mais importantes generais dos aliados elaboraram planos para a arrancada final. O primeiro foi Patton, comandante do III Exército, que estava com grande prestígio devido a sua brilhante atuação na libertação da França, considerada por todos simplesmente espetacular. Pelo seu plano, o III Exército cruzaria o Rio Sena, avançaria até a fronteira e invadiria a Alemanha rompendo a linha Siegfried. Graças ao estudo de documentos capturados na frente de batalha, as informações de prisioneiros de guerra e a interceptação de mensagens de rádio do inimigo, Patton tinha certeza de que essa linha defensiva estava desguarnecida tanto de homens como de equipamento. Tudo havia sido transferido para a frente soviética.

O plano de Montgomery propunha uma ofensiva pela Bélgica, com três exércitos: dois ingleses e um norte-americano. Um exército norte-americano não participaria do ataque, ficaria na retaguarda consolidando as posições. Pelo plano, esse exército seria o III Exército. Fosse qual fosse a intenção de Montgomery, estava claro que ele não queria Patton na ofensiva final.

O plano de Bradley, comandante do grupo de exércitos norte-americanos, era basicamen-

te o mesmo de Montgomery, com pequenas modificações. Primeira: não concordava que todo o I Exército norte-americano ficasse sob comando inglês, apenas parte dele. O III Exército também invadiria a Alemanha, porém na região de Mannheim, avançando até a Tcheco-Eslováquia. Na realidade, ninguém queria Patton avançando em direção a Berlim porque, pelo seu histórico, ele entraria na cidade com ou sem autorização.

Mesmo sem ter ainda uma decisão definitiva, Eisenhower ordenou que as tropas de Patton cruzassem o Rio Sena, capturassem La Roche e que sua engenharia construísse as pontes por onde cruzariam todos os exércitos aliados.

Patton viveu dias de júbilo achando que seu plano fora aceito por Eisenhower. Entretanto, dias depois, recebia do General Bradley a notícia de que o III Exército passaria a receber a metade da gasolina que normalmente recebia. Alegava-se que o consumo da cidade de Paris estava muito alto e aumentaria ainda mais com a chegada do inverno. Com isso, Patton, que era um especialista em guerra móvel, perdia sua principal característica: a velocidade em ação. Quando Eisenhower autorizou o início da ofensiva de Montgomery, Patton deu uma declaração que irritou os ingleses: "Por que ele? Mont só venceu uma batalha - a de El Alameim. A de Mareth, eu venci para ele." Mas de nada adiantou. Montgomery fez uma lista do que precisava e Eisenhower atendeu. O próprio General Bradley criticou Eisenhower por ele ter cedido as pressões dos ingleses, dando-lhes tudo que pediram, principalmente porque Patton fora o grande destaque da ofensiva que libertou Paris.

Desesperado com o que estava acontecendo, Patton escreveu um memorando onde suplicava: "Pelo amor de Deus, Bradley, eu preciso de 1,5 milhão de galões de gasolina. Se me conseguir, em dois dias estarei dentro da Alemanha." Mas a gasolina não veio e Montgomery começou a deslocar seu Grupo de Exércitos.

Quando Montgomery iniciou a ofensiva, contava com dois mil carros-de-combate e mais de

mil aviões. Essa força descomunal tinha uma razão de ser: as bombas voadoras V2. Voando a 300km de altura, com velocidade supersônica, eram imbatíveis para as defesas aliadas. As VI podiam ser abatidas pelos caças e pela artilharia antiaérea, as V2 não. Das oito mil VI lançadas sobre Londres, apenas 1,8 mil atingiram o solo britânico. Das 1,2 mil V2, todas acertaram o alvo. Eisenhower chegou a afirmar: "Se as V2 tivessem sido lançadas seis meses antes, a Alemanha teria vencido a guerra."

Quando os dois exércitos ingleses, um corpo canadense e dois corpos do I Exército norte-americano puseram-se em marcha, a imprensa britânica, procurando dar ânimo ao povo, mostrava que os alemães fugiam desesperadamente. Montgomery, que não saía das primeiras páginas, tornara-se rapidamente o maior ídolo dos aliados assumindo o lugar de Patton. Cinco dias depois, ele ocupava Bruxelas e, no dia seguinte, a Antuérpia, ficando a 160km do Rio Reno, a fronteira alemã.

Nessa época, Patton vivia andando de um lado para outro, fazendo memorando, procurando conseguir gasolina. Seu desespero só terminou em novembro, quando Eisenhower mandou fornecer-lhe uma quantidade razoável do combustível para que colocasse seu exército em marcha. Naquela noite, Patton não dormiu. Chovia muito. Levantou-se várias vezes para verificar o tempo e chegou a rezar pedindo sol. Quando o dia amanheceu, nuvens escuras cobriam o céu. Não teria apoio aéreo, mas pouco se importou. Depois de sessenta dias inativo, não agüentava mais. Mandou sua artilharia abrir fogo sobre o inimigo e partiu para o ataque.

Os ingleses já anunciavam que em breve estariam em Berlim, quando Hitler transfere para a frente ocidental o herói da frente soviética, Marechal Model, grande gênio da guerra defensiva. O militar que havia parado o Exército Vermelho na Frente Oriental de maneira espetacular.

Utilizando os poderosos carros-de-combate tigrés, Model conseguiu façanha idêntica; parou a

ofensiva aliada na Bélgica. O mal tempo tirara dos aliados sua maior força de ataque: a Força Aérea.

Distante dali, Patton, com a gasolina que recebera, avançou até o Rio Moselle, esperando novas ordens. Quando elas chegaram, era para cruzar o rio, ocupar Nancy e só. O que não podia imaginar que o tempo que ficara inativo fora suficiente para que Hitler colocasse um poderoso exército a sua espera. (Hitler achava que ele era o maior perigo da Alemanha nazista). Nas proximidade da cidade de Metz, os alemães o atacaram. O General McInain, um dos comandantes de Divisão do III Exército, foi acordado com os carros-de-combate alemães a 20m de sua baraca. As perdas em homens e equipamentos foi alta. Furioso, Patton, culpou a estratégia de Montgomery. Segundo ele, o tempo que o III Exército permaneceu inativo possibilitou aos alemães tempo suficiente para montar um poderoso esquema defensivo. Utilizando sua língua ferina afirmou: "Montgomery é um incompetente. Com ele, essa guerra, que já podia ter acabado, vai durar até 1946."

Com toda a ofensiva na Bélgica parada, Patton continuava no sul da Alemanha em meio a grande batalha e pela primeira vez na defensiva. Foi aí que começou a se preocupar com algo que ninguém estava percebendo – a grande concentração de tropas nas Ardenas. Reunido com o seu estado-maior, fez um comentário profético: "Desde Frederico, O Grande, os alemães não realizam uma grande ofensiva de inverno. Podem ter certeza senhores: é isso que eles vão fazer agora." Colocou então seu estado-maior a elaborar um contra-ataque para interceptar qualquer ataque alemão que ocorresse naquela região.

O plano alemão existia: era jogar os ingleses e o I Exército norte-americano ao mar e depois dizimar os soviéticos que estavam na Polônia com as V2 e enfrentar a aviação anglo-americana com os novos aviões a jato. Nessa derradeira batalha, o mal tempo estava anulando a força aérea aliada e isso lhe dava grande chance de vi-

tória. Se eles conseguissem seus objetivos, por mais incrível que pudesse parecer, a Alemanha ganharia a guerra.

O Fuehrer entregou ao General Jold a estratégia da ofensiva das Ardenas. Estava sorridente, afirmando que os aliados iriam receber o que mereciam. Como das outras vezes, esse plano, para ele, era uma maravilha. Quando os marechais Model e Rundstedt viram essa obra-prima de estratégia, se opuseram totalmente. "Por quê?" Perguntou o General Jold, chefe de operações da Wehrmacht. Ao que Model respondeu: "Esse plano não tem uma droga de perna onde se afirmar, a não ser no mau tempo." Jold retrucou: "Peça ajuda ao Criador, ele está do nosso lado."

O Marechal Model deixou a sala furioso e voltou para seu QG. Quando seus generais receberam o plano e se queixaram da falta de meios, ele respondeu: "Se querem alguma coisa, peguem dos norte-americanos."

Nem Eisenhower, nem Montgomery, esperavam mais nada na frente de batalha; para ambos, a Alemanha estava derrotada. Mas se enganaram. A ofensiva das Ardenas pegou a todos desprevenidos e tornou-se um sucesso. Os marechais Model e Rundstedt começaram a dizimar todas as divisões inglesas e norte-americanas que encontravam.

Os alemães contornaram Bruxelas e, destruindo tudo a sua frente, ameaçavam cercar ingleses, canadenses e norte-americanos. Com o mau tempo, tudo parecia favorecer aos alemães. O comandante do I Exército norte-americano, General Hodges, entrou em profunda depressão, antevendo uma nova Dunquerque. Eisenhower, desesperado, reunido com seus assessores e tendo de tomar uma decisão rápida, não sabia o que fazer. A situação era de pânico total.

Reunidos no norte da França, próximo à fronteira belga, os principais generais aliados, surpresos e confusos, tentavam encontrar uma solução, a mais rápida possível. A situação era muito grave. O General Hughes começou a reu-

nião perguntando: "Eisenhower quer saber se alguém pode chegar às Ardenas a tempo de conter o avanço alemão?" O representante inglês respondeu: "Montgomery informou que precisará de 15 dias para organizar a contra-ofensiva." Quando Hughes perguntou a Patton o que ele poderia fazer, a resposta foi, para a surpresa de todos: "Posso chegar lá em 48 horas." Bradley perguntou: "Como?" Resposta de Patton: "Há vários dias estamos trabalhando nesse plano." Quando alguém comentou: "Mas vocês estão no meio de uma batalha. Você acha que seu exército conseguirá isso?" Patton respondeu: "Tenho certeza que sim. Meus homens estão bem preparados. Eu os treinei para isso. Além do mais, eles sabem, assim como eu, que os alemães ainda podem ganhar essa guerra."

George podia ser tudo: louco, grosso, desbocado... mas era um gênio. Com uma arranca-da considerada por Bradley, que sempre fez restrições ao seu comportamento, como a mais brilhante de toda a campanha, avançou para o norte com três divisões, enfrentou os alemães e venceu a batalha. Foi a consagração definitiva do controvertido general. Nessa batalha, a última de grande porte na frente ocidental, os alemães perderam seiscentos carros-de-combate e tiveram duzentas mil baixas. O último sonho e a última esperança de Hitler ganhar a guerra tinham terminado. O General Hughes comentou com os jornalistas: "Foi um feito maravilhoso. George ganhou a guerra para nós."

Muita coisa foi dita sobre ele. Nesse momento, cabe lembrar apenas a frase proferida pelo Coronel alemão Heinz Speider, assessor do General Jold: "Não fomos só nós os derrotados. Ele também está destruído. O fato de não haver mais guerra irá matá-lo. É um general de corpo e alma. Um grande anacronismo."

Sobre a batalha, Patton escreveu: "A disciplina é tudo. Nenhum exército do mundo sairia de uma batalha, andaria 200km na neve, sem comer, sem dormir, sem descansar, entraria em

outra batalha e sairia vencedor. Deus tem orgulho desses homens.”

Do lado alemão, o General Jold comentou: “Acabou. Perdemos. Queimem tudo. Com o fim da guerra, será preferível o suicídio do que sermos pegos pelos soviéticos. Eles jamais nos perdoarão.” O General Jold só cometeu um engano; os aliados também não o perdoaram. Foi preso, julgado e enforcado.

A agonia da Alemanha

Depois da vitória, Eisenhower, Bradley e mais alguns poucos generais de total confiança, elaboraram secretamente a estratégia final da guerra. Por essa estratégia, o I Exército norte-americano avançaria na direção de Leipzig e Dresden até encontrar o Exército Vermelho no Rio Elba, dividindo a Alemanha em duas. Montgomery deveria se dirigir para Hamburgo e Lubeck, isolando as forças alemãs que se encontravam na Dinamarca e na Noruega. Patton atravessaria a linha Siegfried, em Saarlouis, invadiria Frankfurt, ocuparia todo o sul da Alemanha, indo a seguir para a Checoslováquia. Por esse plano secreto, Berlim, o grande troféu, Eisenhower dava de graça para os soviéticos. Ninguém entendeu essa atitude.

Para evitar problemas com os britânicos, Eisenhower apresentou o plano a Stalin, antes de levá-lo aos ingleses. O líder comunista aceitou de imediato. Pelo plano de Eisenhower, Stalin realizaria seu maior sonho: ver a bandeira vermelha no alto do Reichstag. Churchill, quando veio a saber, fez um comentário lacônico: “Eisenhower nos traiu.”

Pelo acordo dos três grandes, o território alemão seria dividido em quatro zonas de ocupação, com mais ou menos a mesma área, sob comando inglês, francês, norte-americano e soviético. Entretanto, na estratégia do final da guerra na frente ocidental, o I e o III exércitos norte-americanos ficariam com as maiores responsabilidades. Eisenhower, devido ao fenômeno Ardenas, pare-

cia demonstrar que perdera a confiança em Montgomery. Diga-se de passagem, a culpa não foi apenas do marechal inglês, a desatenção foi geral.

Churchill, que estava querendo fazer contato com os soviéticos mais a leste possível, ficou furioso. Acusou Eisenhower de estar brincando com o futuro da Europa e de fazer política antibritânica. Alegava que, depois do que os ingleses haviam sofrido, Montgomery tinha o direito de entrar em Berlim e dar ao povo essa honra. Eisenhower respondeu que Berlim perdera sua importância militar, tendo apenas importância política e que, por isso, não correria o risco de perder cem mil homens para vencer as defesas da cidade. Churchill voltou a acusar Eisenhower de dar aos britânicos um papel secundário no desfecho final. O general respondeu: “Não pretendo entrar em choque com os soviéticos só para satisfazer a vaidade de Montgomery. Além do mais, não quero nenhum inglês ou norte-americano ganhando essa guerra sozinho.” Estava se referindo a disputa particular entre Montgomery e Patton. Churchill ainda contra-argumentou afirmando que os aliados deveriam ocupar toda a Alemanha e convidar os soviéticos para participarem do governo, mas com o Exército Vermelho o mais distante possível. O velho estadista, garantia que os soviéticos não devolveriam um palmo do território que estavam ocupando. O tempo mostrou que ele tinha razão. Essa atitude de Eisenhower iria provocar a divisão da Alemanha por quarenta anos.

Quando o ataque aliado começou, Model tentou romper as linhas de suprimento do I Exército norte-americano, mas fracassou. Dois dias depois, os norte-americanos capturavam 325 mil soldados alemães. A partir daí, as rendições passaram a ser diárias; uma média de dez mil por dia. Tudo porque ninguém queria ser capturado pelos soviéticos. Um dos fatos mais famosos é o do General Manteuffel que, de 2 de março a 26 de abril de 1945, sustentou com o III Exército Panzer alemão uma posição no Rio Oder contra

o superpoderoso Exército Vermelho. Ao perceber que a resistência seria inútil, deslocou seu exército até a zona de ocupação britânica e entregou-se aos ingleses. Os alemães que caíram prisioneiros tiveram de trabalhar dez anos como escravos na reconstrução das cidades soviéticas destruídas pela guerra. Diga-se de passagem, os soviéticos não fizeram nada a mais do que os nazistas haviam feito com os prisioneiros da União Soviética.

Confiando em Eisenhower, o Exército Vermelho só partiu em 10 de fevereiro de 1945, quando sua superioridade sobre os alemães já era considerável: em tanques de 6 para 1 e em artilharia de 10 para 1.

Ao contrário do que pensava o Alto-comando do Exército Vermelho, Zhukov não invadiu a Alemanha, partiu para o norte da Polônia temendo que o ainda muito forte Exército alemão de Gdynia atacasse seu flanco. O General Chuikov, um de seus subordinados, chegou a dizer que os norte-americanos ocupariam toda a Alemanha antes de Zhukov libertar a Polônia.

Em meados de março, com o Exército Vermelho ainda vivendo maus momentos, dentro do território polonês, no caminho de Berlim, Stalin convidou os marechais Zhukov e Konev para uma reunião em Moscou. Os marechais encontraram o ditador furioso. Antes mesmo das saudações, ele ordenou ao General Shtemenko que lesse um telegrama. O texto do serviço secreto informava que os aliados haviam invadido a Alemanha em três frentes, que os norte-americanos já tinham chegado ao Rio Elba e que poderiam atravessá-lo a qualquer momento.

Terminada a leitura do documento, Stalin disse, apenas: "Eisenhower mentiu. Fomos traídos." Houve um silêncio mortal dentro daquela sala do Kremlin. Havia ódio no rosto de Stalin. Zhukov, porém, tomando a iniciativa comentou: "Eisenhower vai cumprir a palavra. Eu o conheço bem." O ditador olhou para os dois marechais e começou a berrar: "Mas nós estamos

muito longe, ainda nem entramos na Alemanha, eles estão a poucos quilômetros de Berlim. Por que esperarão por nós? Por que diabos demoramos tanto a partir?" Com muita calma, Zhukov respondeu: "Estávamos limpando a área de Gdynia". Ao que Stalin retrucou, ainda gritando: "Muito bem. Eu quero que preparem, a partir de agora, um plano de ataque a Berlim. Dentro de dois dias quero esses planos prontos. Temos de partir em no máximo cinco dias."

Konev, que desejava ardentemente essa glória, começou a fazer de tudo para roubar a cena que Zhukov há muito vinha ensaiando. Trabalhou desesperadamente no plano. Zhukov, que já tinha no seu currículo as vitórias em Stalingrado e Kursk, fez o mesmo porque também sonhava com o momento de entrar em Berlim.

No dia 3 de abril, quando os três voltaram a se encontrar, Stalin leu os planos na frente de ambos. Depois fez perguntas, rabiscou os mapas, modificou vários pontos e decidiu confiar a Zhukov a tarefa de invadir Berlim e a Konev a função de proteger seu flanco. Entretanto, alertou Konev para que ficasse preparado, pois na eventualidade de ser encontrada muita resistência, ele desfecharia um outro ataque pelo Sul.

Apesar da demora e dos contratempos, a operação soviética do Rio Vístula, na Polônia, ao Rio Oder, próximo de Berlim, foi um sucesso. Em 23 dias, eles percorreram 450km, aprisionando 145 mil alemães e destruindo 550 blindados.

Hitler nomeou o General Heinrici para organizar a defesa de Berlim. O General inspecionou as duas linhas defensivas ao longo do Rio Oder e ordenou que em todas as noites as divisões de artilharia recuassem 4km. Acreditava que Zhukov atacaria de madrugada. Se isso ocorresse, sua tropa ficaria fora do já conhecido e devastador fogo da artilharia soviética. Quando os soviéticos parassem de atirar e iniciassem a invasão, os alemães retornariam às posições originais e abririam fogo.

Heinrici, que recebia, de hora em hora, relatórios dos observadores na linha de frente, to-

mou uma decisão drástica no dia 15 de abril; retirou toda a sua artilharia achando que o ataque seria naquela noite. Acertou na mosca. Do outro lado do rio, nessa noite, Zhukov não dormiu. Estava nervoso, tenso, irritado. Seu médico não saía do seu lado. Às três horas da madrugada, levantou-se e fez uma última verificação de suas unidades. Depois foi para seu Bunker, colocou protetores nos ouvidos e aguardou. Às 5h o bombardeio começou. Sobre esse momento, Zhukov escreveu. “Naquele instante, toda paisagem foi iluminada pelo fogo dos nossos: canhões, obuses, morteiros e dos lendários Katyushas*, proporcionando 1.236.000 tiros. O equivalente a vinte mil toneladas de TNT foram jogados sobre os nazistas. Do inimigo não ouvia-se absolutamente nada. De repente, o fogo cessou e o céu foi clareado por 140 holofotes, posicionados a 200m um do outro. Uma luz de cem bilhões de velas clareou o campo de batalha como o Sol do meio-dia, mostrando os objetivos a serem alcançados por nossa infantaria e pelos nossos carros-de-combate. Era uma visão impressionante. Enquanto viver, jamais esquecerei.”

Quando o bombardeio soviético terminou, para ajudar o Exército Vermelho, os aliados realizaram o último grande bombardeio sobre Berlim; dois mil aviões lançaram o equivalente a dez mil toneladas de TNT sobre o que restava da cidade. Quando a infantaria e os blindados do Exército Vermelho, certos da vitória, começaram a avançar, os alemães começaram a atirar. Zhukov não podia acreditar no que via, mas o bombardeio soviético não atingira a artilharia alemã. Por volta das 13 horas, o marechal não teve mais dúvidas: as defesas de Seelow estavam praticamente intactas e dizimando o seu exército. Milhares de soldados estavam sendo mortos.

No dia 17, extremamente abatido, Zhukov falou com Stalin pelo telefone. Angustiado ao ver os frutos de seu trabalho fugir por entre seus

dedos, não teve outra alternativa a não ser recuar e dizer a verdade. O ditador simplesmente disse adeus e desligou. Horas depois o marechal recebia uma ligação de Stalin sugerindo que Konev atacasse Berlim pelo Sul e que Rokossovsky acelerasse a passagem de suas tropas pelo Rio Oder e atacasse a cidade pelo Norte.

O entusiasmo de Konev não passou despercebido. Tão logo recebeu a missão ordenou que dois de seus exércitos blindados investissem contra Berlim com a maior velocidade que pudessem. Ele tinha de chegar primeiro que Zhukov. Ao ser informado da ofensiva de Konev, Zhukov ordenou que suas tropas também avançassem. Os dois marechais repetiram a disputa de Montgomery e Patton na Sicília. As baixas em ambos os exércitos eram altas, mas nenhum dos dois pensava em parar a ofensiva.

No decorrer dos dias 18 e 19, as defesas alemãs, sofrendo o bombardeio dos exércitos de Zukov e Konev, começaram a apresentar sinais de fraqueza. A Alemanha agonizava. Em 20 de abril, os carros-de-combate de Konev chegaram a Berlim, cruzaram a auto-estrada que envolvia a cidade, mas foram barrados diante do Canal de Tecló.

No dia seguinte, venceram as barreiras alemãs, iniciaram a travessia, mas tiveram uma triste decepção: as ruas estreitas dificultavam a passagem dos tanques. Konev, então, ordenou que a infantaria entrasse na cidade de qualquer maneira. Zhukov deu a mesma ordem e os dois exércitos soviéticos entraram em luta corporal com os alemães.

Para aumentar o ímpeto de seus soldados, o locutor oficial da rádio do Exército Vermelho conclamava: “Avante soldados. Lutem. A hora da vitória chegou. Milhões de mortos se levantam nesse momento de seus túmulos e clamam por vingança; e a hora da vingança chegou.”

No dia 25, Stalin colocou um ponto final na disputa entre os dois marechais. Estabelecia novos limites de ação para os dois exércitos. Essa decisão deixou Konev arrasado. O limite para as

* Foguete montado sobre chassis de caminhões.

suas forças ficava a 15 mil metros do Reichstag: o símbolo da vitória final sobre a Alemanha nazista, onde seria içada a bandeira vermelha. Às 5h do dia 30, as tropas de Zhukov invadiram o que restava do Reichstag. Às 14h25min, os soviéticos saíram conduzindo 2.500 prisioneiros e a bandeira vermelha era finalmente desfraldada sobre as ruínas do edifício. Vinte minutos depois, os carros-de-combate soviéticos de Zukov desfilavam pelo Portal de Brandenburgo, o símbolo do orgulho nazista. A guerra na Europa terminara.

Depois da guerra

O Marechal Zhukov, por pura inveja dos seus colegas de farda, caiu em desgraça, graças à demora em seguir para o Rio Oder. Foi transferido para os Urais para ser esquecido. Stalin apoiou a medida porque também temia o prestígio do brilhante marechal. A ausência de seu nome nos textos que descreviam as batalhas era notada, mas ninguém perguntava o porquê. Quando Krushev tornou-se governante de todo o Império, Zhukov foi reabilitado. Tornou-se Ministro da Defesa e seu nome foi recolocado nas enciclopédias e nos livros de história da guerra. Dessa maneira, o povo soviético pôde saber o que o mundo inteiro já sabia - o Marechal Giorgi Zhukov fora um dos grandes heróis da vitória contra o nazismo.

Infelizmente, para a história militar, Zhukov, como Ministro da Defesa da URSS, ordenou o ataque de tanques soviéticos contra civis húngaros quando aquele pequenino país tentou ficar livre do jugo de Moscou. O grande marechal soviético não tinha o direito de decepcionar, de maneira tão selvagem, o grande número de admiradores que possuía em todo o mundo.

O Marechal Model, ao saber que fora acusado pelos soviéticos de ser o responsável pelo assassinato de 577 mil pessoas nos campos de concentração da Letônia, suicidou-se, mas antes teve uma atitude que não pode ser esquecida. Em

19 de março, depois que os aliados cruzaram o Reno, Hitler baixou a Ordem de Nero, ordenando que tudo fosse queimado na frente do invasor. Raciocinou que os bons alemães já haviam morrido, que sobrara apenas os inferiores, por isso, pouco importava que sobrevivessem. Essa política de "terra arrasada" foi, deliberadamente, sabotada pelo General Student e apoiada pelo Marechal Model, apesar de ser um nacional-socialista convicto. O marechal compreendeu que estava tudo perdido e que o melhor que se poderia fazer era deixar alguma coisa para que os que sobrevivessem pudessem reconstruir a Alemanha. Depois da guerra, investigações profundas, nos inquéritos dos crimes contra a humanidade, provaram que o Marechal Walter Model sequer tomou conhecimento dos crimes da SS na Letônia.

O General Patton, único general que os alemães temiam, após ocupar todo o sul da Alemanha, invadiu a Áustria e, depois, a Checoslováquia, libertando Pelsen em 7 de maio.

Poucos meses depois de terminada a guerra, o general deu uma declaração pública dizendo que o Partido Nazista estava para Alemanha de Hitler, assim como os partidos Democrata e Republicano estavam para os Estados Unidos. Os políticos norte-americanos ficaram furiosos. Depois de vários discursos de protesto no Congresso, Patton perdeu o comando do seu exército.

Apesar de sua má vontade com os ingleses, numa viagem à Inglaterra, ao entrar num cinema, notou, depois de começada a seção, a chegada de muitos jornalistas. Ao ser informado, retrucou brincando: "Eles devem estar pensando que sou Montgomery." De repente, a luz se acendeu e alguém anunciou sua presença. Foi aplaudido de pé. Ao sair, verificou que o trânsito tinha parado. Uma multidão o saudava e gritava seu nome. Apesar de ser um excêntrico, mal-educado e ter dito coisas horríveis sobre a Inglaterra e seus dirigentes, o povo o perdoou e o reconheceu como um grande guerreiro; um herói que não podia ser

esquecido. Duas coisas ainda podemos afirmar de George Smith Patton Jr.: pode ter sido o mais controvertido general da Segunda Guerra Mundial; mas foi, sem dúvida alguma, um dos maiores gênios militares da História.

Montgomery, seu grande rival, assumiu o posto máximo da carreira militar na Inglaterra; tornou-se Primeiro *Lord* das Forças Armadas.

E Eisenhower? Hoje, sessenta anos depois de terminada a guerra, três perguntas ainda estão sem respostas. A primeira é: Por que fez tanta questão de parar o imbatível III Exército do General George Patton? Numa arrancada espetacular, na França, Patton tinha libertado Rennes, Le Mans, Chateaubriand e Avranches. Com gasolina Patton teria chegado a Berlim em fevereiro. A segunda pergunta é: Por que parou o I Exército norte-americano no Rio Elba, a 170Km de Berlim, quando o Exército Vermelho ainda estava na Polônia? A terceira pergunta é: Por que entregou Berlim aos soviéticos. Para os ingleses foi uma demonstração clara de ingenuidade em matéria de política internacional. Entretanto, por ocasião do espólio do III Reich, os soviéticos ficaram com a maior de todas as glórias, com aquilo que mais queriam: entrar triunfantes em

Berlim. O preço dessa batalha para os soviéticos foi de cem mil baixas. E os norte-americanos? Os cientistas que trabalharam no projeto da bomba voadora V2, inclusive seu diretor, Werner von Braum, entregaram-se aos norte-americanos. Um fato interessante é que nenhum deles foi a julgamento por crimes contra a humanidade, pelo que seus foguetes fizeram na Inglaterra... os norte-americanos não deixaram. O mais surpreendente foi que todos já estavam empregados nos Estados Unidos mesmo antes de se entregarem. Outro fato muito interessante foi que todas as descobertas: na química, na farmacologia, na medicina, na construção de submarinos, na ótica e ainda os protótipos do avião a jato estavam no setor ocupado inicialmente pelos exércitos norte-americanos. Será que, com a obsessão de chegar a Berlim, Stalin não percebeu isso? Será que Eisenhower era mesmo o ingênuo que os ingleses supunham? Se essa não era a sua intenção, os norte-americanos deram muita sorte.

Evidente que hoje, sessenta anos depois, tudo isso é apenas especulação; mas ainda existem muitas perguntas sem respostas.

Eisenhower foi eleito Presidente dos Estados Unidos e governou o país por oito anos. ☺

Referências bibliográficas

- KITCHEN, Martin. *Um Mundo em Chamas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1993.
BRANETT, Correlli (organizador). *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1989.
Coleção Biblioteca de História. Patton. S. Paulo, Editora Três, 1974.
Coleção Biblioteca de História. Zhukov. S. Paulo, Editora Três, 1974.

São Paulo, o grande objetivo*

Jarbas Passarinho**

No início da década de 1960, para quem tinha a responsabilidade de lidar com a segurança nacional, era claro que o Estado de São Paulo era o objetivo político e militar a ser conquistado pela esquerda revolucionária. Como a palavra comunismo ainda causava grande rejeição, em vez de se dizer claramente comunista, a esquerda se dizia socialista. Como agora. Todos se dizem socialistas, com exceção dos corajosos membros do Partido Comunista do Brasil - o PC do B -, que não renegam nem mesmo Stalin. São honestos ideologicamente, pelo menos.

No ano de 1962, tive em mãos uma nota sigilosa da área militar que sugeria delírio acusatório. Alertava sobre a infiltração comunista nos seminários para abalar o anticomunismo da Igreja. Paralelamente, informava-se que, dado o desenvolvimento industrial paulista, o Partido Comunista Brasileiro já dominava os sindicatos mais expressivos numericamente, especialmente os dos metalúrgicos e dos bancários. O antídoto, acrescentava-se, estava na política do Presidente João Goulart, que fazia uma oposição dissimulada aos comunistas, servindo-se dos chamados "pelegos", os líderes sindicais a ele ligados e financiados com postos dos Institutos de Previdência Social. A Igreja também visava a influir nos trabalhadores, com força muito menor, por meio de sindicatos ligados a um dedicado padre, no Rio de Janeiro, que pugnava pela Doutrina Social da Igreja.

Em 1967 e 1968, não foi por acaso que as primeiras greves importantes depois da deposição de Jango foram feitas por metalúrgicos, primeiro em Contagem, na grande Belo Horizonte,

e depois em Osasco. Com uma diferença: em Contagem havia justa reivindicação salarial. Os líderes comunistas aproveitaram-se disso, e a greve cresceu, até que o Governo compreendeu a realidade e, sem nenhuma violência, resolveu a situação com a concessão de um abono que repunha a perda. Logo em seguida, porém, explodiu a greve dos metalúrgicos paulistas. Um jovem de 21 anos de idade liderava o sindicato. No livro *A Esquerda Armada no Brasil, 1967/1971*, premiado em Cuba, o então exilado José Ibrahim escreve algumas inverdades, mas confessa: "Eu já militava na Vanguarda Popular Revolucionária e integrava uma célula clandestina, mas os trabalhadores de Osasco desconheciam minha militância revolucionária da VPR, que já estava realizando ações armadas no Brasil." E ainda se mente, fazendo crer que o AI-5 foi a causa da luta armada!

Em São Paulo, Marighella organizaria a mais importante guerrilha urbana - a Ação Libertadora Nacional (ALN) -, com a qual conseguiria o que outros não conseguiram: a adesão de estudantes e de religiosos. O Exército produziu um documento no início da década de 1970 em que mostrava a penetração do Partido Comunista no meio estudantil, já em discrepância com Prestes, contrário à luta armada, seguindo à risca as instruções de Moscou. A Krushev interessava temporariamente a convivência pacífica com os Estados Unidos. As duas dissidências mais importantes de Prestes eram a da Guanabara e a de São Paulo. Jacob Gorender (*Combate nas Trevas*) informa: "A militância básica da ALN veio da dissidência estudantil de São Paulo, da qual incorporou 70% dos ativistas."

Os estudantes dominicanos do convento das Perdizes assumiram a condição de ativistas da fac-

* Da imprensa.

** O autor é Coronel de Artilharia, política e escritor.

ção comunista de Marighella, a ALN. Engajaram-se, sem nenhuma diferença dos comunistas, na clandestinidade da luta armada da qual não participavam diretamente. Colhiam e davam informações preciosas a Marighella, tirando partido da condição de religiosos. Homiziavam os comunistas mais visados pela contra-insurreição. Levavam alguns para o exterior, via Rio Grande do Sul. Tinham o cuidado de ocultar os próprios nomes, usando, como os experientes comunistas, nomes supostos ou codinomes.

Foi por confiar cegamente neles que Marighella foi levado à emboscada em que perdeu a vida. O hoje Frei Betto, assessor especial do Presidente Lula, era, na clandestinidade, Vitor ou Ronaldo (*A Grande Mentira*, Agnaldo Del Nero). O documento do Exército do início do decênio de 1960, que pensei delirante, tinha fundamento. Estudantes já haviam sido recrutados para os seminários. Um prior (Frei Chico) já era ativista. Onde? Em São Paulo. A infiltração no Exército onde foi mais forte? Em São Paulo, com o Capitão Lamarca e sargentos a ele ligados num importante regimento de Infantaria.

Sem comprometimento com o comunismo como ideologia, mas ligando a esquerda operária

aos religiosos católicos da Teologia da Libertação, e não discriminando comunistas, mas, ao contrário, recebendo-os depois de vencidos na luta armada, onde foi fundado o PT? Em São Paulo. Como afirma o cientista político Leôncio Martins Rodrigues, professor da Unicamp, o PT só se consolidou a partir do apoio aberto não só de padres, mas de muitos bispos, no que chama de uma *joint venture* marxista-cristã. E onde conquistou a simpatia de um cardeal? Em São Paulo. Onde o MST tem seu agrupamento mais organizado e pronto para a ação, senão em São Paulo? É no Pontal do Paranapanema, sob o comando do Sr. Rainha, que se propõe a fazer da região um novo Canudos, mas decerto sem aceitar o destino de Antônio Conselheiro.

Em eleições livres – que são o caminho adequado à democracia –, o PT começou sua escalada vitoriosa nas cidades do ABC de metalúrgicos, venceu na capital (pela segunda vez), nas cidades principais do interior paulista e foi ao segundo turno em 2002. Tem agora o presidente da República, mas ainda não o governo de São Paulo, provavelmente o teste decisivo em 2006. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



A Supremacia Americana e a ALCA

Francisco de Assis Grieco

Após apreciar os fatores históricos presentes na formação da sociedade norte-americana, o autor analisa a evolução deste país e sua inserção na política regional e sua política mundial. Estuda os grandes problemas atuais da política exterior dos EUA e sua dificuldade em harmonizar sua vocação pluralista e liberal com as imposições de sua supremacia mundial. É uma obra séria que contém um repertório de informações históricas, diplomáticas e econômicas que irão atualizar e aprofundar os conhecimentos dos leitores sobre o tema.

Os combatentes da “Liberdade”*

*Denis Rosenfield***

Valores estruturam uma sociedade. Por meio deles, essa se pensa e oferece os parâmetros pelos os quais os indivíduos balizam o seu comportamento. Quando mais essa sociedade for articulada pela idéia da liberdade, maiores serão as suas chances de desenvolvimento socioeconômico e, sobretudo, de formas mais civilizadas de comportamento. Aquilo que viemos a considerar como humanidade é a expressão desses valores e princípios que foram assim consolidados. Eis por que o debate de idéias é central na perspectiva de uma sociedade livre.

O recente mal-estar que tem se manifestado em nossa sociedade a respeito das torturas cometidas durante o regime militar não deve dar lugar a um comportamento maniqueísta, como se os militares estivessem do lado do mal e os guerrilheiros e/ou terroristas no do bem. Esse tipo de polarização, em boa parte dos casos, visa a ocultar algo relevante na ótica de estruturação de uma sociedade. Estamos presenciando um ataque sistemático à instituição militar, como se os esquerdistas de então fossem os combatentes da liberdade. A pergunta que vem imediatamente à mente é: estavam eles comprometidos com a democracia?

Um pouco de história não nos fará mal. Quando do chamado golpe de 1964, havia, sim, uma tentativa em curso de instalação de um regime de tipo comunista no Brasil. Embora essas ações estivessem se aproveitando das instituições democráticas vigentes, não é menos verdadeiro que o seu propósito consistia na abolição pura e simples dessas mesmas instituições. A sociedade

vinha sendo convulsionada por atividades subversivas que acompanhavam os diferentes modelos comunistas nessa época vigentes, do soviético ao maoísta, passando pelas diferentes versões trotskistas, guevaristas, castristas, albanesas e outras. O zoológico ideológico era aterrador, sobretudo pelos crimes que ocultava. Acrescentemos, ademais, que a sociedade brasileira em geral clamava por uma participação militar, consubstanciada em apoios dos mais importantes e influentes jornais da época, além de representantes da Igreja e da sociedade civil em geral. Muitos dos que depois se tornaram críticos do regime militar quando do seu fechamento e da prática que então começou a corroer a própria instituição militar apoiaram, em nome da democracia e da liberdade, que se desse um basta a essas tentativas que se tornavam cada vez mais insurrecionais.

Quando um setor da esquerda pegou em armas contra a ditadura, ele não o fez em nome da liberdade e da democracia, mas em nome de suas propostas de instauração de um regime de corte totalitário no País. Os que hoje se apresentam como combatentes da liberdade nada mais eram que os representantes do totalitarismo. Que pretendam agora se colocar como vítimas é um contra-senso histórico, uma imoralidade, que se faz ainda às expensas dos contribuintes, que devem pagar vultuosas indenizações aos que tinham como propósito a eliminação da liberdade no Brasil. Peguem o caso tão em voga da guerrilha do Araguaia. Essa guerrilha seguia uma orientação maoísta que tinha entre os seus ícones assassinos como o secretário-geral do Partido Comu-

* Transcrito do portal eletrônico A Continência – em 20/11/04.

** O autor é filósofo e historiador.

nista da Albânia e Mao Tsé-tung e o seu grupo na China. As suas vítimas se contam aos milhares e aos milhões, sem que nada seja dito a respeito. Pretendiam eles instaurar a democracia no Brasil ou um governo totalitário desse tipo?

Causa, portanto, espécie na discussão atual a distorção desses fatos, como se o que estivesse em questão, do ponto de vista das supostas vítimas/guerrilheiros, fosse a liberdade. Essa falsificação histórica obedece a outros propósitos que não são apenas os exorbitantemente pecuniários, mas também os de “mostrar” que os atuais detentores

do poder estão do lado do “bem”, e ali sempre estiveram. Denegrir as Forças Armadas corresponde a uma estratégia de marcar um “inimigo”, para então fazer passar um outro projeto de enfraquecimento da democracia. Quando a luta pelas idéias parte desse tipo de falsificação histórica, o seu propósito consiste em orientar diferentemente as ações dos cidadãos desse País. A crítica justificada da tortura e dos excessos de determinados momentos do regime militar não pode ser uma desculpa visando a encobrir uma outra tentativa de silenciamento da liberdade. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



As Grandes Decisões Estratégicas

*Elaborado pela Diretoria de História Militar
do Departamento do Exército dos EUA*

Desde o início da Segunda Guerra Mundial e após sua conclusão, uma equipe de historiadores, pesquisadores e escritores trabalha na reunião e seleção de documentos que relatam a participação do Exército dos EUA no conflito. Já foram consultados milhares de documentos (dos nossos aliados, dos japoneses e dos alemães), complementados por entrevistas feitas com participantes do conflito. Com base nesse trabalho, foi editada esta obra com vinte capítulos, cada um abordando uma decisão importante da Segunda Guerra Mundial. Inigualável em sua amplitude, em seus pormenores, em sua importância e na profundidade de sua extensão, ela pode ser considerada como uma história para historiadores.

Atendendo a um apelo e fazendo a minha parte*

Jorge Baptista Ribeiro**

Motivado pelo pedido da União Nacional e Estudantes (UNE) que vem pipocando nos intervalos comerciais da TV Globo, para que o povo unido, que jamais será vencido, ajudasse a construir e disseminar a memória do Movimento Estudantil, fui navegar no *site* indicado na propaganda, a fim de verificar em que eu podia ajudar, pois além de ser testemunha ocular do Movimento Estudantil antes, durante e depois dos “anos de chumbo”, como estudante universitário na década de 1960 etc., julgo-me habilitado para contribuir.

De mais a mais, eu sempre tive o hábito de anotar o meu dia-a-dia, além de ler jornais dos quais recortava as notícias que de perto me interessavam, guardando os recortes para escrever as minhas memórias, quando chegasse à situação de vagabundo, como o ex-Presidente Fernando Henrique qualificou os aposentados. Logo, faz sentido eu atender a tão atraente apelo da UNE, colaborando para que a memória dessa entidade seja a mais completa possível, espelhando verdades, normalmente omitidas ou falseadas.

É claro que uma andorinha só não faz verão! Portanto, reforçando o apelo da UNE, convido a todos que também puderem contribuir para uma modelar memória das façanhas da “esperta” garotada que se incorporem ao projeto, com seus conhecimentos, vivências etc. Aliás, o momento é bastante oportuno, pois a ordem é: vamos abrir os arquivos.

Inicialmente, é preciso que se diga que a UNE, juntamente com a União Brasileira de Estudantes

Secundaristas, compõe o denominado Movimento Estudantil (ME).

Pela coincidência de algumas reivindicações específicas da sua categoria profissional com as dos estudantes e, portanto, identificando-se com o ME, surgiu um campo fértil para a comunhão político-ideológica de professores e alunos, tanto do ensino fundamental (ex-1º grau) como do ensino médio (ex-2º grau). Logo foram fundadas a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior do Brasil (ANDES) e a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), as quais, agindo separadamente ou em conjunto, criavam impasses de difícil solução, promoviam passeatas, greves, arruaças de rua, sempre se solidarizando com as atividades políticas do ME e, assim, caracterizando um movimento politicamente organizado de massa: O Movimento de Professores (MP).

Por seu turno, os funcionários de universidades criaram, em 19 de dezembro de 1978, a Federação das Associações das Universidades Brasileiras (FASUBRA) que, inicialmente, aparentava não ser dominada por organizações comunistas, limitando-se a pertinentes reivindicações sobre a remuneração da categoria, tão ou mais mal pago do que o professorado. Entretanto, em janeiro de 1984, quando se realizou o primeiro congresso da classe, foi eleita para a presidência daquela entidade a ativista militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Vânia Galvão. Daí em diante, as manifestações dos funcionários das universidades foram reforçadas por integrantes engajados de muitos outros estabelecimentos de ensino não universitários, configurando-se o Movimento de Funcionários (MF), nos mesmos moldes do ME e do

* Transcrito de Mídias em Mascaras, em março de 2005.

** O autor é Coronel de Infantaria e EM.

MP, isto é, orientados e dirigidos por militantes de organizações comunistas.

O conjunto de atividades reivindicatórias, calcado em conhecidos jargões e palavras de ordem esquerdistas, e os procedimentos similares dos ME, MP e MF e organizações comunistas impõem um tratamento analítico mais amplo, isto é, analisarem-se as ocorrências num contexto de Movimento Educacional (M Ed), por sua vez integrado ao Movimento Comunista Brasileiro, parte do Movimento Comunista Internacional.

Para não muito me estender, limito-me a citar alguns exemplos da direção do ME por organizações comunistas, para melhor iluminação do cenário subversivo dos denominados “anos de chumbo” e dos dias atuais.

Depois de acirradas disputas se revezando na manipulação de estudantes, o PCB agia, por intermédio da tendência Unidade, enquanto o PC do B executava a mesma tarefa, sob a capa do grupo Viração. A Convergência Socialista (CS) – organização trotskista que, sem ser molestada pela “repressão”, em 1978, registrou-se em cartório da cidade de São Paulo como personalidade jurídica, mostrando que não “chovia” tanto chumbo, como dizem – originava-se da reunião, em 1973, de exilados brasileiros no Chile, os quais, antes da queda de Salvador Allende, lá procuravam se reorganizar sob a denominação Ponto de Partida (PP), em 1974 transformada na Liga Operária (LO) e, em 1978, dando lugar ao Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que muito trabalhou, no âmbito do Movimento Operário (MO), para a criação do Partido dos Trabalhadores (PT). A Convergência Socialista atuava, inicialmente, no meio estudantil em busca de quadros para preencher funções de realce na cúpula daquela organização subversiva. Fundindo-se com o braço secundarista da revisionista Organização Socialista Internacionalista (OSI), o Liberdade e Luta (LIBELU), gerou o grupo Alicerce da Juventude Socialista (AJS), dando prosseguimento à sua marcante atuação subversiva no ME.

Exemplo mais recente da manipulação de estudantes por partidos políticos comunistas foi noticiado no jornal *O Globo* de 13/07/2003. Entidades praticamente desconhecidas do público, como a União da Juventude Socialista (UJS) e a Aliança da Juventude Revolucionária (AJR), orientadas por partidos políticos esquerdistas, na sede da UNE, situada no bairro do Catete/RJ, formavam comissão para promover badernas de rua, mascaradas pela reivindicação do passe livre. Tal comissão foi formada basicamente por agentes do PC do B, ao qual se liga a UJS, e pelo Partido da Causa Operária (PCO), cujo braço estudantil é a AJR. Há ainda a Alternativa Socialista e o Fazendo a Diferença, braços do PT, e a Juventude do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), fazendo os jovens de joque do comunismo apátrida.

Continuando a navegar no *site* da UNE, pude constatar que também estão prestigiando o ME figuras ilustres e mais categorizadas do que eu, tais como: ex-presidentes e ex-militantes da UNE e da UBES, jornalistas como, por exemplo, Franklin Martins (1), cineastas, artistas, santas criaturas do clero esquerdista, líderes do Movimento dos Sem-terra (MST), entidades cubanas como a Organização Continental Latino-americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE), a Federação Estudantil Universitária (FEU), a Federação Estudantil de Ensino Médio (FEEM), a União da Juventude Comunista de Cuba (UJC), a Central Globo de Comunicação, cujo diretor, Luis Erlanger, disse alegrar-se quando ouve o bordão “Globo e PC do B, tudo a ver”, autores de novelas da TV Globo, a Petrobrás, a Fundação Roberto Marinho, o jornal *O Globo* e o secretário-executivo do Ministério da Educação, Fernando Haddad, também integrante do grupo executivo da atual reforma universitária e da diretoria da UNE, além do Ministro da Educação, Tarso Genro (2).

Prosseguindo, eis mais colaboração, fruto de relatórios de inquéritos, documentos e livros

à disposição de interessados, pois de domínio público. Da Resolução do Partido Comunista Brasileiro (PCB), baixada em outubro de 1961, transcrevemos o seguinte trecho:

Dentre os setores da pequena burguesia, foram os estudantes que desempenharam o papel político mais ativo. A unidade e o desassombro dos estudantes, decretando a greve em todo o País, contribuíram para a ampliação e a firmeza da nossa luta.

Em julho de 1962, o PCB lançou nova Resolução Política, na qual assim se manifestava:

Nas cidades, é, sobretudo, o movimento estudantil que expressa a crescente indignação das camadas médias, cada dia mais afetadas pela inflação, pelas dificuldades de abastecimento de gêneros mais essenciais, pelos problemas da habitação, transporte, saúde e educação. A greve nacional universitária revelou a força do movimento estudantil e seu crescente papel na vida política nacional.

Ainda em 1962, a revista *Novos Rumos*, n. 200 (15/20 dezembro) – órgão de divulgação do PCB – publicava o que abaixo transcrevo, clarificando que o nacionalismo xenofóbico, no mais das vezes ingênuo e inconseqüente, sempre foi e será de mil e uma utilidades para o proselitismo dos comunistas, pois muita gente de boa cepa, por razões diversas que aqui não são oportunas, se presta ao triste papel de “colocar azeitonas em pastéis de recheio vermelho”:

Ao mesmo tempo, devemos atuar no sentido de unir na frente nacionalista e democrática a pequena burguesia urbana, sobretudo os estudantes que constituem uma importante força revolucionária, assim como a intelectualidade progressista e a burguesia ligada aos interesses nacionais.

No discurso proferido por João Goulart, no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, no Comício das Reformas a que assisti dentro do palanque instalado em frente ao edifício da Central do Brasil, posso citar o seguinte trecho, no qual o Presidente da República enfatizou o papel dos

estudantes no processo que se vinha desenvolvendo, para transformar a República Federativa do Brasil numa república anarcossindicalista:

Também está consignada nesta mensagem, a reforma universitária reclamada pelos estudantes brasileiros, reclamada pelos universitários que sempre têm estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas.

Ao final da década de 1960, outro documento vindo de Moscou que viria a instruir inquérito policial apontava as universidades como um meio propício à difusão de idéias revolucionárias:

Sujeitos a contínuas emoções, constantemente renovadas por nossos agentes, nem sempre sabem ou podem os estudantes controlar o seu estado emocional. Experimentam, destarte, de maneira exuberante, todas as manifestações do amor, do sexo, da arte, da pobreza e da beleza. É nas universidades, onde os jovens de ambos os sexos se reúnem para debater problemas econômicos, históricos, políticos e sociais, para depois difundir as idéias revolucionárias, as quais não tardarão a frutificar.

Para não ficar só falando dos russos, porque isso poderia causar desgostos aos representantes do atual Governo brasileiro, que foram à China para se ilustrar sobre os direitos humanos, embora lá, estes sejam costumeiramente violados, a UNE poderia, também, consignar na memória do Movimento Estudantil a orientação contida em um boletim que, em 1969, lhe chegou às mãos, vindo de Pequim e que a seguir transcrevo:

O manifesto antagonismo político e os protestos que se sucedem preocupam seriamente os estudantes do mundo capitalista. Os jovens se mostram entusiastas e extremamente ciosos dos seus direitos. Gostam de ser ouvidos e clamam ostensivamente pelos seus direitos. Nos últimos anos, decidiram abandonar a razão, a ordem e a lei, para adotar o seu descontentamento político. Bem conduzidos e orientados por nossos experientes agentes, poderão chegar até mesmo à violência criminoso que, se preciso for, utilizaremos.

No dia 7 de junho de 1962, na cidade de São Paulo, ocorreu uma greve de universitários de grandes proporções. No relatório do inquérito aberto pela polícia paulista, para apurar quais os seus responsáveis pode-se ler:

Nela, elementos não identificados, mas sensivelmente estranhos à classe estudantil, insuflavam o prosseguimento da greve, fazendo passar, de mão em mão, bilhetes datilografados, onde se lia: Nossa campanha vai de vento em popa. Os fósseis já perderam a autoridade. Não tugeram nem mugiram, diante da nossa investida, estão acovardados e não se animam a reagir. Pé na tabua, enquanto os bons ventos estão soprando. Amanhã pode ser tarde. Os gorilas estão na moita. Não sabem o que pretendem. Mas os micos estão ativos. Cuidado com eles. Se houver pancadaria tratem de arranjar muitas vítimas. A imprensa está preparada e a nosso favor. Preparem as fotos. Devem ser feitas com atenção, por gente capaz. Não percam tempo. Nunca houve maior oportunidade. Governo avacalhado, divergências entre gorilas e Aragarças, bóia pela hora da morte. Descontentamento geral. Somos 34.000. Nem todos se afinam com o grupo, mas, por bem ou por mal, acabam aderindo. É só questão de jeito e vaselina. Gaita não falta para amolecer os duros e forçar os moles. Aguardem instruções dos sabidos.

Outro registro digno de ser incorporado à Memória do ME seria o que assim, em 1963, preceituava:

Os estudantes devem pleitear, com maior energia e persistência, reivindicações cada vez maiores, prevalecendo-se da Reforma do Ensino em andamento. Há todo interesse na criação de um clima de agitação e na desmoralização das autoridades universitárias, a fim de obrigar as autoridades federais a dar amplo e irrestrito apoio à União Nacional dos Estudantes. Para isso, contamos com a conivência de muitos professores, livres-docentes, assistentes, antigos alunos e, sobretudo, com os “estudantes crônicos”, como ponto básico para alcançar o que pretendemos.

Contamos, também, com o apoio de operários e lavradores, interessados na luta armada para a posse da terra.

Também poderiam fazer parte da Memória da UNE outras recomendações, contidas em um livreto, intitulado *Caminho da Humanidade – das cavernas ao comunismo*. Nele, os propagandistas do credo vermelho recomendavam aos estudantes “uma ação politizadora intensa no seio das massas, feita por meio de aulas impressas, distribuídas aos ainda não engajados e aos operários”.

Stalin, em *Questões do Leninismo*, p. 503, edição mexicana de 1941, produziu um ensinamento que acredito em muito ajudaria a UNE a mais arregimentar jovens estudantes para o seu Movimento Salvador da Humanidade. Lá, está dito:

É certo que os jovens não possuem os conhecimentos necessários. Mas conhecimentos se adquirem. Hoje não os possuem, mas amanhã tê-los-ão. Por esse motivo o problema é ensiná-los até que assimilem o leninismo. Camaradas da Juventude Comunista: aprendei, ensinaí o bolchevismo e empurrai os vacilantes! Falai menos e trabalhai mais e vereis como tudo marcha facilmente!

Ainda no site da UNE, encontrei algumas queixas sobre dificuldades financeiras daquela entidade a qual, por uma lacuna na Memória do ME, com que agora contribuo, deixou de dizer que a fonte que secou vinha de Moscou, por intermédio, principalmente, da União Internacional de Estudantes (UIE). A UIE estava sediada em Praga; tinha como vice-presidente um brasileiro – Nelson Vanuzzi – e se tornara praticamente a Seção Estudantil do Cominform, conforme referência do Presidente da União Nacional de Estudantes da Inglaterra. Bem se encaixaria nessa lembrança o fato de a UIE ter financiado, em 1963, em Salvador/Bahia, o Seminário Internacional de Estudantes dos Países Subdesenvolvidos e, inclusive, ter contribuído com cinco mil dólares, para subsidiar a Campanha de Alfabetização de Adultos, patrocinada pelo Ministério da Educação e

Cultura do governo João Goulart, naquela época, dirigido por um outro Tarso:

O também comunista Paulo de Tarso Santos, um dos elementos que, juntamente com o frade jesuíta Cardonnel, o padre brasileiro Henrique de Lima Vaz e o estudante Herbert José de Souza – vulgo Betinho –, exerceram grande influência na estruturação da organização marxista-leninista Ação Popular (AP), cria da esquerda clerical católica.

Seria de grande significado para o Movimento Estudantil brasileiro e, portanto, digno de registro na memória da UNE, o intenso relacionamento da UNE com a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), inicialmente uma entidade apolítica, criada em 1945, mas já em 1949 dominada pelos comunistas. Tinha a sua sede em Budapest, após ter sido expulsa da França e transferida para Praga durante a Revolução Húngara.

Também seria de imenso valor histórico para a posteridade a menção, na Memória do Movimento Estudantil, de que, da mesma forma que atualmente o PT seleciona os estudantes para cursos em Cuba, cabia ao PCB a seleção dos estudantes brasileiros que, naquela época, deviam frequentar escolas soviéticas, como a Universidade Patrice Lumumba, ou os centros de treinamento guerrilheiro e politização da Tchecoslováquia.

O contato permanente da UNE com a subversiva Central Geral de Trabalhadores (CGT), no seio da Frente de Mobilização Popular, e o comparecimento de instrutores cubanos de guerrilhas à sua sede social, julgo sejam outras valiosas informações colaboradoras que presto ao projeto de memória daquela agremiação de estudantes que, conforme nos contou Arnaldo Jabor (*O Globo* de 17/8/2004), consistia em um celeiro de gatinhas que eram convencidas da necessidade da prática do amor livre nos “aparelhos”, para que o imperialismo ianque fosse aniquilado.

Para que o clero esquerdista não me acuse de parcial, devo falar da estreita colaboração de

dois grandes “padrinhos” do Movimento Estudantil que, se não homenageados pelos organizadores da memória estudantil, sem dúvida, serão injustiçados: que me perdoem a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e um sem-número de outros “religiosos” progressistas, brasileiros e estrangeiros.

D. Evaristo Arns e D. Helder Câmara merecem destaque. D. Arns – que, em 1964, foi de encontro às tropas que deram o *Kick off* na Contra-Revolução de 1964, para abençoá-las –, em 1978, fez publicar no periódico da sua arquidiocese a realização do II Encontro da Pastoral Universitária, a realizar-se de 28 a 30 de julho na cidade de São Paulo, com a participação dos estudantes das comunidades universitárias de base de São Paulo/SP, Rio Grande do Sul, Lins/SP, Ribeirão Preto/SP, Belo Horizonte/ MG, Juiz de Fora/MG, Rio de Janeiro/RJ, Bauru/SP e São José do Rio Preto/SP. Essa divulgação de Sua Eminência Reverendíssima revelava que a “comunhão de base” se estava articulando na Universidade de São Paulo e em outras cidades. Reiterava o papel crítico que pode assumir a universidade na transformação da sociedade, aduzindo que o encontro foi restabelecido após dez anos de interrupção. Concluía que o momento era de construção.

D. Helder, por sua vez, em novembro de 1977, publicou na Arquidiocese de Olinda e Recife o documento intitulado *Assembléias, nº 2*, contendo as diretrizes operacionais para o Movimento Estudantil, sob o título “Movimento Estudantil e Pastoral Estudantil”. Segundo esse documento, a educação, em qualquer sistema social, situava-se no nível de superestrutura e, em consequência, quem procurasse operar mudanças no âmbito educacional, estaria contribuindo para a mudança do sistema social. Quanto ao Movimento Estudantil, o Reverendíssimo D. Helder assim se manifestou nesse mesmo documento:

O Movimento Estudantil é a mobilização e organização dos estudantes para lutar contra esse estado de coisas [contradições sociais]. Ele surgiu

e se fortaleceu com o objetivo específico de lutar por uma educação libertadora e pela construção de uma sociedade autenticamente democrática. A Igreja está a serviço do Homem e tem uma tarefa de libertação.

Embora mais tivesse para contar, para não cansar os meus leitores fico por aqui com a minha pequena mas sincera e humilde colaboração ao Projeto da Memória do Movimento Estudantil da UNE.

Entretanto, quero aproveitar o ensejo para ressaltar a enorme responsabilidade da família e da escola para que os nossos jovens não sejam utilizados como bucha de canhão por mãos perversas, como se pode ver, resumidamente, acima, no meu atendimento ao apelo da UNE e no filme “O que é isso, companheiro?”, baseado no livro do ex-militante da UNE, guerrilheiro urbano e seqüestrador, o hoje deputado federal, Fernando Gabeira. Nesse filme, vêem-se “chefões” se resguardando e motivando jovens carentes, desassistidos e maldosamente pervertidos, para irem às ruas levar pancadas da polícia etc.

Enfatizando a importância da família como primeira responsável pela formação básica do caráter da prole e da escola, genericamente, como encarregada da complementação educativa que, desde as primeiras letras à fase universitária, constrói ou deforma a elite do amanhã, apresento o resultado do teste de personalidade de Rorschach, para aferição do perfil psicológico, ao qual foram submetidos, voluntariamente, 44 jovens, dentre os estudantes presos no Rio de Janeiro em 1968.

Dos 44 examinados, 32 (73%) foram considerados como pessoas portadoras de sérias dificuldades de relacionamento, escasso interesse humano e social ou angústias por imensa dificuldade de comunicação. Como imaturos foram apontados 23, dos quais, cerca da metade estava incluída no grupo de difícil relacionamento; 18 foram incluídos no grupo dos desajustados, sendo que 3/4 dos mesmos pertenciam ao grupo dos difíceis.

Posteriormente, foi verificado, por intermédio de um questionário aplicado por psicólogos

que desconheciam o teste anterior, que a maioria desses jovens provinha de lares mal estruturados por problemas de alcoolatria, prevaricação, conflitos entre os pais, abandono dos seus chefes, privações financeiras e ainda teve perversores na vida escolar que mais agravaram os seus desajustes e inundaram seus corações de ódio.

Finalizo, lembrando que o futuro de uma nação pode ser visualizado na justa medida da preponderância ou não da família organizada, da isenção ou engajamento ideológico no ensino escolar e do espírito cristão, suplantando ou sucumbindo ao materialismo.

Notas

(1) Franklin de Souza Martins

(“Waldir”, “Francisco”, “Miguel”, “Rogerio”, “Comprido”, “Grande”, “Nilson”, “Lula”)

– Filho do falecido Senador esquerdista Mário Martins, ingressou no PCB em 1966, atuando no Comitê Secundarista da então Guanabara.

– Foi militante da DI/GB e do MR-8. Foi presidente do DCE/UFRJ e vice-presidente da UNE.

– Em outubro de 1968, foi preso no Congresso da UNE, em Ibiúna.

– Em abril de 1969, foi eleito para a Direção Geral do MR-8 e, em meados desse ano, participou do seqüestro do embaixador dos EUA.

– Em fins de 1969, fugiu do Brasil no esquema da ALN, indo fazer curso em Cuba.

– Refugiou-se em Santiago do Chile, onde, em dezembro de 1972, foi eleito para a nova Direção Geral do MR-8; regressou ao Brasil em fevereiro de 1973, indo estruturar o Comitê Regional de São Paulo.

– Atualmente (e desde há alguns anos), trabalha como comentarista político da Rede Globo de TV e já foi diretor da sucursal do jornal *O Globo* em Brasília/DF.

– Redigido por Franklin Martins e Fernando Gabeira e aprovado por Joaquim Câmara Ferreira,

o “Velho” ou “Toledo”, ficou pronto o panfleto que seria deixado no carro do embaixador após a ação.

- Esse manifesto inseria o seqüestro dentro do contexto das demais ações terroristas, classificando-o como um “ato revolucionário”. Fazia propaganda “anti-imperialista”, acusando o embaixador de representante dos “interesses espoliativos norte-americanos no Brasil”. Exigia a libertação de 15 presos políticos – anunciados oportunamente – que deveriam ser conduzidos para a Argélia, Chile ou México, onde lhes deveria ser concedido asilo político. A outra exigência era “a publicação e leitura completa dessa mensagem nos principais jornais e estações de rádio e televisão de todo o País”.

- Finalizando o manifesto, um ultimato concedia 48 horas para o governo aceitar as condições impostas e mais 24 horas para que os presos fossem transportados para o exterior em segurança; o não atendimento das condições acarretaria o assassinato – segundo eles, o “justicamento” – do embaixador americano. O manifesto era assinado pela Aliança Nacional Liberta-

dora (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

(2) Tarso Fernando Herz Genro (“Carlos”, “Rui”)

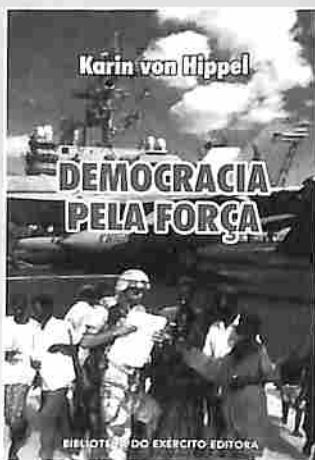
- Gaúcho de Santa Maria/RS, onde foi aspirante R/2 de Artilharia.

- Em 1966, atuava na UNE e era militante do PC do B. Atraído para a luta armada, saiu do PC do B e ingressou, em 1968, na Ala Vermelha. Em 1970, ficou preso durante três dias no DOPS; solto, fugiu para o Uruguai. Na década de 1980, foi militante do clandestino Partido Revolucionário Comunista (PRC). Ingressou no PT, pelo qual foi deputado federal e vice-prefeito de Porto Alegre.

- Ex-prefeito de Porto Alegre, candidatou-se ao governo do Estado, tendo perdido em 2º turno.

- Atualmente (2004) é o Ministro da Educação do Governo de Lula da Silva e envida seus melhores esforços numa Reforma do Ensino, nitidamente, consentânea com a ideologia totalitarista que continua professando. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA Coleção General Benício



Democracia pela Força

Karin von Hippel

A partir do final da Guerra Fria, a comunidade internacional e os Estados Unidos, particularmente, realizaram intervenções em uma série de conflitos civis, em diversas regiões do mundo. Nos casos em que as ações, sanções econômicas ou pressões diplomáticas falharam, ocorreram intervenções militares. A autora examina quatro dessas intervenções patrocinadas pelos Estados Unidos: Panamá, Somália, Haiti e Bósnia. Nos episódios citados, Karin von Hippel analisa os fatores que levaram à intervenção, o caminho percorrido pela ação armada e os esforços desenvolvidos para a chamada reconstrução nacional.

Contribuições teóricas para o aperfeiçoamento da liderança militar no Exército Brasileiro*

*Claudio Herbert Nina e Silva¹, André Gonçalves Mellagi²
e Paolo Rosi D'ávila³ (orientador)*

RESUMO

O Exército Brasileiro vem concedendo cada vez mais atenção ao tema da liderança em toda sua estrutura organizacional. O presente artigo objetivou investigar as principais correntes teóricas que sustentam as Instruções Provisórias 20-10 do Exército Brasileiro. O ponto de partida deste estudo situou-se no histórico do desenvolvimento das teorias de liderança e em suas reformulações e aperfeiçoamentos ao longo do tempo. Foram descritas as principais teorias de liderança desenvolvidas após a Segunda Guerra Mundial, a saber, as abordagens situacionais, contingenciais, transacionais e transformacionais. Em seguida, a análise deteve-se nas IP 20-10, cujas finalidades são o estabelecimento de fundamentos teóricos que definem a liderança militar do Exército Brasileiro e a aplicação prática de seus princípios. A conclusão do artigo apresenta sugestões de contribuições teóricas que auxiliariam na investigação e aplicação da liderança no contexto militar brasileiro. Tais contribuições surgem principalmente da necessidade de pesquisas de âmbito militar, dada a especificidade de sua organização e relações entre seus membros.

PALAVRAS-CHAVE

Liderança. Ciências Militares. IP 20-10.

O desenvolvimento de líderes tem sido um dos objetivos primordiais de todos os exércitos ao longo da História. O adequado funcionamento de um exército eficiente depende da utilização de líderes com alto grau de competência técnico-profissional e, sobretudo, profunda identificação com os valores e tradições militares da nação (Wishart III, 1991).

Acreditava-se, tantos nos círculos militares quanto nos acadêmicos, até a Primeira Guerra

Mundial, que o bom líder militar tinha de apresentar apenas qualidades morais e viris (Kellet, 1987). Contudo, os avanços tecnológicos do século XX, que forçaram a revisão das técnicas de guerra, também abalaram concepção tradicional de liderança baseada em qualidades inatas. A crescente complexidade no gerenciamento de recursos materiais e humanos tem exigido dos líderes militares o exercício de papéis de maior responsabilidade do que os de seus predecessores do século

* Colaboração da Escola de Administração do Exército - EsAEx.

¹ Primeiro-tenente aluno do CFO/QC - Psicologia, EsAEx 2004.

² 1º Ten Aluno do CFO/QC - Psicologia, EsAEx 2004.

³ Capitão instrutor da EsAEx e Mestre em Psicologia Social/ UERJ em 2004.

XIX (Mountcastle, 1996). Na visão de Tofler e Tofler (1993), embora a capacidade física e o vigor moral ainda sejam qualidades desejáveis, o líder militar do século XXI deve ser capaz, sobretudo, de manipular informações e tomar decisões em um ambiente de combate altamente mutável.

Desse modo, devido à preocupação com o impacto das mudanças tecnológicas e doutrinárias sobre os fatores humanos nas organizações militares, o fenômeno da liderança tem gerado a necessidade de cada vez mais pesquisas aplicadas (Anastasio, 1991; Chemers, Watson e May, 2000).

Portanto, diante dessa realidade, torna-se indispensável para o Exército Brasileiro a compreensão das ações dos indivíduos desempenhando papéis de líder em suas fileiras.

Dessa maneira, o objetivo principal do presente artigo foi a análise do arcabouço teórico de sustentação das Instruções Provisórias 20-10 do Exército Brasileiro. Para tanto, os conceitos apresentados nas IP 20-10 foram examinados e identificados em termos de filiação teórica. Em seguida, procedeu-se a uma comparação dos principais pressupostos das IP 20-10 com os conceitos de liderança mais empregados atualmente no meio organizacional e acadêmico. Finalmente, foram apresentadas possíveis contribuições ao aperfeiçoamento e atualização das Instruções.

Teorias de liderança

Nos círculos militares europeu e norte-americano do primeiro quarto do século XX, o caráter era considerado o principal componente da liderança militar (Kellet, 1987). Por causa dessa concepção, as investigações científicas sobre liderança ou eram desacreditadas, como no Exército britânico, ou eram direcionadas no sentido de mensurar traços de caráter nos candidatos ao oficialato, como no Exército norte-americano (Gibb, 1959). Assim, os primeiros estudos psicológicos sobre liderança tinham como objetivo central os efeitos das características pessoais do

líder sobre o desempenho do grupo (Gibb, 1959; Fiedler, 1975; Kellet, 1987; Chemers, 1993). Verifica-se nesses estudos a ênfase na figura do líder e em suas características de personalidade e de comportamento, concedendo limitada importância a processos grupais. Desse fato, portanto, resultaria a insistência inicial na realização de investigações psicométricas de traços de personalidade associados à liderança (Fiedler, 1975; Myers, 2000).

Nesse período, havia uma intensa polêmica na qual as diferentes abordagens de liderança debatiam sobre sua gênese e fatores que participam para seu surgimento. Tal debate se pauta nas perguntas do tipo “É a chefia uma qualidade inata, um dom, algo assim como a aptidão para cantar, ou pintar? Ou é uma arte acessível a todos os indivíduos normais, requerendo apenas uma aprendizagem judiciosa e bem ministrada?” (Passarinho, 1987, p. 21.). Tais perguntas vinham à tona principalmente através das biografias dos grandes comandantes militares que possibilitaram a criação da figura do *líder nato*. Porém, na análise histórica dos antigos heróis, a questão ganha outro enfoque: “o que parece interessante a respeito dos líderes heróicos (...) não é mostrar que eles possuíam qualidades extraordinárias, (...) mas, sim, perguntar como as sociedades às quais eles pertenciam esperavam que tais qualidades fossem apresentadas” (Keegan, 1999, p. 25). Muitos autores concluem que “embora as aptidões do indivíduo possam revestir-se de certa importância, *elas devem-se combinar com as necessidades e propriedades do grupo* para produzir uma liderança efetiva” (Harrison, 1975, p. 434).

No entanto, os estudos psicométricos sobre traços característicos do líder se revelaram imprecisos em sua metodologia e contraditórios no que concerne aos resultados e conclusões (Chemers, Watson e May, 2000). Na visão de Fiedler (1975), a principal fonte de discrepância nos resultados obtidos pelos estudos de traço residiria na ausência de: (1) definições operacionais apropriadas dos

construtos avaliados; e (2) fidedignidade dos instrumentos psicológicos de mensuração empregados.

Contrastando com os estudos psicométricos, a concepção sociológica entendia a liderança como um conjunto de relações interpessoais e intragrupais nas quais um indivíduo exerce influência sobre outros mais do que é propriamente influenciado por eles (Gerth & Mills, 1973). Essa visão se desenvolveu a partir da tipologia de liderança estabelecida por Weber (1949), segundo a qual haveria três diferentes categorias de líder: (1) carismático, (2) tradicional e (3) legal. O líder carismático se caracterizaria por ser considerado possuidor de atributos pessoais especiais que provocariam mudanças no comportamento dos membros do grupo. O líder tradicional, por seu turno, apresentaria a sua autoridade baseada em processos de formação de hábitos nos quais seria considerado que há uma tradição de se seguir aquele determinado líder que deve ser mantida e repassada constantemente. Finalmente, o líder legal tem a sua autoridade firmemente lastreada em regras criadas, aceitas e compartilhadas pelos membros do grupo.

Assim, na concepção sociológica (Gibb, 1959; Gerth & Mills, 1973), a adequada compreensão do fenômeno da liderança poderia ser alcançada apenas por meio da análise dos seguintes fatores: (1) características de personalidade e de motivação do líder como indivíduo; (2) a atitude e a motivação dos seguidores em relação ao líder; (3) os aspectos definidores e descritivos dos comportamentos de liderar; e (4) os contextos grupais e estruturais nos quais o desempenho dos comportamentos de liderar se expressa.

No entanto, apesar dessas objeções à concepção personalista da liderança, a suposição de que a liderança era inata desencorajou o desenvolvimento de programas de treinamento de líderes militares até o início da Segunda Guerra Mundial (Gibb, 1959). Kellet (1987), comentando sobre a mudança de mentalidade do Estado-Maior Imperial Britânico sobre a liderança a partir de 1940, afirmou que se começou a abandonar a idéia de “atributos

de liderança” em favor da noção de “realizações de liderança”. Enquanto os atributos enfatizavam qualidades possuídas pelo líder nato, portanto impossíveis de serem adquiridas ou aperfeiçoadas, as realizações se reportavam aos comportamentos de liderar que poderiam ser aprendidos e desenvolvidos. Nesse sentido, o Exército britânico foi o pioneiro no estabelecimento de cursos de formação de líderes (Kellet, 1987). Os programas de treinamento de forças especiais britânicas, como os *Commandos* ou o *SOE*, por exemplo, baseavam-se na idéia de que atributos de personalidade como a extroversão eram bases sobre as quais se desenvolveriam repertórios comportamentais de liderança (Pinto, 1975).

No Exército norte-americano, por sua vez, os estudos exclusivamente psicométricos de características de personalidade foram substituídos pela investigação de comportamentos de líderes eficientes (Kellet, 1987). Como exemplo dessa mudança de perspectiva, a seleção de oficiais para as forças especiais do OSS norte-americano, além de teste psicológicos, envolvia oficinas operacionais e testes situacionais para a avaliação não de traços de liderança, mas sim de comportamentos de liderar (Whittaker, 1973).

Após a Segunda Guerra Mundial, portanto, a perspectiva individual, a qual enfatizava os traços de personalidade em detrimento dos aspectos interpessoais e/ou comunicacionais da liderança, começou a ser complementada por uma visão de dinâmica de grupo. A principal característica dessa visão grupal seria a pressuposição de que a liderança não constituiria fenômeno característico de um indivíduo, mas sim processo típico de um grupo em uma situação específica (Gibb, 1959; Fiedler, 1975). O caráter situacional da liderança passou a ser considerado e investigado de um modo mais objetivo por meio de estudos sobre pequenos grupos, dinâmica de grupo e aprendizagem social (Gibb, 1959; Chemers, Watson e May, 2000).

De acordo com os pressupostos da Teoria Situacional (Hersey e Blanchard, 1986), o processo de liderança se basearia em uma relação entre a

quantidade de orientação e direção (*comportamento de tarefa*) que o líder oferece, a quantidade de apoio socioemocional (*comportamento de relacionamento*) dado pelo líder e o nível de prontidão (*maturidade*) dos subordinados no desempenho de uma tarefa, função ou objetivo específico.

A prontidão é a capacidade e a disposição das pessoas de assumir a responsabilidade de dirigir seu próprio comportamento. Deve ser considerada somente em relação a uma tarefa específica a ser realizada. O estilo de liderança que uma pessoa deve adotar com indivíduos ou grupos depende do nível de maturidade das pessoas que o líder deseja influenciar (Hersey e Blanchard, 1986).

Nesse sentido, os estudos centrados na influência unidirecional do líder, sejam eles psicométricos ou sociológicos, por serem imprecisos e contraditórios, poderiam ser complementados por modelos de influência recíproca líder-seguidores, levando-se em conta as características da situação e do grupo (Cartwright e Zander, 1975; Fiedler, 1975).

Tal mudança de enfoque se fez necessária porque, do ponto de vista de Chemers (1993), os estudos empíricos de cognição social demonstraram que os efeitos dos comportamentos do líder sobre o desempenho do grupo não seriam factuais, objetivamente produzidos, mas sim cognitivamente construídos e significados conforme a dinâmica particular do grupo sob investigação e do conseqüente grau de conscientização quanto aos resultados da ação grupal.

Contemporaneamente, a liderança tem sido definida em termos de um processo de influência social, no qual o líder consegue mobilizar todos os recursos do grupo em prol da consecução de um objetivo comum específico (e.g., Gerth e Mills, 1973; Krüger, 1986; U.S. Department of the Army, FM 22-100, 1999; Chemers, 1993; Chemers, Watson e May, 2000).

A análise da experiência norte-americana no Vietnã (Kellet, 1987) e dos resultados inesperados dos conflitos árabe-israelenses (Tofler e Tofler, 1997) levaram os estudiosos da liderança militar a

revisar os conceitos estabelecidos até então. Dessa forma, os estudos levados a cabo a partir da década de 1960, fortemente influenciados pelo modelo de cognição social, passaram a ponderar sobre a possibilidade de as distorções perceptuais na atribuição de causalidade dos resultados do desempenho do grupo serem as responsáveis pelo julgamento do comportamento do líder (Chemers, 1993).

Os principais modelos de investigação da liderança atualmente em voga são teorias contingenciais, transacionais e transformacionais e (Hollander, 1993; Bass e Avolio, 1993; Bass, Avolio, Jung e Berson, 2003).

As abordagens contingenciais tendem a focalizar os padrões ou estilos de comportamento do líder e as modulações desses padrões em interação com o perfil e a dinâmica do grupo em cada contexto e/ou situação específicos (Fiedler, 1975; Bergamini, 1992). Há muita ênfase no papel exercido pelo líder no grupo primário, em termos de prestígio, poder legitimado e capacidade de comunicação interpessoal, presumindo-se que a figura do líder estruturaria e modularia os padrões de desempenho do grupo. Dessa maneira, segundo Fiedler (1975), os modelos contingenciais assumiriam a noção de flexibilidade da dinâmica grupal na atribuição de funções de liderança a cada um dos membros do grupo conforme a situação e a necessidade.

O ponto de vista transacional, por outro lado, considera que a liderança é um processo de interação dinâmica, ativa e biunívoca entre líder e seguidor (Bass *et al.*, 2003). Conforme Hollander (1993), o modelo transacional tenderia a valorizar, como objetos de estudo, a recompensa de desempenho, a percepção interpessoal e, sobretudo, as expectativas dos seguidores em relação aos atos do líder. Considera-se, portanto, que há uma relação de troca entre líder e seguidores, na qual o líder concederia determinados benefícios, como recompensas sociais, recebendo, em troca, a satisfação das necessidades psicossociais dele por parte dos seguidores.

A concepção transformacional da liderança considera que o processo de liderar se constrói

a partir do estabelecimento da identificação, tanto pessoal quanto grupal, dos seguidores com a missão e os objetivos do líder (Bass *et al.*, 2003). Há, de acordo com esse modelo, a necessidade de os seguidores se identificarem plenamente com os valores do grupo para que a liderança seja legitimada, posto que o líder se apresentaria justamente como defensor e divulgador desses valores.

Deve-se considerar, entretanto, a especificidade da liderança militar em comparação com as demais lideranças organizacionais. Embora muitas pesquisas e teorias de liderança se apoiem em organizações do tipo empresariais, a estrutura de comando e chefia do Exército Brasileiro possui características próprias que não são reproduzidas em outras instituições. Antes de tudo, o comandante possui a autoridade que sua patente lhe investe. Nesse sentido, seu papel é de chefe militar, assumindo uma postura imperativa de condutor de força. Por outro lado, elabora um atributo a ser desenvolvido de líder militar, valendo-se de sua proeminência e reputação para conduzir homens subalternos, assumindo uma postura motivadora (Coutinho, 1997).

Por exemplo, a concepção norte-americana de liderança militar está firmemente baseada no pressuposto de que o líder eficiente seria resultado de um processo de desenvolvimento gradual e progressivo (Anastasio, 1991; Chemers, Watson e May, 2000).

Para tanto, esse processo de aquisição e expressão dos atributos cognitivos, comportamentais e ético-morais da liderança estaria baseado em três pilares fundamentais: treinamento institucional, experiência operacional e auto-desenvolvimento (Anastasio, 1991).

As Instruções Provisórias 20-10

A Portaria nº 088, da 3ª Sub-Chefia do Estado-Maior do Exército, de 19 de setembro de 1991, aprovou as Instruções Provisórias 20-10 ("Liderança Militar") e revogou o Manual C 22-10 ("Princípios de Chefia").

Elaboradas no nível de Comando do Exército, as IP 20-10 têm por finalidade "estabelecer os conceitos básicos e os fundamentos teóricos que sistematizam a doutrina de liderança militar do Exército" (Cap. 1 Art. 2, 1991).

As IP 20-10 são diretamente direcionadas aos chefes militares de qualquer escalão, visando à orientação das ações de liderança do militar do Exército Brasileiro.

A doutrina de liderança exposta nas IP 20-10 rejeita tanto as abordagens inatistas quanto as puramente sociológicas. Ao contrário dessas abordagens, a doutrina de liderança preconizada nas IP 20-10 enfatiza a relação dinâmica de influência social que o líder exerce sobre o seu grupo. O exercício da liderança, no sentido apresentado pelas IP 20-10, é uma habilidade interpessoal que pode ser aprendida, desenvolvida e aperfeiçoada. Apesar disso, no rol dos aspectos fundamentais da estrutura do perfil do líder militar, propugnados pelas IP 20-10, o caráter do líder é apresentado com mais destaque do que fatores como liderados, comunicação e situação.

Na perspectiva das IP 20-10, a liderança militar seria baseada em 11 princípios aplicáveis e utilizáveis por todos aqueles que exercem papéis de chefia no Exército Brasileiro. Esses princípios fundamentais de liderança poderiam ser sintetizados: (1) conhecer a profissão militar e promover autoconhecimento; (2) buscar o auto-aperfeiçoamento; (3) assumir a responsabilidade por seus atos; (4) decidir com acerto e oportunidade; (5) desenvolver o senso de responsabilidade em seus subordinados; (6) servir de exemplo a seus homens; (7) conhecer e cuidar do bem-estar de seus subordinados; (8) manter seus homens bem informados; (9) assegurar-se de que as ordens são compreendidas, fiscalizadas e executadas; (10) treinar seus subordinados como uma equipe; (11) atribuir missões a seus homens de acordo com as possibilidades destes.

Assemelhando-se aos pressupostos adotados pelo manual de liderança do Exército norte-

americano (U.S. Department of the Army, FM 22-100, 1999), as IP 20-10 consideram que os atributos fundamentais do líder militar poderiam ser sintetizados no que o líder deve *ser* (caráter do líder), *saber* (conhecer os subordinados, compreender a natureza humana, possuir competência profissional) e *fazer* (comunicar, motivar, disciplinar, estimular a coesão).

As IP 20-10 também apresentam uma discussão sobre ética, crença, valores e normas no ambiente militar. Elas apontam a inexistência de um documento que formalize a ética militar, embora reconheçam a indissociabilidade desta em relação à responsabilidade moral e profissional do líder militar. Conforme essa visão da liderança, as crenças e valores são aprendidos ao longo do desenvolvimento do indivíduo, podendo, no decorrer desse processo, entrar em conflito com os valores da instituição. Para a resolução desses potenciais conflitos, seria necessária a aceitação e corroboração dos valores do Exército por parte do indivíduo. Caberiam, portanto, exatamente ao líder a comunicação e exemplificação desses valores para os seus subordinados.

Contribuições teóricas às IP 20-10

A liderança militar é definida nas IP 20-10 como “a capacidade de influenciar o comportamento humano e conduzir as pessoas ao cumprimento do dever” (Art. 2, inciso 3-3). Esse conceito encontra pleno respaldo na concepção contemporânea de liderança, entendida em termos de processos de influência interpessoal (Krüger, 1986; Chemers, Watson e May, 2000).

Do mesmo modo, as IP 20-10 se encontram alinhadas às principais teorias contemporâneas de liderança ao considerarem o líder, os liderados, a comunicação e a situação como fatores atuantes no processo dinâmico da liderança militar. Esses mesmos fatores também são apresentados no manual de liderança do Exército norte-americano (U.S. Department of the Army, FM

22-100, 1999), cujo modelo básico de liderança adotado é o situacional (Yeakey, 2002).

Pode-se observar, nas IP 20-10, a influência das abordagens comportamentais na definição dos estilos de liderança que podem ser desempenhados no âmbito do Exército Brasileiro: autocrático, democrático e delegativo ou *laissez-faire*. Trata-se, portanto, de uma clara retomada dos estilos de liderança propostos pelos estudos experimentais de Lippit e White (1943, 1952 *apud* Kelley e Thibaut, 1959).

Pode-se, ainda, encontrar, nas IP 20-10, a adoção da Teoria do Campo Social e particularmente do estilo democrático de liderança. Não há referência aos experimentos de Lippit e White (1943, 1952 *apud* Gibb, 1959) que deram origem à elaboração de tais estilos, notadamente a verificação de atitudes e desempenho de crianças em uma tarefa, orientadas por um líder autoritário, participativo ou omissivo. A própria Teoria do Campo Social ganharia mais pertinência ao expandir os experimentos com outros sujeitos em contextos variados. Porém, a validade do estilo de liderança mais eficaz para o Exército repousa em investigações específicas no ambiente militar com seus líderes e liderados, sob situações diversas. Tais investigações carecem de um estudo apropriado nas organizações militares, que acabam por importar teorias de liderança desenvolvidas nas instituições empresariais. Há, provavelmente, muita correspondência entre ambas instituições, principalmente no que se refere aos objetivos de cumprir metas por meio da influência sobre indivíduos; há também diferenças claras, as quais devem ser consideradas, de acordo com a natureza dos objetivos de cada instituição e da relação entre seus membros.

Por outro lado, as teorias transacionais também são consideradas nas IP 20-10, posto que, nesse documento, enfatiza-se a importância da relação de troca recíproca entre líder e liderados, cabendo ao líder a concessão das recompensas e das punições, enquanto os liderados respaldariam

as funções do líder por meio da satisfação das necessidades psicossociais dele.

Por sua vez, os pressupostos fundamentais da teoria transformacional estão presentes nas IP 20-10, sobretudo no que concerne à noção de que a identificação com os valores da instituição, representados pela figura do líder, seria fundamental para que os liderados legitimassem o poder do líder.

Todavia, apesar de as IP 20-10 levarem em consideração os papéis dos liderados, da comunicação e do contexto no enquadramento do fenômeno da liderança, a maior ênfase ainda é concedida às ações e características do líder. Mais uma vez, as IP 20-10 apresentam uma grande semelhança com o manual de liderança do Exército norte-americano (U.S. Department of the Army, FM 22-100, 1999), visto que o documento norte-americano também considera o caráter como um atributo extremamente importante a ser desenvolvido no líder militar.

Tem-se reconhecido cada vez mais nos meios militares nacionais, segundo D'Ávila (2004, p.88), "(...) a necessidade de exigir dos subordinados menos 'disciplina-obediência' e mais disciplina associada à iniciativa e à capacidade de análise diante de contextos cada vez mais complexos". A exequibilidade desse objetivo de modernização, contudo, dependeria fundamentalmente da adoção de uma doutrina de liderança militar que ressaltasse a importância do compartilhamento de responsabilidades entre líder e subordinados.

Nesse sentido, uma proposta que tem sido sugerida por estudos empíricos recentes (e.g., Chemers, Watson e May, 2000; Bass, Avolio, Jung e Berson, 2003) é a da adoção, pelas organizações militares, de um modelo de integração entre os estilos transacional e transformacional de liderança. Segundo as conclusões da investigação de BASS *et al.* (2003) envolvendo a avaliação do desempenho de unidades do Exército norte-americano em situações de combate simulado, o melhor método de manutenção de elevados padrões de desempenho operacional de unidades que se defrontaram com

forças inimigas mais experientes e melhor treinadas seria o emprego concomitante dos estilos transacional e transformacional de liderança pelos oficiais subalternos. Ainda de acordo com esses autores, esse fato ocorreu, porque a liderança transacional, alicerçada em recompensa de desempenho, estabeleceria na autoridade do líder as bases de confiança sobre as quais o exercício da liderança transformacional poderia implementar um grau muito maior de identificação com os valores e as missões da unidade. Acredita-se que estudos empíricos poderiam ser levados a cabo no Exército Brasileiro, de modo a examinar a validade da adoção desse estilo eclético de liderança nas condições operacionais e organizacionais nacionais.

Ao contrário das tendências observadas nas teorias contemporâneas de liderança, verifica-se, nas IP 20-10, grande interdependência entre os conceitos de liderança e de chefia militar. As IP 20-10 consideram que a liderança é um "componente da chefia militar". À luz dos avanços na investigação científica da liderança, há a necessidade de se estabelecer uma distinção mais nítida entre os conceitos de chefia e de liderança nas IP 20-10.

Krüger (1986) apresenta uma sugestão bastante pertinente de diferenciação entre as noções de chefia e de liderança ao afirmar que a primeira diz respeito a um papel social legalmente instituído, ao passo que a última se reportaria a um processo de influência social legitimado por um grupo. A adoção dessa distinção conceitual poderia corrigir o que D'Ávila (2004) considerou como sobreposição dos conceitos de chefia e de liderança nas IP 20-10.

Conclusão

As teorias contingenciais, transacionais, transformacionais e situacionais podem dispor de um campo propício para a investigação da liderança militar ao adentrarem nos quartéis e nas operações no terreno. Ao mesmo tempo, os objetivos estratégicos das Forças Armadas podem solicitar uma

revisão de tais teorias na sua consecução, realizando uma abordagem de liderança mais próxima do cotidiano militar. A materialização de uma teoria de liderança, inspirada nas correntes contemporâ-

neas, através da aplicação de estudos no Exército e da elaboração de um documento, ainda é uma meta a ser alcançada. Cabe dar os passos seguintes àqueles iniciados pelas IP 20-10 e seus antecessores. ☉

Referências bibliográficas

- ANASTASIO, M.A. "Leader Development: Direction for the Future" in *Military Review* 71(5), 11-19, Maio, 1991.
- BASS, B.M; AVOLIO, B.J. "Transformational Leadership: A Response to Critiques". in CHEMERS e AYMAN (eds), *Leadership Theory and Research*. New York: Academic Press, 1993.
- BASS, B.M. AVOLIO, B.J., JUNG, D.I., BERSON, G. "Predicting Unit Performance by Assessing Transformational and Transactional Leadership" *Journal of Applied Psychology*. (88), 2, 2003.
- BERGAMINI, C. W. *Psicologia Aplicada à Administração de Empresas: Psicologia do Comportamento Organizacional*. São Paulo: Atlas, 1992.
- CARTWRIGHT, D., ZANDER, A. *Dinâmica de Grupo*. São Paulo: EPU, 1975.
- CHEMERS, M. M., "An Integrative Theory of Leadership". in CHEMERS e AYMAN (eds), *Leadership Theory and Research*. New York: Academic Press, 1993.
- CHEMERS, M. M., WATSON, C. B. e MAY, S. T. "Dispositional Affect and Leadership Effectiveness: A Comparison of Self-Esteem, Optimism, and Efficacy" *Personality and Social Psychology Bulletin*. (26), 3, Março 2000.
- COUTINHO, S. A. A. *Exercício do Comando: a Chefia e a Liderança Militares*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1997.
- D'ÁVILA, P.R. *Teorias de Liderança e Desenvolvimento da Liderança no Exército Brasileiro*. Dissertação de Mestrado, não publicada, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UERJ. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Abril de 2004.
- FIEDLER, F. "A Distância Psicológica do Líder e a Eficiência do Grupo" in CARTWRIGHT e ZANDER (org.) *Dinâmica de Grupo*. São Paulo: EPU, 1975.
- GERTH, H. e WRIGHT MILLS, C. "A Sociologia da Liderança" in *Caráter e Estrutura Social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- GIBB, C. A. "Leadership" in LINDZEY, G. (org.) *Handbook of Social Psychology*. Londres: Addison-Wesley Publishing Company, 1959.
- HARRISON, A. A. *A Psicologia como Ciência Social*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975.
- HERSEY, P. e BLANCHARD, K.H. *Psicologia para Administradores: A Teoria e a Técnica da Liderança Situacional*. São Paulo: EPU, 1986.
- BRASIL, ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Instruções Provisórias 20-10: Liderança Militar*. Brasília: 1991.
- HOLLANDER, E. P. "Legitimacy, Power, and Influence: A Perspective on Relational Features of Leadership". in CHEMERS e AYMAN (eds). *Leadership Theory and Research*. New York: Academic Press, 1993.
- KEEGAN, J. *A Máscara do Comando*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1999.
- KELLET, A. *Motivação para o Combate*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1987.
- KRÜGER, H. *Introdução à Psicologia Social*. São Paulo: EPU, 1986.
- MYERS, D.G. *Psicologia Social*. São Paulo: LTC, 2000.
- MOUNTCASTLE, J. W. "A Procura de Atributos Permanentes nos Soldados". *Military Review*. 3º Trimestre, 1996.
- PASSARINHO, J. G. *Liderança Militar*. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1987.
- PINTO, O. *Spycatch Omnibus*. Londres: Cassell, 1975.
- STEELE, W. M. e WALTERS JR., R. P. "Formando e Adestrando Líderes do Exército". *Military Review*. 1º Trimestre, 2002.
- TOFFLER, A. e TOFFLER, H. *Guerra e Anti-Guerra: Sobrevivência na Aurora do Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- U.S. DEPARTMENT OF THE ARMY. *Field Manual 22-100, Army Leadership*. 1999.
- WEBER, M. *The Theory of Social and Economic Organization*. Oxford: Oxford.
- WISHART III, L. P. "Leader Development: The Enduring Legacy" *Military Review* 71(5), 11-19, Maio, 1991.
- YEAKEY, G. W. "Liderança Situacional". *Military Review*, 3º Trimestre, 2002.
- WHITTAKER, P. *Psicologia*. Rio de Janeiro: Interamericana, 1973.

O paradigma holístico da administração moderna: fazer interagir processos com pessoas na busca da excelência gerencial*

Waldicir Rosa da Silva**

Na administração moderna, a interação dinâmica de processos e pessoas promove a eficácia de resultados desejados, mais do que a formal e convencionada estruturação organizacional.

Vivemos num mundo de profundas e velozes transformações, de mudanças pragmáticas, que têm ocasionado uma verdadeira quebra de paradigmas no campo científico, tecnológico, político e pessoal. Thomas Kuhn (1960), autor da historiografia da ciência, denomina esse processo de “revolução científica”, isto é, quando um velho paradigma é substituído por não oferecer explicações sobre um determinado objeto de estudo à comunidade científica.

Na evolução da história da administração, do ponto de vista organizacional, podemos distinguir a ocorrência de, pelo menos, três grandes revoluções científicas, representadas pelos paradigmas mecanicista, orgânico e holístico.

No primeiro deles, o método cartesiano introduzido por Descartes no século XVI, levado a efeito através da análise, da síntese e da verificação, foi decisivo para o avanço das ciências e das tecnologias. Um século mais tarde, Issac Newton define um universo determinístico, sujeito a leis e independente do sujeito que o observa, que acabou por influenciar as práticas sociais de controle

e de dominação. Esse modelo cartesiano-newtoniano projeta o universo como uma grande máquina, onde tudo que nele existe, coisas ou pessoas, são peças dessa engrenagem. É esse paradigma que justifica as fórmulas tayloristas, fordistas e burocráticas de gestão. A hierarquização, a especialização compartimentalizada do modelo do operário chapliano de *Tempos Modernos* (VERGARA, 1993). As fragmentações das tarefas, a rigidez de comando e controle, fazem dessas formas administrativas um campo obstaculizador da participação ativa das pessoas na definição de objetivos, estratégias, processos e resultados organizacionais.

Por sua vez, o paradigma orgânico admite o universo como um grande organismo que pensa, pulsa, sente e age. É esse paradigma que alerta para o lado humano das organizações e preconiza a forma sistêmica da administração. A percepção de que nas organizações há uma correlação de processos técnicos e humanos, que interagem com o ambiente externo no qual a organização opera, abre espaços para a percepção das necessi-

* Colaboração do autor.

** O autor é Tenente-Coronel Médico, atual Diretor da Policlínica Militar da Praia Vermelha.

dades de viabilização de mecanismos que possam facilitar a interação entre as partes.

No final do século passado, mais precisamente na década de 1990, em meio à extraordinária “revolução mundial” provocada pela “onda da globalização” experimentamos a emergência de um novo paradigma, cuja abrangência conceitual o definiu como sendo de caráter holístico.

Desde a publicação de *Holism and evolution* de autoria de Christian Smuts, em 1926, “(...) o caráter holístico fundamental é uma unidade tão densa e intensa que só pode ser mais do que a soma das partes: é uma unidade que não só comunica uma estrutura ou uma conformação regular às partes, como ainda as coloca em relação umas com as outras e as determina na sua síntese, (...) por isso mesmo, o todo e suas partes se influenciam e se determinam reciprocamente, e seus caracteres individuais aparecem de certa forma fundidos: o todo está nas partes e as partes estão no todo.” Vale dizer que o papel do observador se torna relevante pela sua natureza no contexto global, como também os instrumentos e teorias de que ele se utiliza para as suas observações e intervenções nesse cenário, diferentemente do preconizado pelo paradigma mecanicista, que excluía a participação do observador.

Pela sua dimensão psicossocial e filosófica, o modelo holístico incorpora o princípio da incerteza no universo de Werner Karl Heisenberg, que se contrapõe ao mundo determinístico descrito por Newton, e passa a admitir que não só a sociedade constrói o homem, mas o homem constrói a sociedade. É essa interdependência dinâmica no sistema universal que legitima a visão intensamente antropológica desse paradigma.

Em última análise, o paradigma holístico contempla, sobretudo, a valorização das pessoas no processo organizacional, abrindo um espaço de interação universal, onde o acesso à informação, as formas diferentes de pensar, a criatividade e inovação, os questionamentos, a capacidade de auto-organização são concebidos como ações básicas indispensáveis para o conseguimento da plena qualidade gerencial.

A arte de fazer interagir processos com pessoas

Gerenciar pessoas exige muita criatividade, pois no lugar de controlá-las é preciso atender às suas expectativas. Por sua vez, os processos gerenciais devem ser aperfeiçoados no sentido de que sejam adequados a essas mesmas expectativas.

Em tese, podemos dizer que hoje administrar é uma arte que exige de quem a exerce, particularmente, a habilidade de fazer interagir processos com pessoas.

O formalismo da administração convencional, baseado no princípio da estruturação organizacional, como forma de garantir o funcionamento pleno de qualquer sistema produtivo, vem sendo gradualmente substituído por um modelo administrativo moderno e dinâmico, que preconiza o estabelecimento de ações recíprocas entre as pessoas que integram esse sistema e os processos utilizados para viabilizá-lo.

Investir no homem é premissa básica para se atingir o sucesso gerencial, mais do que todos os outros recursos organizacionais que possam ser disponibilizados nesse sentido. Cada vez mais, é evidenciada a prevalência dos benefícios alcançados pela promoção da satisfação pessoal e criativa de quem gere ou apóia a administração em relação aos demais componentes da estrutura organizacional, ou seja, componentes dos processos de gerenciamento. Nesse aspecto, o Professor Mário Donadio recomenda ainda que os processos decisórios sejam sempre em grupo e conclui que parceria, autonomia, liberdade e participação são itens básicos para desenvolver a arte de gerenciar pessoas.

Por outro lado, os processos adotados, tanto de planejamento como de execução propriamente dito, devem estar adequados ao potencial funcional de quem vai executá-los, dependendo, para isso, de um ajuste sincronizado entre ambos. Sempre tendo em conta, no entanto, que é o homem quem operacionaliza o sistema, e que por

isso mesmo deve estar apto a ter total comando e controle sobre o mesmo.

Saber dosar com bom senso e racionalidade o emprego destes dois elementos, pessoas e processos, para a obtenção de uma composição homogênea e satisfatória é, portanto, o mister da administração moderna. Os recursos humanos são, na verdade, o maior patrimônio do qual qualquer empresa pode dispor para executar o seu planejamento. Para tanto, o programa de educação continuada é o instrumento mais adequado para manter o nível de produtividade desses recursos. A capacitação profissional de melhor qualidade é o motor que vai mover a complexa engrenagem organizacional. Mesmo com a mais alta tecnologia empregada, a administração não pode prescindir dessa habilitação do pessoal, sob pena de tornar-se inoperante, ineficiente e cara.

Princípios de excelência da administração gerencial

A busca da excelência gerencial é o grande desafio a ser enfrentado pelo administrador que deseja a garantia da sobrevivência da sua empresa, a médio e longo prazo. Este raciocínio estratégico deve ser comunicado a todos os seus integrantes, de forma clara e transparente, sem fazer mistério. Os objetivos devem ser amplamente conhecidos para que todos se integrem, tenham um mesmo rumo e não se choquem. Daí a importância da autonomia a ser dada a cada participante da administração para que ele possa atender não somente a expectativa organizacional mas, sobretudo, se sentir comprometido com o seu sucesso. Essa postura passa por uma administração diferenciada, que significa abandonar a antiga prática de pessoal, da administração de recursos humanos e partir, modernamente, para a prática da administração do talento humano (COSENZA, 2000).

É preciso ter em mente que as inovações tecnológicas e alocação de recursos são consequência de processos humanos. No entanto, a inversão dessa

verdade, que faz com que administradores valorizem maquinários, prédios, economia de papel e de energia em detrimento de seu capital humano, é a causa mais comum da estagnação na empresa. O que faz uma empresa é o ato de empreender, por parte das pessoas que a compõem. A humanização do ambiente de trabalho é um passo decisivo para a conquista desse objetivo.

As empresas, assim como as pessoas, têm seus pontos fortes e fracos. Existe a tendência lastimável de reforçarmos os fracos, apontando erros. Na verdade, o impulso de elogiar quase não existe. Pessoas desmotivadas não empreendem, não inovam, não participam afirmativamente.

Ao contrário do que muitos pensam, é preciso elogiar, descentralizar, dar autonomia e estimular a iniciativa. Para tanto, necessita-se de uma atitude mental positiva. Esse é o ponto de partida das chefias para a formação de equipes pensantes e participativas. Transformar as oito horas de trabalho em horas de produção, criatividade e satisfação é o segredo das empresas bem-sucedidas (MARINS FILHO, 2000).

Outra ferramenta essencial para o fortalecimento da equipe de trabalho numa empresa é a motivação funcional. Segundo o Diretor da Infinity Consulting, Tom Coelho, pessoas devidamente motivadas procuram continuamente a excelência; apreciam desafios significativos e satisfazem-se ao ultrapassá-los; determinam metas realistas e monitoram seu progresso em direção a elas; desejam estabelecer e desenvolver relacionamentos pessoais próximos e pertencer a grupos; cultivam a cordialidade e afeto em suas relações; estimam o trabalho em equipe mais do que o individual.

Para o Professor J. C. Bemvenutti, estamos vivendo a década da competência e do comprometimento. Não há mais lugar para competição e individualismo no processo gerencial. Temos de nos antecipar aos problemas, apresentar soluções novas para antigas questões e isso só é possível quando se é criativo e participativo. Nesse caso, ser criativo significa quebrar padrões antigos e criar

novos, sair da mesmice e ver as coisas sob outro prisma, enquanto o ser participativo resulta no efetivo envolvimento de quem está determinado a fazer as coisas acontecerem.

Conclusão

A velocidade das transformações do mundo globalizado nas últimas décadas provocou uma impactante revolução científica no processo gerencial de modo organizacional. Na verdade, não há registro na história da humanidade, de tempos com mudanças tão rápidas e radicais.

A visão holística da administração moderna, sobretudo sistêmica, tem contribuído substancialmente para a reavaliação dos conceitos e princípios mais conservadores da política de recursos humanos, que se tornaram defasados em razão dos avanços científico-tecnológico pela busca da qualidade de vida. Portanto, mais do que apenas uma concepção cognitiva, a abordagem sistêmica às organizações é uma questão que envolve de maneira complexa emoções, sentimentos e consciência.

O ser humano é instintivamente motivacional. Por isso, precisa ser estimulado positiva-

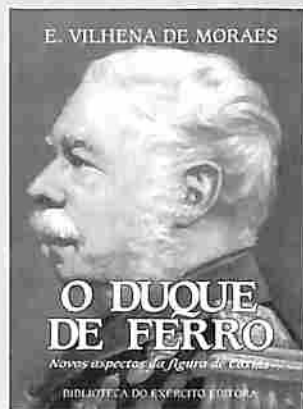
mente para dar vazão a sua imaginação potencialmente construtiva. Nesse sentido, é Shakespeare quem incita à reflexão: "Nós sabemos o que somos, mas não o que podemos ser." As pessoas são dotadas de capacidades nobres, e, portanto, têm um enorme potencial a ser explorado no desempenho das atividades que realizam no campo intelectual, social, funcional.

A humanização do ambiente de trabalho é fundamental para a consecução da excelência gerencial numa organização. Nesse aspecto, crescem de importância os processos humanos, responsáveis diretos pelos resultados da empresa. O talento das pessoas que produzem com inteligência, criatividade, entusiasmo, iniciativa, comprometimento, é o maior patrimônio que a empresa tem, a despeito de toda tecnologia de ponta que possa dispor na sua infra-estrutura operacional.

Por fim, o sucesso de qualquer organização, hoje, depende da interação dinâmica entre as pessoas e os processos da administração, cujo objetivo maior visa à excelência dos resultados, quer seja em relação ao público interno e externo, quer seja em relação a sua projeção no cenário empresarial. ●

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Coleção General Benício



O Duque de Ferro

Eugênio Vilhena de Moraes

A Biblioteca do Exército Editora reuniu nesta obra duas outras do mesmo autor que retratou a vida e as ações militares de Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias. É composta por textos escritos em diferentes momentos, guardando, entretanto, sua unidade, a qual é facilitada pela própria temática. Não se trata de uma biografia, mas de episódios da vida de Caxias, corretamente inseridos no conjunto de sua época. Esta obra revela-se uma contribuição positiva para o melhor conhecimento de Caxias.

Cochilos e preconceitos na cobertura da área militar pela mídia*

Mário Augusto Jakobskind**

De que forma a grande mídia tem dado cobertura à área militar? Essa pergunta deveria merecer alguma reflexão dos editores e também dos pauteiros, setores vitais na rotina do noticiário diário. Nos últimos anos, órgãos de imprensa, que nos chamados anos de chumbo compactuaram com o arbítrio, têm apresentado as Forças Armadas de forma visivelmente preconceituosa. Qualquer jornalista ou mesmo cidadão medianamente informado sabe muito bem que, a partir da década de 1990, a potência hegemônica, os Estados Unidos, tem enfatizado a política de enfraquecimento e liquidação dos exércitos latino-americanos (mas, no período da Guerra Fria, os mesmos Estados Unidos utilizaram os setores militares brasileiro e latino-americano para defender interesses vinculados ao grande capital), ou, então, como é desejo recente do(s) governo(s) estadunidense(s), a transformação das Forças Armadas dos países latino-americanos em meras forças policiais com a função de combater o narcotráfico e o terrorismo.

Foi o que aconteceu na 6ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas, realizada em Quito, em novembro passado, quando o secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, tentou de todas as formas que se aprovasse a formação de uma Junta Interamericana de Defesa com a finalidade de combater o “terror regional”. Esse projeto acabou brecado graças à firme oposição de Brasil, Argentina, Venezuela e Canadá. O fato não mereceu o destaque devido, muito menos ser-

viu de gancho para aprofundar a discussão do relevante papel das Forças Armadas. Qual foi o motivo? Desinteresse, preconceito, falta de visão jornalística ou apenas cochilo?

Outro fato solenemente ignorado pela mídia e que, sem dúvida, mereceria a máxima atenção, por seu grande interesse jornalístico, foi a recente visita de uma comissão de militares brasileiros ao Vietnã. A informação não seria difícil de ser obtida. Bastaria um pauteiro atento fazer uma incursão ao *site* do Exército Brasileiro para ficar sabendo que o Estado-Maior do Exército, por proposta do Comando de Operações Terrestres (COTER), enviou comitiva militar ao Vietnã.

Segundo o Exército, “a visita teve por objetivo realizar os contatos com as Forças Armadas daquele país e viabilizar, em futuro próximo, intercâmbios sobre a Doutrina da Resistência nos níveis estratégico, tático e operacional”. Além de Hanói, foram visitadas as cidades de Haiphong, Ho Chi Min - antiga Saigon - e a província de Cúchi, que abriga 250 quilômetros de túneis construídos na Guerra do Vietnã. A comitiva foi composta por quatro oficiais: um do Comando de Operações Terrestres - COTER, um da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais - EsAO - e dois do Centro de Instrução de Guerra na Selva - CIGS.

Pesquisa mais apurada, nesse mesmo *site*, poderia destacar uma entrevista concedida pelo Comandante Militar da Amazônia. O oficial não escondeu que o Brasil vai recorrer a ações de enfrentamento semelhantes às de países como o

* Transcrito do Observatório da Imprensa on line em 27.01.2005

** O autor é jornalista.

Vietnã e o Iraque, em caso de conflito na Amazônia. Segundo Figueiredo, “a estratégia da resistência não difere muito da guerra de guerrilha e é um recurso do qual o Exército não abrirá mão num possível confronto com país ou grupo de países com potencial econômico e bélico maior que o do Brasil”. E acrescentou: “(...) se deverá contar com a própria selva tropical como aliada para o combate ao invasor”.

Nem seria necessário acionar analistas castrenses para concluir que as palavras do general e a ida da comissão militar ao Vietnã para estudar *in loco* a resistência ao invasor estrangeiro deve ter desagradado profundamente o Pentágono.

Em vez disso, coincidentemente ou não, no mesmo período da visita ao Vietnã, jornais e TVs deram o máximo de estaque a fotos supostamente do jornalista Vladimir Herzog sendo torturado em dependências do Exército. Posteriormente, comprovou-se que as fotos não eram de Herzog e que estavam disponíveis há tempos, mas só naquele momento vieram à tona. Pouco tempo depois, por coincidência ou não, câmaras da TV Globo mostraram a queima de arquivos da repressão em dependências militares na Bahia. Como conseguiram chegar lá, praticamente no mesmo momento da queima, que pela lógica seria ação fechada a sete chaves? O fato, como não poderia deixar de ser, teve grande repercussão e remeteu à discussão sobre a divulgação de arquivos secretos do período autoritário no Brasil.

Poucos foram os órgãos de imprensa que tentaram aprofundar o motivo pelo qual, de repente,

não mais do que de repente, (re)apareceram fotos, que já eram conhecidas há tempos, de um torturado que não era Herzog, mas, sim, um padre canadense. Nenhum editor teve o estalo de ir mais a fundo na questão da derrota de Rumsfeld na 6ª Conferência de Ministros da Defesa das Américas.

Diante da informação oficial sobre a comissão brasileira ao Vietnã, não seria o caso de se fazer uma matéria especial sobre a área militar e a ação dessa instituição na Amazônia? Por que os jornalões não pautam algum correspondente nos Estados Unidos para saber o que teria a dizer o Pentágono ou o Departamento de Estado sobre o tema? Caso um jornal de porte médio se interesse, não precisaria ir tão longe. Bastaria algum repórter em Brasília perguntar a opinião do embaixador ou do adido militar estadunidense sobre o tema.

Muitas outras questões podem ser levantadas pelos repórteres e surgiriam naturalmente com o desenrolar da pauta, bastando para tanto vontade e orientação das chefias.

Vale, então, voltar ao ponto de partida deste comentário e perguntar: onde andam os editores que têm deixado de lado assuntos relevantes e de grande interesse jornalístico como o da questão militar hoje? Será apenas cochilo, desinteresse ou mesmo preconceito? Ou será que, por trás desse silêncio constrangedor, que depõe contra a própria mídia, se esconde algum tipo de orientação deliberada e que se reflete em colocações com o visível objetivo de desacreditar uma instituição, as Forças Armadas, preocupada com a questão nacional, como tem acontecido não raramente? ●

Aspectos da conjuntura internacional*

Manuel Cambeses Júnior**

Neste trabalho, abordaremos alguns dos principais tópicos da atualidade internacional, sem a pretensão de esgotá-los, dando ênfase àqueles que poderão servir de elemento motivador para uma análise mais profunda da conjuntura internacional.

Conjuntura internacional

A situação política mundial, uma década e meia após a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o término da Guerra Fria, ainda não atingiu seu estágio de equilíbrio, estando por isso mesmo sujeita a contínua mutação.

O fim da Guerra Fria, a hegemonia do capitalismo no mercado internacional, a falência do modelo comunista, associados ao inexorável processo de polarização, configuram novo cenário mundial e impõem a reavaliação da visão hemisférica, para que seja melhor conhecida em seus aspectos predominantes a conjuntura internacional.

A análise das variáveis que conformam esse novo cenário indicam que o quadro político mundial assumiu novos contornos. Os conflitos regionais, até então fortemente influenciados não propriamente na sua origem, mas na sua configuração e na sua evolução, pelas intervenções das superpotências, livres agora do enquadramento que lhes era imposto em função do conflito Leste-Oeste, sofrem crescente influência do alargamento do fosso entre ricos e pobres, consubstanciado no confronto Norte-Sul.

Os tempos de elevada confrontação entre as duas superpotências, que lideravam os blocos capitalista e socialista, surgidos ao fim da Segunda Guerra Mundial – tempos de relativa estabilidade, em que o papel dos atores era predeterminado –

deram lugar, nos últimos anos, a um cenário que se destaca do anterior pelo amortecimento da confrontação em nível global, pela dificuldade de se determinar o papel dos atores nesse novo contexto e pela instabilidade daí decorrente.

Já não mais existe a estrutura bipolarizada; já não se adotam argumentos indiretos para se atingir objetivos principais. Os conflitos armados, ocorridos durante o período da bipolaridade, raramente apontaram para um real perigo de guerra total ou nuclear. O armamento nuclear se constituiu, quase paradoxalmente, num dos maiores instrumentos da paz entre os líderes dos dois blocos da Guerra Fria, tornando-se fonte incontestada de seu poder diante dos aliados e parceiros intrabloco. Algumas regras de convivência eram respeitadas.

As visões continentais cedem rapidamente lugar a um visível alargamento das fronteiras políticas, econômicas, militares, científico-tecnológicas e psicossociais. Assiste-se à transição de um ciclo histórico que se desvanece para outro cujos contornos ainda não estão claramente definidos.

Esse cenário encontra uma Rússia com grande poder militar em busca de correspondente participação política e econômica no concerto das nações. A criação, pela atual Federação Russa, da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que pretendia, ao mesmo tempo, resgatar parte da antiga União Soviética e se contrapor principalmente à União Européia, não teve sucesso. Mesmo a projetada inclusão da Rússia no grupo dos países mais desenvolvidos, que viria a formar o G-8, obedece muito mais aos objetivos dos três centros de po-

* Colaboração do autor.

** O autor é Coronel Aviador.

der econômico (EUA, União Européia e Japão) do que a uma estratégia russa.

A desintegração do regime comunista na Europa ensejou uma série de transformações em todo o Leste Europeu. Alianças foram extintas e povos readquiriram sua soberania. Em alguns países como a República Checa, Hungria e Polônia, esse novo reordenamento deu-se de forma pacífica. Entretanto, em outros, ocorreram perturbações sociais localizadas, como na Albânia e Romênia.

Na antiga Iugoslávia, rompeu-se o frágil equilíbrio mantido durante a era Tito e de novo ressurgiu o fenômeno da balcanização, com o seu seqüito de guerra e destruição. A guerra entre sérvios, croatas e muçulmanos da Bósnia mal tinha terminado, com o acordo de Dayton patrocinado pelo Governo norte-americano, e um novo conflito explodia na região do Kosovo, onde os albaneses desafiaram o governo central e receberam o apoio ocidental. Malgrado o acordo de Ramboulet, a OTAN, liderada pelos EUA, promoveu uma intervenção de novo tipo, sem o concurso das Nações Unidas e sob o pretexto de que motivos humanitários se sobrepõem ao princípio do respeito à soberania e integridade territorial dos países-membros da Organização das Nações Unidas.

A visão sistêmica indica um quadro de transformações de alcance global, cujo resultado final não pode ser corretamente delimitado e que é decorrente de um processo acelerado, onde despenha, num quadro ainda marcado pela hegemonia da superpotência solitária (EUA), uma tendência ao surgimento de novos pólos de poder mundial.

Nesse sentido, observa-se, além da existência das duas megapotências econômicas (UE e Japão), as seguintes tendências: a transnacionalização; o aumento da interdependência econômica; a proliferação de crises nacionalistas; o fluxo extremamente dinâmico de capital, calculado hoje em três trilhões de dólares norte-americanos por dia; as inéditas e profundas interações culturais, facilitadas pelas comunicações instantâneas, transportando quantidades imensas de informações e alterações

significativas nos paradigmas de relacionamento entre os indivíduos, grupos sociais e nações.

Dessa maneira, superada a fase da bipolaridade – vale dizer a divisão do mundo entre as superpotências, capitalista e socialista –, o sistema internacional se orienta, tendencialmente, para a multipolaridade. Foi assim que se delineou, ao longo da década de 1990, um novo quadro, em que os países emergentes (Brasil, Índia, Paquistão, África do Sul, Nigéria, o mundo árabe junto com os países da Ásia Oriental) apresentam-se como potências médias que buscam alcançar o *status* de pólos de poder regional.

Constata-se, ainda, que grupos de países (blocos comerciais ou econômicos integrados), como a União Européia, e agentes não-governamentais (grupos de interesse privado, corporações transnacionais, entidades ambientalistas) participam, com crescente capacidade de influência, na formulação da agenda internacional, isso quando não determinam o próprio encaminhamento de diversos problemas em curso no mundo.

Nesse complexo emaranhado de atores que constitui o sistema internacional pós-Guerra Fria, pode-se identificar os Estados Unidos como a atual e solitária superpotência, seguidos pelas megapotências Japão e União Européia e acompanhados, com grau crescente de desconfiança, pela China e a Rússia.

No grupo dos organismos multilaterais, identifica-se a importância da Organização das Nações Unidas, que congrega 191 países e tem dado respaldo a diversas ingerências em conflitos em dias atuais. A Organização dos Estados Americanos merece destaque por ser o foro regional que reúne a maioria dos países das três Américas e onde as questões da região podem ser encaminhadas. Alguns outros organismos políticos internacionais têm importância muito limitada, não tendo jamais logrado atingir os objetivos para os quais foram criados, como a Liga Árabe e a Organização da Unidade Africana.

No panorama mundial pós-Guerra Fria, a posição antagônica de caráter político-ideológico-militar entre o bloco ocidental e o oriental foi subs-

tituída pela confrontação entre forças predominantemente econômicas, financeiras e científico-técnicas. No mesmo contexto, estão os blocos regionais, cuja importância no cenário internacional varia muito de acordo com as características específicas de cada um. Os principais são (em ordem alfabética) a APEC, a ASEAN, o MERCOSUL, o NAFTA e a UNIÃO EUROPÉIA. Outros, de dimensões econômicas bem menores, apresentam graus diferentes de eficácia, como o CARICOM, o CEI (Comunidade dos Estados Independentes) e o Bloco Andino. Todos esses organismos e entidades são interlocutores econômicos e políticos que poderão representar atalhos ou barreiras para a inserção competitiva do Brasil. Atuam, ainda, no campo econômico, organismos internacionais da regulação do comércio como a Organização Mundial do Comércio, herdeira do GATT, e organismos de controle econômico-financeiro internacional e de fomento ao desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, todos muito importantes para as aspirações brasileiras de ampliação do seu poder nacional.

Os Estados Unidos, como potência hegemônica mundial, formam, juntamente com o Japão e a União Européia, a tripolaridade econômica que ainda utiliza como estrutura de cúpula o chamado G-8 (Grupo dos Oito), integrado pelas oito maiores economias do mundo (EUA, Grã-Bretanha, França, Alemanha, Canadá, Japão, China e Rússia). Os membros do G-8 compartilham de algumas concepções “novas” sobre a dinâmica do relacionamento internacional, como as noções de “dever de ingerência” e “direito de intervenção”, que podem ser invocados sempre que seus interesses estratégicos forem considerados ameaçados. Em alguns casos, ações militares têm sido empreendidas com o respaldo do Conselho de Segurança da ONU e, em outros, com a participação da OTAN, sugerindo já sua evolução depois que o desaparecimento do Pacto de Varsóvia retirou-lhe sua primordial razão de ser.

Ainda, segundo o G-8, o interesse da humanidade, associado à proteção de valores universalmente conhecidos, justificaria ações internacionais “corretivas”, mesmo que ao arripio de princípios consagrados do Direito Internacional, como a autodeterminação dos povos e a soberania das nações. Cria-se, então, uma moral relativa a justificar “o dever de ingerência para legitimar, à revelia da ordem jurídica internacional, as ações intervencionistas, sobretudo na área de direitos humanos”.

O acelerado desenvolvimento da China – com crescimento econômico médio anual, nos últimos dez anos, de 9% – e de outros países asiáticos limítrofes, como já foi observado, tem colaborado de forma decisiva para a alteração da lógica da política mundial, com a possibilidade de mudar a pauta regida pelos interesses concentrados de algumas potências. A China não faz segredo de que um de seus objetivos nacionais permanentes é a reunificação de todo seu território, o que implica a solução, num breve prazo histórico, da questão de Taiwan. O significado final e maior do projeto chinês é a transformação do seu ecúmeno nacional num dos pólos de riqueza e desenvolvimento no século XXI.

Para o Brasil, que hoje depende fundamentalmente do comércio exterior para voltar a ter uma trajetória de crescimento sustentado, a China é um parceiro ideal. Em 2003, o chinês já foi o terceiro mercado externo de produtos brasileiros (US\$ 4,5 bilhões).

O comércio Brasil-China registrou uma expansão espetacular a partir de 2002, por iniciativa dos próprios chineses, que hoje estão entre os maiores compradores de soja, minérios e aço brasileiros. A China é superavitária no comércio com os países ricos e deficitária com o Brasil.

Os chineses pensam a longo prazo e já buscam como objetivo um comércio exterior total da ordem de US\$ 2 trilhões em 2010 e de US\$ 4 trilhões em 2020, sendo que, no ano passado, atingiram a cifra de US\$ 1,3 trilhão. Para tal, necessitam de projetos de longa maturação. Em

suma, há uma ampla convergência de interesses nas relações sino-brasileiras.

Na Grã-Bretanha, após cerca de dezoito anos no poder, o Partido Conservador perdeu as últimas eleições parlamentares, sagrando-se vencedor o Partido Trabalhista. Em consequência, seu líder Tony Blair, assumiu o cargo de primeiro-ministro, o mais moço chefe de governo britânico desde 1812. O avanço dos trabalhistas se deu, em grande parte, pelo desgaste do longo tempo no poder dos conservadores. A Grã-Bretanha é um dos países da Europa que detém um dos mais baixos índices de desemprego e possui economia estável, fruto das privatizações levadas a efeito durante o período da Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

Observa-se, na atualidade, um grande desgaste na administração Blair, fruto do engajamento da Grã-Bretanha na Guerra do Iraque, o que tem acarretado severas críticas por parte da população e da imprensa britânicas.

Na França, no que tange à política externa, ocorreram alterações perceptíveis, com significativa elevação do tom da crítica francesa à hegemonia da superpotência global. O protagonismo gaulês reapareceu em grande estilo na recente votação na Comissão de Direitos Humanos, em Genebra, quando Paris foi contemplada com a totalidade dos votos dos países representados, enquanto os EUA obtinham humilhante o quarto lugar, chegando atrás da Suécia e da Áustria e perdendo, com esse resultado, a representação em tão importante bastião do conflito interestatal contemporâneo. O mal-estar francês com a globalização, denunciada como a "americanização" do mundo, tem alimentado o movimento anti-globalização, que, de Seattle a Quebec, manifesta-se em oposição à hegemonia financeira exercida pelos organismos internacionais.

A Rússia, a outra superpotência da Guerra Fria, passou por uma grande mudança em todos os sentidos. Depois dos espetaculares acontecimentos do início do decênio de 1990, com o fim do regime soviético e o afastamento de Gorbachov,

substituído por Boris Yeltsin, assistiu-se à transição abrupta do sistema de planejamento centralizado que dominava a economia para o mercado livre e, no campo político, do sistema monopartidário para o multipartidário. Apesar de Yeltsin, agente e operador da grande mudança, ter sido reconhecido como parceiro pelos líderes ocidentais, a sensação interna de um crescente isolamento e a perda de posição no sistema de poder mundial levaram o país, a partir de 1998, abalado gravemente com a crise financeira global, a escolher uma nova liderança na figura do Presidente Vladimir Putin.

Embora desfrute de um grande consenso e tenha reconciliado a nação depois dos traumas da transição, Putin vem-se defrontando com inúmeros problemas de ordem econômica e social. O valor da produção caiu de forma acentuada, o desabastecimento tornou-se uma constante, e as condições de vida do povo russo caíram vertiginosamente. A parte descontente da população passou a questionar os processos de privatização em curso, ao mesmo tempo em que criticam o desempenho do governo no recente conflito ocorrido no foco separatista da Chechênia. Entretanto, o Presidente Putin continua liderando o Governo russo, num quadro de incertezas e instabilidade. As Forças Armadas russas se encontram enfraquecidas em decorrência de escassos recursos orçamentários. Entre outros fatores, a perda real de poder na Expressão Militar obrigou a Rússia a aceitar fórmula de entendimento com a OTAN, sob a forma da chamada Ata de Fundação OTAN - Rússia, assinada em Paris, em 27 de maio de 1998. Abriu-se assim o caminho para a expansão da aliança militar na direção Leste, incluindo países do antigo bloco soviético. O acordo e a expansão da aliança militar liderada pelos EUA visam a reorganizar o sistema de segurança na Europa.

A desintegração da URSS ainda provoca instabilidade no Leste Europeu, cujos países, sem experiência democrática, têm encontrado dificuldades em se ajustar à economia de mercado. Apesar dos esforços da Rússia, a CEI não conseguiu atin-

gir nível razoável de eficácia, nem mesmo como mero instrumento de coordenação de políticas.

Em alguns países oriundos da implosão da URSS, existem problemas de minorias russas, que foram, no período de hegemonia russa, intencionalmente trasladadas para certas regiões. Com o fim do regime soviético, esses grupos passaram a ser hostilizados. Observa-se esse fato na Letônia, Lituânia, Tadjiquistão, Quirguízia, Cazaquistão e Ucrânia.

Outro acontecimento que preocupa a Rússia são as atividades de grupos fundamentalistas islâmicos que atuam no Afeganistão e no Irã e as possíveis conseqüências nas repúblicas da antiga URSS que fazem fronteira com esses países, em especial Turkmenistão, Uzbequistão e Tadjiquistão. Tal preocupação levou o então Presidente Yeltsin a assinar um acordo de cooperação com o Governo da China, tendo em vista a estabilização da Ásia Central. No período mais recente, liderada por Putin, a Rússia tem-se mostrado ativa em buscar a parceria dos países da Ásia, dando continuidade às boas relações com a China, retomando o diálogo com o Japão e se reposicionando na península da Coreia.

O Japão vem buscando uma posição internacional própria. Nota-se uma mudança nos rumos de sua política externa, pois deseja deixar de ser apenas uma grande economia para se transformar em potência mundial atuante. Após alguns anos de quase estagnação, a economia japonesa voltou a crescer a partir de 1996, registrando taxas em torno de 3,6%, mais elevadas do que as de muitos países industrializados. As exportações tornaram a aumentar, em 5,4%, graças a desvalorização do iene em relação ao dólar. Os investimentos do setor privado também experimentaram considerável crescimento, em torno de 6,4%. A Ásia tem sido para o Japão a área de maior rentabilidade. Foi pela necessidade de reduzir custos de produção que o Japão, a partir do final do decênio de 1960 e mais intensamente no de 1970, passou a investir pesadamente nos seus vizinhos asiáticos e a transferir, primeiramente para Coreia do Sul, Formosa, Hong Kong e Cingapura, as indústrias intensivas de mão-de-obra

como a têxtil e a de equipamentos elétricos, ou parte da rede de fornecedores e subcontratantes para aquelas mesmas indústrias.

Atualmente, o país continua enfrentando problemas comerciais com os EUA, em decorrência de medidas protecionistas adotadas por esse último. Por outro lado, ainda existe certo grau de necessidade de alinhamento com os Estados Unidos no que se refere à sua política externa. A revisão das diretrizes de cooperação militar Japão/EUA preocupa a China, tida como eventual potência hostil. Nesse sentido, os EUA reiniciaram um programa de ajuda econômica à China, suspenso em razão da política nuclear chinesa.

O atual primeiro-ministro japonês é visto como um reformador capaz de instaurar um período de mudanças que venha despertar a economia, submetida a um ciclo recessivo. No que tange ao continente asiático, a China e o Japão são nações que apresentam o melhor desempenho, emergindo como possíveis megapotências mundiais neste século. Com objetivos análogos, podem-se citar, no Sudeste Asiático, a Malásia e a Indonésia. A Índia, de forma mais lenta e gradual, também vem direcionando sua economia para um crescente movimento de ampliação do poder nacional, com ênfase na liberalização da economia e industrialização mais acelerada.

O episódio de 11 de setembro de 2001, em que os EUA sofreram terríveis atentados nas cidades de Nova York e Washington, tornou a região da Ásia Central o epicentro de um novo conflito envolvendo o Afeganistão. Esse país – cuja liderança político-religiosa, o Talibã, deu abrigo a Bin Laden, denunciado como mentor dos atentados – isolou-se da comunidade internacional e foi atacado pelas forças dos EUA e da Inglaterra. O conflito, por situar-se no corredor Irã-Afeganistão, que leva aos ricos depósitos petrolíferos do Cáspio e da Ásia Central, ameaçava estender-se a toda região e envolver outros países, com possibilidade de conflagrar o mundo.

A seguir, o mundo assistiu à invasão do Iraque por tropas da coalizão anglo-estadunidense, em

março de 2003, sem o respaldo do Conselho de Segurança da ONU e ao arrepio das leis internacionais, numa atitude prepotente, intempestiva e unilateral do Governo norte-americano. Para justificar a agressão ao país mesopotâmico, foi alegada a falta de um regime democrático no Iraque (governado, até então, de forma ditatorial, pelo sátrapa Saddam Hussein) e a suposta existência de armas de destruição em massa pertencentes ao acervo bélico iraquiano.

O Presidente George W. Bush, totalmente convencido do papel que a providência divina lhe outorgou, acolheu a filosofia política neoconservadora na missão sagrada de projetar os valores da "Nova Jerusalém" sobre os quatro pontos cardeais. Entretanto, mais além dos mitos, o realismo político exige respostas a muitos questionamentos. O que fazer com aquelas culturas milenares (islâmicas ou confucianas) que visualizam as idéias liberais ocidentais como tremendamente estranhas, perigosas ou agressivas, em que o princípio da autoridade e a obediência social se assentam basicamente na tradição?

O atual Governo estadunidense está gastando em defesa mais de 40% do que o restante do mundo, em seu conjunto, destina para esse fim. Possui forças militares estacionadas em 700 bases espalhadas por todo o mundo, com 120 mil soldados na Europa, 90 mil na Ásia Oriental e Pacífico e quase 200 mil no Norte da África e Ásia Ocidental. Com o pretexto de lutar contra o terrorismo, os EUA invadiram o Afeganistão, a seguir, o Iraque e, abertamente, ameaça o Irã, a Síria e a Coreia do Norte.

As relações sírio-libanesas transformaram-se em séria prova para a comunidade internacional. O regime dinástico-presidencial de Damasco não poderá seguir ignorando por muito tempo a pressão internacional para que ponha fim a uma ocupação síria que se prolonga por vinte e nove anos. Os EUA, a União Européia, a Rússia e o próprio Líbano desejam e propugnam por uma retirada total das forças militares e do serviço secreto sírios do território libanês, muito embora o grupo ter-

rorista Hezbollah adote posição diametralmente oposta à aspiração libanesa.

A nova estrutura de relacionamento mundial é extremamente dinâmica, com duas tendências predominantes: a regionalização e a globalização. A primeira pode ser considerada como uma etapa intermediária para a segunda, e esta, por sua vez, envolve a interdependência dos atores da cena mundial, conectados por alguns fatores delineadores de fronteiras virtuais, diferentes das físicas, responsáveis pela conexão global, marcando profundamente o seu desdobramento. Assim, verifica-se que a economia mundial, a temática do meio ambiente, as telecomunicações internacionais, a preocupação constante com a segurança, os processos de integração regional e mundial moldam o mundo de hoje e são os componentes básicos de conexão do sistema mundial.

A globalização dos mercados e da economia resultou em inusitado surto de crescimento, contudo os frutos dessa prosperidade não estão sendo compartilhados de maneira equânime. Na verdade, aparentemente, o mundo cada vez mais se divide entre os países que auferem grandes lucros e outros que absorvem sérias perdas econômicas e profundos prejuízos sociais. O capital volátil, mais do que nunca, hoje, movimenta-se livremente com a velocidade das fibras óticas, podendo escolher, sem pruridos, a base geográfica e humana que lhe ofereça as melhores condições de competitividade e ganhos. Calcula-se que o mercado mundial de câmbio gira algo em torno de US\$1,5 trilhão por dia, valor capaz de engolir qualquer banco central do planeta. Tal realidade reforça a consciência, na comunidade internacional, dos riscos envolvidos na globalização financeira, a qual passou a ter enorme impulso na década de 1990. Nesse período, os fluxos de capital para países em desenvolvimento cresceram de US\$ 45 bilhões, em 1990, para US\$ 320 bilhões em 2003. Na visão dos países em desenvolvimento, esse incremento é sempre bem-vindo, especialmente porque há, no processo, componentes estruturais muito positivos: a internaciona-

lização das carteiras dos grandes fundos de pensão norte-americanos, por exemplo, representa para o Brasil, a China, a Índia e a Rússia (potencialmente vorazes absorvedores de poupança) uma rara oportunidade de receber capital de longo prazo, aumentando o nível de investimento sem acelerar o consumo.

Atuando com grande apelo e influência na convivência internacional, estão as organizações não governamentais (ONGs), que se caracterizam pela falta de compromisso com as regras sistematizadas pela sociedade e constituem um fenômeno de proporções consideráveis. Estima-se que existam, aproximadamente, 4.400 dessas entidades com atuação na América Latina e no Caribe.

Neste começo de século, o Islamismo é professado por mais de um bilhão de crentes, que vivem em 56 países na Eurásia, no Oriente Médio, na África e na Oceania, comportando diversas etnias. Além disso, vem-se acentuando e ampliando a orientação fundamentalista do islamismo, num processo que tem gerado e feito ressurgir um grande número de conflitos sangrentos. Além de divergências profundas dentro do próprio mundo islâmico, o fundamentalismo tem como uma de suas principais características o ódio contra o Ocidente. Cedo ou tarde, a energia do islamismo, ora parcialmente represada, poderá provocar um processo de explosão, a gerar acontecimentos históricos incontrolláveis e de grande envergadura.

Militar e politicamente poderosos, os Estados Unidos não representam a única grande força econômica do mundo contemporâneo pois, além de enfrentarem, internamente, graves dificuldades econômicas, deparam-se com o Japão e a Alemanha como potências econômicas quase no mesmo patamar.

O mundo passa por uma acelerada transição, com destaque para a formação de blocos de países com interesses econômicos comuns - União Européia, sob a liderança da Alemanha; Complexo Asiático, liderado pelo Japão -, o que vem, de certa forma, opor-se à hegemonia dos Estados Unidos.

Partindo, então, do momento histórico universal e da análise da economia política que permeia o conjunto das nações, desenham-se os blocos econômicos regionais, formados pela associação de países que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional. Destaca-se como aspecto mais importante na formação desses blocos a redução ou a eliminação das alíquotas de importação, com vistas à criação de zonas de livre comércio, aumentando a interdependência das economias dos países-membros.

A primeira iniciativa nesse sentido ocorre por volta de 1957 na Europa, com a criação da Comunidade Econômica Européia, base para a formação da atual União Européia.

Em 1º de maio do ano passado, a União Européia implementou uma nova ampliação, a quinta desde que foi firmado o Tratado de Roma, em 1957. Dez novos estados, muito diversificados por sua história ou sua estrutura econômica, passaram a integrar a União: duas ilhas mediterrâneas (Chipre e Malta), cinco antigos "satélites" da extinta URSS (Eslováquia, Eslovênia, Hungria, Polônia e República Checa) e três antigas repúblicas soviéticas (os países bálticos: Estônia, Letônia e Lituânia). A Bulgária e a Romênia continuam preparando-se, com base na "Folha da Rota" acordada com a Comissão da UE, em vista de uma adesão programada para 2007.

Com essa ampliação, que completa a reunificação da Europa iniciada com a queda do Muro de Berlim, em 1989, a União reata os laços com a sua história, reencontra a sua geografia e alarga o compartilhamento dos seus valores democráticos.

A ampliação da União Européia converterá a "União a 25" em uma zona econômica próspera e ativa. Com o acréscimo de cerca de 75 milhões de habitantes, a UE contará com 455 milhões de consumidores, e seu PIB ultrapassará 9.600 bilhões de euros, ou seja, um quarto da riqueza mundial.

A União Européia não projeta viver retrai-da sobre si mesma. Ela já é o primeiro parceiro

comercial do Brasil (com 26% dos intercâmbios) e, com sobras, o primeiro investidor em nosso País, totalizando mais da metade dos investimentos diretos estrangeiros. Isso, certamente, comprova que as empresas européias enxergam a sua atividade no Brasil a longo prazo, a despeito dos acasos da conjuntura.

O Nafta - *North América Free Trade Agreement* -, Acordo de Livre Comércio da América do Norte, formado pelos Estados Unidos, Canadá e México, ocupa um território de 20.881.660 km², com PIB de US\$ 7,6 trilhões e mercado consumidor de 391 milhões de pessoas. Tem como membro principal os Estados Unidos, única superpotência do mundo atual, com extensão territorial de 9.372.614 km² e população aproximada de 270 milhões de habitantes, colocando-se na condição de maior importador do planeta.

Por sua estatura estratégica no cenário mundial, os Estados Unidos têm mantido conversações bilaterais, a despeito da importância atual que detêm os organismos multilaterais, praticando, ainda, forte protecionismo comercial, exercendo pressões econômicas unilaterais e adotando processos de retaliações sem amparo em tratados internacionais, valendo-se, tão-somente, do seu poderio econômico e militar.

Com efeito, para enfrentar o imobilismo tecnológico industrial, agravado pela competitividade externa, o Governo norte-americano tem criado mecanismos de assistência para as corporações nacionais, além de estabelecer barreiras para transferência de tecnologias que possam beneficiar países em desenvolvimento, tentando reservar-lhes, em princípio, espaço para serem fornecedores de matérias-primas.

No entanto, é na América Latina redemocratizada que os Estados Unidos têm as maiores perspectivas de ampliação de seus objetivos de curto e médio prazos. Nesse sentido, o diálogo mais intenso resultou, em fins de 1994, na assinatura da Declaração de Líderes da Cúpula das Américas, em Miami, como prenúncio para a

pretendida celebração de Acordo de Livre-Comércio (Alca) em todo o continente. Tal assunto foi tratado em 1998, em Belo Horizonte, no Fórum das Nações, ficando acertadas, em princípio para o ano de 2005, a extinção das barreiras comerciais, a redução de alíquotas e a consolidação da Alca, prevalecendo a posição defendida pelo Brasil ante a intenção norte-americana de concretizar esse bloco. Na verdade, o que o Governo brasileiro pretende é estruturar fortemente os pressupostos comerciais e políticos do Mercosul (Mercado Comum do Sul), criando condições adequadas para que esse grupo possa vir a competir, de maneira equilibrada, com o poderoso mercado do Norte, hoje, representado pelo Nafta.

A formação do Mercosul, ainda em curso, sinaliza para a futura criação de um megabloco sul-americano. Criado a partir de programas de cooperação econômica entre o Brasil e a Argentina, na década de 1980, constitui uma zona de livre-comércio na América do Sul, agregando-se também o Uruguai e o Paraguai. Oficialmente instituído em janeiro de 1995, por intermédio da cláusula prevista no Tratado de Assunção (1991), a partir da assinatura do Protocolo de Ouro Preto, o Mercosul, estabeleceu uma tarifa externa comum, iniciando dessa forma a etapa de formação de uma união aduaneira, primeira etapa para a criação de um mercado comum do sul. Com os acordos firmados, permitiu-se a livre circulação, nos países-membros, de mercadorias fabricadas, isentas de alíquotas de importação, exceção feita a um pequeno grupo de produtos sobre os quais poderá incidir tarifa diferenciada.

Representando uma população de 221 milhões de habitantes e PIB da ordem de US\$ 880 bilhões, sua sede alterna-se entre as capitais dos países-membros, cabendo ressaltar que, nos últimos anos, verificou-se acentuado incremento do comércio. Atualmente, o Mercosul mantém, na condição especial de associados, o Chile (não participando das tarifas externas comuns) e a

Bolívia e estuda acordos com Peru, Equador, Colômbia e Venezuela, países do grupo andino.

O Brasil, como maior país da América do Sul e detentor do mais expressivo PIB da região, destaca-se dos demais e assume liderança natural desse bloco econômico.

A Apec - *Asia-Pacific Economic Cooperation* - (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) é formada por Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas, Cingapura, Coreia do Sul, Tailândia, Estados Unidos (países fundadores); China, Hong Kong e Formosa (Taiwan), desde 1991; México, Papua-Nova Guiné, desde 1993, e Chile, desde 1994. Sua criação ocorreu em 1989, por iniciativa do primeiro-ministro australiano, porém, na realidade, respondendo a desejos dos Estados Unidos e do Japão. Quatro anos mais tarde, adquiriu características mais estruturadas de bloco econômico, na Conferência de Cúpula de Seattle, nos Estados Unidos, tendo como compromisso transformar o Pacífico em área de livre-comércio.

Tem PIB de US\$ 19,3 trilhões e mercado consumidor de 2,6 bilhões de pessoas.

A Asean - *Association of Southeast Asian Nations* - (Associação das Nações do Sudeste da Ásia) tem como países-membros: Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myanmar, Tailândia e Vietnã. Possui PIB de US\$ 612 bilhões e mercado consumidor de 533 milhões de habitantes.

É de se registrar que os empreendimentos transnacionais são a grande característica da economia globalizada. Embora já existissem durante a fase da Guerra Fria, cresceram de importância com a nova ordem mundial, caracterizando-se como atores de grande relevância no cenário internacional. No período do confronto ideológico, eram vistos como representantes do "imperialismo capitalista". Hoje, a sua presença é estimada e disputada por países em desenvolvimento. Embora tragam crescimento econômico, tornam-se, por vezes, atores mais poderosos que os pró-

prios governos e vislumbra-se uma tendência de terem as suas estratégias totalmente alinhadas com as dos seus países originários.

Nota-se, com efeito, que permanece ativa a histórica tendência à intervenção econômica dos mais poderosos sobre os mais fracos, tendo como pano de fundo a abordagem de temas como a preservação ambiental e a defesa dos direitos humanos, que se apresentam como os principais argumentos a justificar tais ingerências.

Assim, nações que destruíram suas reservas florestais julgam-se fiscais da humanidade, investidas do direito de intervir nas soberanas decisões de outros países, invocando o tema do desmatamento como justificativa. Grassa, entre os países ricos, a tese da soberania limitada. As cruciais questões da defesa dos direitos humanos e do combate ao narcotráfico oferecem outras oportunidades aos países poderosos para respaldar suas tentativas de submeter os menos desenvolvidos aos seus interesses.

Em que pesem a globalização, a existência de blocos regionais, a Organização Mundial do Comércio (OMC), o aumento dos investimentos externos, o incremento do comércio exterior etc, o que se verifica, no entanto, é que o essencial dos fluxos de investimentos e de transferência da tecnologia se dá entre os próprios países desenvolvidos, tipicamente os membros da OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento).

O comércio mundial é dominado, incontestavelmente, pelos países com industrialização mais avançada. Coincidentemente, as nações responsáveis pelos dez maiores volumes de exportação do mundo são exatamente as mesmas que efetuam os dez maiores gastos com importações, com pequenas alterações de posicionamento entre elas.

A despeito do discurso da abertura comercial, da internacionalização, os países mais desenvolvidos, em defesa de seus interesses, utilizam-se da prática de protecionismo de toda ordem, estabelecendo barreiras, não mais tarifárias, mas, sim, mais sofisticadas, através do controle de qualidade, cer-

tificados de origem, cotas voluntárias, política agrícola comum, proteção ambiental etc.

A União Européia já se antecipou à criação do selo verde, indicador de que um dado artigo foi produzido sem ferir determinadas normas de proteção ambiental por ela definidas. Em realidade pretende, com tal atitude, o estabelecimento de uma forma indireta de impedir a comercialização de produtos altamente competitivos em seu mercado, originários de países de menor desenvolvimento e com custos de produção menores. Trata-se de discriminação unilateral, questionável em termos de mercado internacional.

Ressalta-se que, a partir do encerramento da Rodada Uruguai do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), mais esforços dos países em desenvolvimento têm sido exigidos, uma vez que tiveram redução no tratamento especial de que se beneficiavam. A América Latina procura adequar suas políticas econômicas à nova realidade do comércio internacional. A OMC reduz políticas restritivas através do instrumento tarifário, mas permite um maior grau de discriminação entre parceiros comerciais. Ao mesmo tempo em que liberaliza, garante uma certa margem de protecionismo via tratamento preferencial.

Assim, à luz desse entrelaçamento, que caracteriza o início do século XXI, analisam-se os fatos econômicos recentemente passados, já que, da correta interpretação dos mesmos, dependerá o sucesso da inserção econômica do Brasil no novo cenário mundial.

Verificou-se, ainda, que 87% do comércio mundial concentraram-se na América do Norte, Europa Ocidental e Ásia, 43% das exportações foram da Europa Ocidental (85% partiram da UE). Em conclusão, os três principais membros do G-8 (EUA, Alemanha e Japão) respondem por 30% do comércio mundial, tanto de bens quanto de serviços.

No que tange ao comércio internacional, a posição brasileira de participação encontra-se muito aquém daquela compatível com a sua extensão territorial, com o seu volume de recursos

naturais, assim como com a existência de uma população em condições de explorar tais riquezas.

Outra vertente importante, e contrastando com a liberdade dos capitais, é o trabalho, ou seja, o homem, ressentindo-se das enormes dificuldades que encontra (em razão de políticas xenófobas) passa a movimentar-se em busca de fronteiras mais vantajosas para o emprego de suas habilidades individuais. O mercado globalizado funciona de acordo com suas próprias leis, isolando-se dos contextos políticos e sociais, causando seríssimas apreensões no que diz respeito à questão do desemprego estrutural decorrente dessa nova realidade que atropela planejamentos e engolfa sociedades.

Nesse cenário de mudanças ainda não concluídas, o mundo enfrenta uma dolorosa transição - na qual se questionam valores do Estado-Nação e das próprias sociedades -, sem se definirem claramente as características de novos paradigmas que fundamentem a organização política, social e econômica dos estados no ambiente globalizado neste início de século.

Sem dúvida, a globalização é um fenômeno contemporâneo, do qual nenhuma nação que almeje o desenvolvimento pode abdicar. Por isso, a análise de seus reflexos precisa ser elaborada levando-se em consideração um contexto abrangente, onde, evidentemente, estão fixadas as singularidades e as formas de inserção de cada sociedade nesse processo.

Há uma tendência de crescimento da migração mundial com eventuais "ondas de bárbaros". Estes têm sido rechaçados, criando um grande problema social, tendo em vista a baixa qualificação profissional e o pequeno número de vagas de serviços desqualificados, como é o caso dos emigrantes da Eurásia e de alguns países latino-americanos.

Os problemas étnicos tendem ao agravamento e a gerar conflitos localizados, com necessidade de interferência das Forças Armadas, podendo comprometer a estabilidade política dos países com maior efervescência, como os tribelistas africanos e os remanescentes do antigo império soviético.

Havendo conflitos étnicos em países que são estrategicamente interessantes para as potências, estes poderão sofrer fortes ingerências em seus assuntos internos e terem as suas soberanias comprometidas. Ainda sobre a questão étnica e/ou religiosa, existem vários focos de tensão na Europa.

O desemprego é o novo fantasma mundial. A evolução dos processos e o emprego de tecnologias da produção de bens e serviços estão naturalmente reduzindo os postos de emprego, inclusive nos países em desenvolvimento. O desemprego, no entanto, é considerado por alguns especialistas como um problema econômico e não de mercado de trabalho; portanto, passível de combate e sazonal.

A divisão do mundo em dois blocos ideologicamente antagônicos, que manteve a humanidade sob ameaça de holocausto, não mais existe. As estruturas de poder que garantiram a estabilidade do mundo por todo esse período também desapareceram.

O fim da Guerra Fria implicou a mudança de um sistema de alta confrontação e baixa estabilidade para o sistema de baixa confrontação, porém de alta instabilidade.

A supremacia de uma só potência na expressão militar e a multipolaridade econômica, associadas à distribuição irregular dos recursos naturais no globo terrestre e ao quase certo entrechoque de interesses competidores, apontam para inúmeras possibilidades de conflito por razões econômicas. Em função da globalização, esses conflitos normalmente obedecerão a um padrão claramente demonstrado na Guerra do Golfo: a execração e isolamento do país causador da instabilidade ou o alto risco para a economia mundial e a intervenção sob o manto protetor de resoluções nas Nações Unidas ou nos órgãos regionais. A perspectiva de uma "Pax Americana" tem sido confirmada, em parte, com os Estados Unidos se dispondo a intervir em conflitos localizados, onde os seus interesses possam correr riscos.

A atual situação mundial aparenta um ambiente de paz, porque os interesses estão ainda

em ordenação, buscando se acomodar em perspectivas mais vantajosas sem entrar diretamente em confronto. Quando as posições começarem a ficar definidas, certamente ocorrerão entrechoques mais violentos.

As reduções nos investimentos em armamentos, na verdade, caracterizam uma troca de quantidade por qualidade, pois, por meio de novas tecnologias, a letalidade das armas foi tremendamente ampliada, podendo-se assim reduzir as suas quantidades e crescer a capacidade, já avassaladora por conta dos arsenais nucleares, de infligir danos no campo da guerra convencional.

Novas potências militares despontam no cenário mundial. A Alemanha, após um longo período de retraimento, já tem a liberdade de enviar tropas para o exterior em missões de paz. O Japão, hoje ocupando o segundo lugar mundial em nível de despesas militares, também começa a reaparecer nesse contexto. Outros países, de posse de artefatos nucleares, candidatam-se a ser potências locais como a China, Índia, Paquistão e Israel. O quadro militar, longe de simplificar-se, cresceu em complexidade.

Na África, nações inteiras se desestruturaram completamente. Frutos de limites artificiais, herdados do colonialismo europeu, esses países vivem hoje tragédias marcadas pela luta interna tribal de eliminação. Países como a Libéria, antes um marco de estabilidade, passam a ser palco de conflitos avassaladores que destroem toda a estrutura social. A ineficácia dos organismos competentes para solução desses conflitos indica que eles perdurarão por algum tempo.

Outro tipo de ameaça à paz, evidenciado na atualidade, é caracterizado pelos conflitos de natureza religiosa, alicerçados em crenças extremamente arraigadas, dos quais pode-se citar a ação terrorista do fundamentalismo muçulmano e o que ocorre entre católicos e protestantes na Irlanda do Norte.

No Ocidente, os casos de fanatismo religioso são ocasionais, excetuando-se a Irlanda, e não representam problemas de monta para os estados. Nos países em que minorias radicais têm expandi-

do suas ações, em especial os fundamentalistas dos países do Oriente Próximo, o problema está na conjunção Estado/Igreja, que faz com que as decisões políticas sejam guiadas pelo fanatismo religioso.

O fundamentalismo muçulmano vem crescendo e ganhando força em todo o mundo. As desagregações da URSS e da Iugoslávia fizeram surgir novos estados muçulmanos na Europa, como a Bósnia, e na Ásia, como o Azerbaijão, o Cazaquistão e o Tadjiquistão, entre outros. Embora ameace principalmente os países do Primeiro Mundo, em particular os Estados Unidos, o fundamentalismo islâmico se volta contra todos os que tentam modificar a cultura islâmica, baseada nos dogmas do Corão.

A situação política no Oriente Médio e na região do Golfo Pérsico, marcada, nos últimos anos, por sucessivos e intermináveis focos de conflitualidade, é atualmente explosiva e de evolução imprevisível.

O diferendo palestino-israelense, agora circunscrito às posições divergentes defendidas pelas facções extremistas de ambas as partes litigantes, arrasta-se ao longo das décadas, sem que se vislumbre solução imediata e definitiva. A pátria de religião judaica é olhada como potência militar invasora e ocupante, mobilizando antagonismos e hostilidade da maioria dos países árabes vizinhos e dos estados do Golfo.

A morte de Yasser Arafat, líder histórico do movimento nacionalista palestino, em novembro de 2004, ameaçou desintegrar a tênue linha de poder entre a autoridade Nacional Palestina (ANP) e as dezenas de organizações que lutam contra a ocupação israelense da Cisjordânia e da faixa de Gaza. A eleição do Presidente Mahmoud Abbas, em janeiro de 2005, no entanto, foi considerada legítima pela comunidade internacional, e o processo de institucionalização da ANP é visto com otimismo cauteloso.

Ao contrário de certos países, a democratização palestina é esperada, em certa medida, com preocupação pelos EUA. Em eleições mu-

nicipais que antecederam em semanas o pleito presidencial, o Hamas – responsável por centenas de atentados terroristas contra civis israelenses e ataques paramilitares contra soldados e colonos – conquistou várias vitórias. A tentativa de o grupo se tornar uma força política não agrada EUA e Israel. Ao mesmo tempo, impedir sua entrada é considerado um convite a mais ataques, um golpe contra reformas e uma ameaça de guerra civil.

E é assim que, transcendendo o conflito que opõe israelenses e palestinos, se alude, frequentemente, ao problema árabe-israelense. Refletindo a atual conjuntura na região, essa expressão comporta, seguidamente, um sentido mais amplo e abrangente.

Após o acordo de paz de Camp David, celebrado em 1978, o Egito e a Jordânia – depois da reconciliação com Israel – são as únicas honrosas exceções a essa tendência conflitiva.

Com a fragmentação existente na ordem mundial, é de se esperar a proliferação de grupos terroristas, de todas as naturezas, devendo ocorrer crescente insegurança no nível internacional, pois esses grupos desejam chamar a atenção para as suas causas. Os países mais ameaçados são, usualmente, os do Primeiro Mundo, onde a repercussão dos atentados é maior.

As atividades subversivas do Hamas representam um perigoso exemplo de terrorismo com resultados práticos. A sua atuação é susceptível de funcionar como paradigma, gerando o fermento necessário à generalização de infundável onda de violência fundamentalista noutras zonas de implantação do radicalismo islâmico.

No terreno operacional, o Hamas pratica um terrorismo urbano implacável por meio de ataques cometidos por comandos suicidas. Entre estes avultam os chamados “homens-bomba”, autênticos mártires, dispostos a morrer em nome da jihad.

O Iraque é um exemplo incontestado de como, na busca da democracia, se pode resvalar para a

violência, para o caos social e para o risco do desmembramento estatal. O país mesopotâmico também é um bom exemplo do que poderia chegar a ocorrer, em grande escala, em uma região dominada por fronteiras artificiais, controvérsias territoriais, populações e etnias irredutíveis e arraigadas em suas crenças, além da presença de um islã radical, fervorosamente militante e enfaticamente ideologizado.

A verdade é que a invasão unilateral, decidida pelo governo Bush, está provocando, efetivamente, um retrocesso civilizatório em toda a região, não só pela destruição física imposta ao Iraque, inclusive as pilhagens de seus museus e lugares históricos, mas também pelo risco de imposição de um governo xiita clerical, encerrando o laicismo do Partido Baath. Ironicamente, isso aproximaria o Iraque do Governo iraniano, considerado pelos neoconservadores uma das maiores ameaças estratégicas aos seus planos hegemônicos.

Os atentados terroristas de cunhos nacionalista e religioso radicais estão crescendo no mundo. Os exemplos dos EUA, do Japão e da Espanha, onde ocorreram alguns de repercussão internacional, incluindo o emprego de armas químicas, abriram uma ampla possibilidade de posse de armas de destruição em massa por grupos voltados para atividades dessa natureza.

Na América do Sul, algumas organizações originalmente dedicadas à luta ideológica, lamentavelmente se transformaram em grupos criminosos. As Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, foram criadas, em 1964, como braço armado do Partido Comunista. Lutava contra a influência americana e as multinacionais. Desde o início, seqüestros e extorsão foram utilizados para financiar suas ações. Com o passar dos anos, a proteção a traficantes e o próprio tráfico se tornaram lucrativos. Parte do grupo – talvez a maior parte – aderiu ao tráfico.

O MIR, Movimento de Esquerda Revolucionário, braço armado do Partido Comunista do Chile, foi criado na década de 1960. Lutou contra

a ditadura. Com o advento da democracia, o grupo perdeu apoio popular. Foi responsável pelos seqüestros do empresário brasileiro Abílio Diniz, em 1989, e de Washington Olivetto, em 2001.

O Sendero Luminoso, grupo fundado também no decênio de 1960, pretendia destruir as instituições peruanas e instaurar um governo popular. Depois de presos seus líderes em 1995, o grupo passou a realizar crimes comuns e tráfico de substâncias estupefacientes.

As Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) surgiram na década de 1980 como grupos paramilitares de direita de defesa de empresários. Acahou-se envolvendo com traficantes de drogas.

Os problemas entre nações e as fricções geopolíticas continuam a existir no mundo todo. Durante a Guerra Fria, havia muita cautela no seu trato, por receio de agravamento de tensões em maior escala. O recurso ao emprego da força se torna mais factível na atual situação, em que não existe mais o perigo de disseminação, e a intervenção por parte de outras potências se torna arriscada ou não apresenta interesse.

Com o fim da Guerra Fria e o advento dos novos padrões de relacionamento do ambiente internacional, criados pela globalização, surgiu o conceito de que as ameaças externas deixam de ser importantes para as nações, devendo as suas Forças Armadas estender a atuação a campos diferentes, que possam se configurar como uma ameaça regional ou mundial, tais como o narcotráfico, a proteção ao meio ambiente e aos direitos humanos. Esse conceito, Segurança Cooperativa, é esposado pelos países desenvolvidos e, nas Américas, pelos EUA e Canadá. Ele parece ter resultado da adaptação do conceito originalmente esposado pela doutrina dos EUA, para combater movimentos comunistas na América Latina, hoje duramente criticado dentro do seu próprio país. Ocorre que a sua adoção transforma as Forças Armadas dos países em desenvolvimento em polícias especializadas nessas áreas, criando, assim, as melhores condições para as intervenções

externas. O Brasil não compartilha dessa visão, postulando que desequilíbrios de caráter econômico são as principais razões de insegurança.

Há, também, dentro dessa mesma ótica, a ideia de criação de forças multinacionais permanentes, em nível mundial e regional, capazes de atuar em operações de paz. A consideração de que a estabilidade democrática é essencial para a convivência e cooperação entre os países justifica diversas formas de intervenção, começando pela via diplomática (como ocorreu recentemente no Paraguai) e podendo chegar a formas mais duras como as operações denominadas de “imposições da paz” (*peace enforcement*).

As operações de paz passaram a ser utilizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) como um dos *seus principais instrumentos de atuação no campo da manutenção de paz e da segurança internacional*. No final da década de 1980, com o fim do confronto ideológico e a aproximação das duas superpotências (Estados Unidos e Rússia), no âmbito do seu Conselho de Segurança, as Nações Unidas passaram a ter maior liberdade de ação, ampliando essas operações, seja através de missões desarmadas de observação, seja com o envio de tropas, em função dos conflitos surgidos com o final da Guerra Fria e alimentados por latentes rivalidades de fundo étnico-religioso ou mesmo tribal.

As operações de manutenção de paz, em termos conceituais, visam a substituir o uso da força por intervenção pacífica, com o consentimento de todas as partes envolvidas.

As formas de operações de paz são as seguintes:

- pacificação (*peace making*), através da mediação diplomática com assessoria militar;
- construção da paz (*peace keeping*), para a fiscalização do cessar-fogo estabelecido;
- imposição da paz (*peace enforcement*), uma intervenção militar convencional, com separação dos beligerantes pela força.

Quanto ao Hemisfério Sul, há uma tendência para a redução das forças militares e restrição

ao acesso a tecnologias sensíveis. As pressões exercidas por países ricos visam ao desvio das forças militares dos países em desenvolvimento para atividades policiais, principalmente, aquelas ligadas ao narcotráfico. O argumento é que não há mais necessidade de gastos militares, uma vez que a Guerra Fria terminou, e as ameaças foram reduzidas. As Forças Armadas, nesse caso, se deveriam preocupar tão-somente com a segurança interna, deixando as questões de segurança externa sob a guarda e proteção dos organismos internacionais. No final de 1998, contudo, começaram a surgir indícios de mudanças dessa filosofia, pois os Estados Unidos (e, de certa forma, os produtores de armamentos da União Européia) se deram conta de que acumulavam grandes estoques de material de emprego militar que, para seus níveis de sofisticação bélica, estavam ficando obsoletos. A fim de reduzir o custo de seus programas ininterruptos de aperfeiçoamento de arsenais, esses países começaram a promover programas de “modernização” de países em desenvolvimento.

Em última análise, o fim da bipolaridade abre uma era de “poder difuso”, na medida em que o receio de um conflito nuclear praticamente desapareceu. Novos conflitos armados surgem, e o poder militar é utilizado em toda sua plenitude. Os conflitos no Golfo e na Iugoslávia são decorrentes desse tipo de atitude.

O grande impulso provocado por duas guerras mundiais no século passado, no curto espaço de vinte anos, levou o mundo a uma sociedade dita tecnológica, surpreendente pela velocidade com que as mudanças ocorrem, entre elas a globalização da economia, que tantas e radicais modificações está trazendo ao mundo, somente possível graças à tecnologia da informação, nascida dos avanços da ciência a serviço dos citados conflitos.

A plena economia de mercado de âmbito mundial tem exigido competitividade dos seus participantes, ou dos que dela desejam participar, o que tem significado para os seus integrantes ad-

quirir e manter qualidade, produtividade, modernidade e grande capacidade de reação nesse ambiente de alta velocidade na evolução tecnológica.

Ciência e tecnologia, constituem, portanto, a verdadeira diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, excluindo do futuro aqueles situados abaixo da linha de alta capacitação tecnológica. Impulsionada pela tecnologia da informação (ou revolução da informação, como querem alguns), a economia, baseada no conhecimento, atribui à educação elevada importância estratégica: a mão-de-obra qualificada é fundamental para o desenvolvimento, e o insumo básico do bem-estar social que as sociedades desejam é a inteligência, sendo secundária a disponibilidade desta ou daquela matéria-prima.

Os dois países de maior densidade tecnológica – Estados Unidos e Japão – possuem os menores índices de desemprego no mundo. A Europa, terceira maior concentradora de tecnologia, somente não melhorou esse índice em razão dos moldes social-democratas do estado previdenciário adotado por seus países, que influi diretamente na taxa de desemprego pelos altos custos impostos às empresas.

Outros efeitos igualmente impactantes sofre essa sociedade da tecnologia: na área política, a busca pelo poder reduziu a um círculo muito restrito os países que dominam tecnologias sensíveis, cuja aplicação militar é capaz de destruir a humanidade várias vezes. A pretexto de controlar esse conhecimento, os Estados Unidos pressionam para a proibição definitiva de testes nucleares e para vedar acesso ao ciclo completo da tecnologia nuclear aos países que ainda não o detêm.

Foi aprovado em assembléia da ONU documento conhecido como Tratado de Proibição Total das Provas Nucleares, que completa o conjunto de sete outros protocolos que, desde 1965 (Tratado de Não Proliferação Nuclear – TNP), tentam cercear experimentos nucleares. O grande questionamento dessas imposições provém do fato de que os principais países detentores de

arsenais nucleares já conseguem realizar seus experimentos com o recurso de simulação em computador, o que não ocorre com os demais detentores da tecnologia nuclear.

O hiato entre os países desenvolvidos e os países menos desenvolvidos decorre, basicamente, da existência de profundos desníveis no acúmulo e no emprego do conhecimento e das dificuldades de aquisição e transferência de tecnologia, restando aos países mais atrasados, nesse aspecto, o consolo de que a ciência é um bem universal à disposição de todos.

O conhecimento é poder que se traduz em automação industrial, reciclagem produtiva da mão-de-obra tornada excedente, acesso à informação, produção e conservação de energia e alimentos, fabricação de novos materiais, transformações ambientais, exploração da fauna e flora marinha e terrestre, bancos de germoplasma, aprimoramento genético, redução de espaço e tempo em todas as atividades humanas, dinamização do mundo dos negócios e ampliação da capacidade prospectiva e realizadora da Humanidade.

Um fator de preocupação crescente de todos os países, na atualidade, é a explosão demográfica, sempre associada à crescente demanda de alimentos e de água potável, que dependem da preservação das boas condições do solo e do meio-ambiente. Invocando direito de ingerência, as nações mais fortes começam a inserir em sua agenda programas de controle dos mananciais de água doce e das florestas do mundo inteiro.

Progressivamente, a ciência e a tecnologia estão conduzindo os povos a serem nitidamente diferenciados em duas classes: a dos desenvolvidos, ou seja, os que possuem o conhecimento e sabem como transformá-lo em tecnologia, detendo, em consequência, o poder e independência; e a dos subdesenvolvidos, isto é, aqueles carentes de conhecimentos, portanto, absolutamente dependentes e sem capacidade de influenciar o contexto onde se inserem. A diferenciação será tanto maior quanto maiores forem os investimentos em edu-

cação e pesquisa. O Terceiro Milênio caracterizar-se-á, certamente, pelo domínio do conhecimento.

Formação multidisciplinar, forte embasamento em ciências humanas e exatas, domínio da informática e de vários idiomas, visão humanística e social, reengenharia da engenharia (aprender a aprender e saber fazer) e intransigência com a qualidade são algumas das características que se exigem do homem atual e que, projetadas em nível mundial, desenham com nitidez o perfil do homem e das instituições que competirão no século XXI.

De conclusivo, o fato de que a ciência e a tecnologia reproduzem e aprofundam as atuais formas de dominação dos centros de poder mundial: Estados Unidos, União Européia e Japão. Na raiz dessa discussão, a revolução da informação (cujo produto mais conhecido e manuseado é a Internet), que agrega poder às nações na mesma medida em que agrega conhecimento.

Um dos reflexos visíveis da presente conjuntura é a interdependência das sociedades, estimulada pela rapidez das comunicações e pelas facilidades da informática, reduzindo distâncias, quebrando barreiras e gerando ambiente propício à conscientização da convivência em um mundo globalizado.

Conclusão

Em síntese, os seguintes aspectos caracterizam a atual situação mundial:

1. existência de apenas uma superpotência global;
2. supremacia de uma só potência na expressão militar;
3. proliferação de crises e conflitos de razões e natureza variadas;

Nota

Aqueles que estiverem interessados em se aprofundar no tema poderão acessar os seguintes sites:

<http://www.esg.br/cee/index.html> (Escola Superior de Guerra);

www.reservaer.com.br (Clube Virtual dos Oficiais da Reserva e Reformados da Aeronáutica), acessando as seguintes seções: "Assuntos Estratégicos" e "Estratégicos Militares".

4. tendência predominante à regionalização e à globalização na estrutura do relacionamento mundial;

5. tendência à formação de megablocos econômicos e a decorrente competição entre eles;

6. multipolaridade econômica;

7. perda do poder de barganha dos países periféricos;

8. introdução, na agenda global, de temas como meio-ambiente, narcotráfico, direitos humanos, soberania limitada, gestão compartilhada, dever de ingerência, *Good Governance*;

9. internacionalização da produção industrial e homogeneização de mercados;

10. surgimento de empreendimentos transnacionais e de organismos internacionais, destinados a regular a economia em escala planetária;

11. escalada de atentados terroristas de cunhos nacionalista e religioso;

12. ressurgimento de conflitos de natureza étnica;

13. recrudescimento de conflitos de caráter religioso;

14. aumento da conflitualidade no Oriente Médio;

15. inserção, como membros da OTAN, de países anteriormente pertencentes à extinta União Soviética e ao Pacto de Varsóvia;

16. a temática ambiental, com ênfase à degradação causada pela exploração dos recursos do planeta;

17. intervenção de países militarmente fortes nos mais fracos, por questões variadas e ao arrepio do Conselho de Segurança da ONU e das leis internacionais;

18. aparecimento da rede internacional de computadores, ligando o mundo e seus atores. ☺

Resenha de assuntos internacionais

DESAFIOS FAZEM DA UNIÃO SUL-AMERICANA UM SONHO

**Acordo regional enfrenta rivalidades
regionais e a ação dos EUA**

Richard Lapper, de Londres

Para uma região culturalmente homogênea, a América do Sul encontra grandes dificuldades para forjar uma identidade política e econômica unida. Na superfície, a criação de uma Comunidade de Nações Sul-Americanas parece – como afirmam seus proponentes – representar uma espécie de “momento histórico”.

O problema é que o acordo que seria assinado simbolicamente nesta quarta-feira (8/12) em Cuzco, Peru – capital do antigo Império Inca –, é tão frouxo, de prazo tão longo e tão tangencial à maior parte do comércio intra-regional que poderia ser superado por negociações mais amplas com os Estados Unidos.

Em seu núcleo, o acordo desta quarta é uma fusão durante 15 anos de dois acordos de livre comércio existentes na América do Sul: o Mercosul, união alfandegária que compreende Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e a Comunidade Andina, formada por Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Equador.

Chile, Suriname e Guiana também deverão assinar o acordo, que eventualmente vai liberar as tarifas sobre o comércio regional, hoje extremamente limitado. (O comércio bilateral entre os dois blocos estagnou entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões desde 1996. Em comparação, as exportações combinadas do Brasil e da Argentina deverão superar US\$ 125 bilhões este ano.)

O acordo também prevê melhoras radicais em transportes, ligações energéticas e outras infra-

estruturas destinadas a permitir que países tradicionalmente voltados para o Atlântico, como o Brasil e a Argentina, realizem negócios com maior facilidade com seus vizinhos de frente para o Pacífico.

As autoridades já classificaram mais de trezentos projetos em 31 prioridades, dos quais somente dez itens custam mais de US\$ 100 milhões. O financiamento viria de multilaterais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação para o Desenvolvimento Andino (CAF) e fontes privadas.

Por enquanto, a união não terá uma presença institucional própria, mas poderá permitir que a América do Sul assuma uma posição comum nos fóruns internacionais.

O Brasil – de longe o maior país latino-americano – esperaria que seus vizinhos menores adotassem suas posições. Rubens Barbosa, um consultor independente e ex-diplomata brasileiro, diz que uma América do Sul unificada – diferentemente de uma América Latina unificada – tem sido um antigo objetivo da política brasileira, e sua conquista demonstraria uma verdadeira “vontade política” em favor da integração regional.

“Esta é uma grande decisão em termos de vontade política”, diz Barbosa. A política comercial dos Estados Unidos na América Latina também teve o papel de forçar desenvolvimentos. Por um lado, a formação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) em 1994 puxou o México com mais firmeza para a esfera de influência dos Estados Unidos.

Enquanto isso, o progresso em direção a um Acordo de Livre Comércio das Américas (Alca), mais amplo, também acordado originalmente há uma década, empacou – principalmente por causa da relutância brasileira em ceder benefícios aos Estados Unidos em áreas como contratos do governo

sem concessões correspondentes em agricultura, setor em que o Brasil goza de vantagens comparativas.

Nos últimos anos, os Estados Unidos lidaram cada vez mais individualmente com os países, fazendo um acordo bilateral com o Chile e negociando dois outros – um com sete países da América Central e do Caribe e outro com a Colômbia, Peru e Equador.

Nelson Cunningham, um especialista em América Latina baseado em Washington, diz que os Estados Unidos adotaram uma estratégia irradiada como “uma forma de escolher parceiros comerciais e gerar momento em direção à Alca”.

Nesse contexto, o acordo desta quarta pode ser considerado uma “hábil contramedida à posição de negociação americana. Estamos observando um jogo fascinante de xadrez global”.

O Brasil e seus parceiros do Mercosul fizeram concessões comerciais significativas em sua aposta por terreno político. O acordo oferece a Venezuela, Equador e Peru acesso livre de tarifas ao Brasil para 90% de suas exportações dentro de dois anos. Em contraste, os exportadores do Mercosul terão de esperar mais de dez anos pelos mesmos benefícios.

Muitos executivos brasileiros se queixam de que o acordo é orientado politicamente e que eles não foram consultados de forma adequada. “Tivemos muito pouca participação, e os resultados são fracos e vagos”, diz Lúcia Maduro, uma economista da Confederação Nacional da Indústria em São Paulo.

Tampouco está claro se o Brasil vai conseguir apoio internacional. A Argentina se recusou a apoiar sua candidatura para um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e está mergulhada em disputas comerciais com o Brasil dentro do Mercosul.

E é altamente significativo que nem o presidente argentino, Nestor Kirchner, nem seus homólogos do Uruguai e do Paraguai tenham participado da cúpula.

(Fonte: Financial Times – em 09/12/2004. Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves)

A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL

Maria Regina Soares de Lima

O Brasil faz fronteira com praticamente todos os países sul-americanos, excetuando-se apenas o Equador e o Chile. Em 2004, o PIB brasileiro representou mais da metade do PIB da América do Sul e suas exportações alcançaram mais de 40% do total das vendas externas da área. A combinação de uma proximidade geográfica inescapável com a assimetria no tamanho econômico do país gerou uma síndrome de desconfiança entre o Brasil e os países da região, alimentada pelas diferenças de língua, trajetórias sociopolíticas e substrato cultural.

Mas há um legado histórico que ajuda a amenizar esse sentimento de estranhamento e que, com o retorno à ordem democrática nos anos 80, construiu uma ponte para o início de relações estreitas com a Argentina. Essa herança tem a ver com o fato de que a percepção de risco na visão das nossas elites é derivada antes de vulnerabilidades de natureza econômica do que de segurança.

Grande parte da legitimidade do Mercosul, um projeto estratégico do Estado brasileiro, deve-se ao seu componente econômico, o que, paradoxalmente, gerou um limite na tolerância das elites nacionais com relação aos seus resultados econômicos imediatos. Pode-se argumentar que se a vertente desenvolvimentista legitimou a política externa brasileira, também cristalizou na sociedade a concepção de que a principal métrica de avaliação da política externa reside em resultados econômicos no curto prazo.

É inevitável que a ênfase conferida às relações com a América do Sul no governo Lula fosse avaliada por sua utilidade econômica e pouca consideração reservada à dimensão políti-

* A autora é professora.

ca desse movimento de afirmação da identidade sul-americana do Brasil.

Com o *boom* dos preços das *commodities*, porém, o argumento do escasso benefício do relacionamento com países de menor grau de desenvolvimento relativo perde credibilidade. Em um contexto de crescimento acentuado das exportações latino-americanas em geral, foi a diversificação setorial da pauta brasileira um dos fatores responsáveis pela contribuição dos mercados sul-americanos para a expansão, em mais de 50%, do saldo comercial do Brasil, em 2004.

Da mesma forma, é o diferencial das estruturas econômicas entre o Brasil e os países da região o principal responsável pelo volume das exportações de serviços e a presença regional de grandes empresas brasileiras, nos setores de energia e de engenharia, por exemplo. Todo esse dinamismo parece passar despercebido das críticas convencionais que apenas conseguem enxergar nesses movimentos temidos vestígios terceiro-mundistas.

Mas é no plano político que o componente sul-americano da política externa adquire maior relevância, exatamente pelos elementos inéditos que encerra. De um lado, trata-se de construir capacidade coletiva de influência nas negociações internacionais, bem como na elaboração das normas globais e regionais de modo a torná-las mais permeáveis aos interesses dos países do Sul.

O movimento revela, a um só tempo, uma visão do sistema internacional com tintas multipolares ou, pelo menos, com potencial para brechas de uma estrutura que se reconhece ainda unipolar e a importância conferida ao arcabouço multilateral das normas e dos regimes internacionais.

De outro lado, trata-se de cooperar na solução de crises políticas nos vizinhos que possam eventualmente estimular ações unilaterais dos Estados Unidos. No primeiro caso, o principal instrumento que o Brasil pode oferecer é a coordenação da ação coletiva dos países sul-americanos nas arenas multilaterais globais e regionais; no segundo, disponibilizar seus bons ofícios na

mediação de eventuais situações de conflito dentro de e entre os países sul-americanos, como sucedeu na formação do Grupo "Amigos da Venezuela", no início do governo Lula, e no conflito recente nos Andes, entre aquele país e a Colômbia.

Dois riscos, que costumam acometer relacionamentos com grau acentuado de assimetria, devem ser evitados nessa virada inédita da política externa: veleidades do exercício de hegemonia regional e de práticas intervencionistas. Os antídotos para eventuais temores de um "expansionismo brasileiro" são a construção de instituições regionais fortes com soberanias compartilhadas e o fortalecimento das instituições democráticas na América do Sul, condições para que se possa constituir uma verdadeira comunidade de nações.

O principal desafio desse esforço de aprofundamento da inserção regional é a internalização da política externa na sociedade. Em última análise, eventuais custos materiais da liderança brasileira serão arcados pela sociedade. Os desafios de uma política assertiva na ordem unipolar contemporânea são consideráveis. Alianças internacionais sólidas e diversificadas, por um lado, e legitimidade democrática e apoio político interno, por outro, são dois pilares essenciais para o sucesso de políticas externas não convencionais de países de porte médio, como o Brasil.

A REFORMA DA ONU

O Eixo do Pacífico e a Nova Ordem Mundial

*Mario Gibson Barboza**

A bipolaridade da Guerra Fria poderá ser substituída – após a unicidade do poder exercida pelo império americano – por uma nova ordem, esta biaxial, com o surgimento do eixo do Pacífi-

* O autor é embaixador.

co, que disputará o domínio mundial com o eixo do Atlântico, que até agora tem monopolizado a guerra e a paz em nosso planeta.

Trata-se de um realinhamento de forças que girava na órbita do mundo atlântico e agora se vê confrontada por uma nova realidade: a candidatura da China a superpotência, o Japão em condições de ressurgir como potência militar e não só econômica, a Índia com todo o seu potencial de mais de 1 bilhão de nacionais e armada da bomba atômica, o próprio Paquistão, também de posse da arma nuclear, os chamados tigres asiáticos, com seu crescente poder econômico, a Austrália e a Nova Zelândia, mercados praticamente intocados por nós.

Tudo isso configura uma nova realidade da qual o Brasil, com suas imensas e ainda não suficientemente exploradas potencialidades, não pode deixar de tomar conhecimento – e agir conseqüentemente – até mesmo porque nossa “ocidentalidade” tem deixado de nos dar o reconhecimento a que fazemos jus.

À luz dessas considerações básicas é que devemos examinar nossa pretensão de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Pretensão certamente não descabida, mas que terá necessariamente de passar pelo revigoramento da ONU, cuja Carta reflete a ultrapassada realidade de 1945, ao término da Segunda Guerra, quando se procurou estabelecer uma nova ordem mundial presidida pela Organização fundada em São Francisco. A ONU visava então a uma utopia que à época parecia realizável, sob a égide de regras e princípios que representavam expressivo progresso em termos de justiça e desenvolvimento do Direito Internacional.

Ora, desde aquele longínquo ano de 1945 tudo mudou, o mundo é outro, as potências inimigas derrotadas no devastador conflito tornaram-se garantes da paz, a implosão do império soviético, que pretendia dominar o mundo, abriu espaço ao surgimento de um novo e incontrastável império, o norte-americano. Este hoje impõe uma

política externa cujo unilateralismo não aceita submeter-se às regras pacientemente elaboradas na Organização que, embora desprovida de poder militar, realizou, entre outros feitos, a revolução da descolonização e promoveu a criação de um novo Estado, Israel, precisamente na área mais conflagrada do mundo, no Oriente Médio.

Assim, quando pretendemos que o Brasil ocupe um assento permanente no Conselho de Segurança, o mais importante da ONU, cabe perguntar: De qual ONU? Da atual, desprestigiada e debilitada pela própria potência que desempenhou o principal papel em sua criação, os Estados Unidos da América? Ou de uma nova e fortalecida ONU, com suficiente poder para intervir nos mais graves problemas internacionais e exercer o papel de árbitro imparcial para solucioná-los?

Pois este é o principal, o verdadeiro desafio que nos confronta: procurar restabelecer o poder da ONU. Para isso se faz necessária a renúncia de excedentes de poder do império que hoje se atribui o direito messiânico de moldar o mundo à sua imagem e semelhança, sem dar-se conta de que tal atitude terminará por atingir o próprio poder que hoje exerce e julga eterno.

Mas não o é. Pois a História atesta que todo poder, quanto mais embriaga nas atitudes da própria força, mais se afasta da realidade da planície sem a qual não sobreviverá. Foi sempre assim. E é uma verdade ainda mais inelutável hoje, quando imponderáveis como o fundamentalismo religioso, o terrorismo perigosamente desprovido de uma *rationale* e o vertiginoso progresso que se alimenta de sua própria velocidade configuram uma nova ordem que, infalivelmente e ainda de que forma imprevisível, se implantará principalmente quando um novo eixo de poder, o do Pacífico, já se configura como realidade.

É esta a hora em que uma nova ONU, compatível com a ordem mundial já vislumbrada no horizonte, se anuncia como indispensável. É preciso reforçá-la, sem esquecer a União Européia que deverá contribuir, de maneira não desprezi-

vel, para tal. O Brasil não pode ignorar as perspectivas que se abrem para o seu futuro nessa nova ordem, na qual as estratificadas estruturas de poder deixarão de exercer os velhos e ultrapassados privilégios que hoje ainda separam as nações ricas e desenvolvidas das menos favorecidas, no exercício do poder mundial.

Devemos, assim, considerar que nossa aspiração a um lugar permanente no Conselho de Segurança significa uma decisão ponderada e refletida: de trazermos nossa contribuição ao fortalecimento da Organização que constitui a única possibilidade de salvarmos a civilização que tanto nos custou implantar sobre a barbárie e o irrefletido desejo do domínio pelo domínio, sem qualquer freio ético de contenção.


O fortalecimento da ONU é uma utopia irrealizável? Sim e não, depende de todos nós, pois uma organização política não é senão a soma da vontade de seus membros. A utopia de 1945, se não se realizou totalmente, produziu importantes frutos que até hoje condicionam, em parte, nossa realidade. Um passo adiante agora, após sessenta anos sem uma guerra mundial, não é impossível. Mas para isso torna-se necessária a renúncia a alguma parcela de poder por quem hoje o exerce totalmente, e isto em seu próprio benefício. Nada na terra é eterno. E o impasse em que se encontra atualmente o império norte-americano, com a insolúvel crise do Iraque por ele mesmo causada, não se resolverá sem a contribuição da comunidade internacional, representada pelo único foro de que dispomos, que é a Organização das Nações Unidas – uma ONU

renascida das cinzas a que os atuais detentores do poder a relegaram.

Parece-me indiscutível que os Estados Unidos não solucionarão por si mesmos o terrível, cruel e cruento impasse em que se colocaram e que se resume num simples dilema: se retirarem suas tropas, o Iraque mergulhará numa guerra civil de conseqüências fatais, que poderá espalhar-se até mesmo por todo o Oriente Médio; se prolongarem a ocupação militar, terão de enfrentar, de forma crescente, as naturais e inevitáveis resistências do povo de um país ocupado militarmente por uma potência estrangeira. Assim, penso que é numa ONU revigorada que podemos depositar nossas esperanças em uma intervenção capaz de romper o impasse.

Obviamente o fortalecimento da ONU passa pela reforma da sua Carta que – nunca é demais repeti-lo –, refletindo a realidade do ano de 1945, não pode deixar de estar obsoleta. O Brasil sempre pugnou por essa indispensável reforma, como pode ser comprovado pelos sucessivos discursos com que abriu anualmente os debates da Assembleia Geral das Nações Unidas, via de regra proferidos pelo seu chanceler do momento, na qualidade de chefe da nossa diplomacia, o que lhes confere, a esses discursos, uma autoridade especial. Estamos, portanto, em confortável posição para exigir que se apressem os estudos para a reforma da Carta. Este é um ponto em que se devem concentrar os esforços da nossa diplomacia, com persistência e ânimo forte.

(Transcrito do Jornal do Brasil, de 28.11.2004)



Da imprensa

Energia para o desenvolvimento econômico e social

NOVO MODELO DO SETOR ELÉTRICO

Governo federal regulamenta novo modelo do setor elétrico

O Presidente da República assinou, nesta sexta-feira (30/07), o decreto 5.163 que regulamenta as regras de comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações do novo modelo do setor elétrico, previstas na lei 10.848/2004. As leis do novo modelo do setor elétrico (10.847 e 10.848) foram aprovadas pelo Congresso Nacional em março deste ano.

Em solenidade no Palácio do Planalto, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou o processo de construção da regulamentação, que contou com a participação dos agentes do setor elétrico, e a importância do setor para o desenvolvimento econômico do país. “É uma demonstração de que pode ser mais demorado, mais difícil, mas é a forma mais eficaz de produzir o resultado de uma lei tão importante, de um setor sem o qual não haverá desenvolvimento econômico”, enfatizou o presidente.

“Este país vai produzir energia, a energia vai produzir novos investimentos, os novos investimentos vão produzir crescimento econômico, que vai gerar renda, que vai gerar empregos e que vai colocar este país no lugar em que ele jamais deveria ter deixado de estar, que é participar do mundo dos chamados países desenvolvidos”, completou.

A Ministra de Minas e Energia destacou a importância de um marco regulatório estável para garantir tarifas menores aos consumidores, segurança no abastecimento e investimentos na expansão do sistema. “Estamos sinalizando que não te-

remos mais energia como obstáculo ao desenvolvimento. Alcançamos hoje maior estabilidade no marco regulatório. Esta regulamentação é um marco decisivo na trajetória para completarmos uma das principais reformas microeconômicas com repercussões macroeconômicas que ocorreu nos últimos tempos”, afirmou a ministra.

A edição da Medida Provisória nº 144, de 11 de dezembro de 2003, convertida posteriormente na Lei nº 10.848, de 2004, decorreu da necessidade de definição de um marco regulatório claro, estável e transparente para o setor elétrico, que possibilite a efetiva garantia do suprimento para o mercado, a expansão permanente das atividades intrínsecas ao setor (geração, transmissão e distribuição), vinculada à segurança e à busca da justa remuneração para os investimentos, e a universalização do acesso e do uso dos serviços, além da modicidade tarifária, em um horizonte de curto, médio e longo prazos.

Nesse sentido, as modificações introduzidas pela Lei nº 10.848, de 2004, trouxeram novas perspectivas ao setor que permitirão a retomada dos investimentos na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O decreto, que será assinado hoje, detalha e especifica as providências necessárias para alcançar os objetivos propostos:

- promover a modicidade tarifária;
- garantir a segurança do suprimento; e
- criar um marco regulatório estável.

Para que o novo modelo seja devidamente implementado, é necessário detalhar as regras gerais de comercialização de energia elétrica, a seguir enumeradas.

1) O principal instrumento para modicidade tarifária é o leilão para contratação de energia pe-

las distribuidoras, com o critério de menor tarifa.

2) Por sua vez, a segurança de suprimento é baseada nos seguintes princípios:

- todos os agentes de consumo devem contratar 100% de sua carga;

- cada contrato de venda de energia deve ter um lastro físico de geração, de forma que não existam contratos sem a correspondente capacidade física de suprimento.

3) A construção eficiente de novos empreendimentos será viabilizada por meio das seguintes medidas:

- leilões específicos para contratação de novos empreendimentos de geração de energia;

- celebração de contratos bilaterais de longo prazo entre as distribuidoras e os vencedores dos leilões, com garantia de repasse dos custos de aquisição da energia às tarifas dos consumidores finais; e

- licença ambiental prévia de empreendimentos hidrelétricos candidatos.

Esse conjunto de medidas reduz substancialmente os riscos do investidor, possibilitando o financiamento do projeto a taxas mais atrativas, com benefícios para o consumidor.

4) Finalmente, a criação de um marco regulatório estável requer uma clara definição das funções e atribuições dos agentes institucionais. Em particular, o modelo:

- esclarece o papel estratégico do Ministério de Minas e Energia, como órgão mandatário da União;

- reforça as funções de regulação, fiscalização e mediação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL; e

- organiza as funções de planejamento da expansão, de operação e de comercialização.

O Decreto está dividido em seis capítulos, sendo que o capítulo 2 estabelece as Regras Gerais de Comercialização de Energia Elétrica.

*(Assessoria de Comunicação Social
MME - Julho de 2004)*

MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA A INDÚSTRIA DO GÁS NATURAL DO BRASIL

Em 21 de agosto de 2003, após um processo de licitação, fundamentado no Edital de Consulta nº 039/2002, a Agência contratou o Consórcio Strat-Consulting/RG (Contrato nº 7.039/03-ANP-008.766) para a elaboração de um estudo com o objetivo de estabelecer um modelo de desenvolvimento para a indústria de gás natural no Brasil. A realização do referido projeto se deu de forma integrada entre a equipe da ANP/SCM e o consórcio contratado, de maneira que os documentos aqui apresentados são resultado de um processo de reflexão das discussões entre os integrantes de ambas as instituições envolvidas.

O supracitado trabalho dispõe de quatro fases distintas. Inicialmente, na Fase I, são analisadas as experiências de países selecionados, no que diz respeito ao processo de reforma de suas indústrias gasíferas, objetivando extrair lições para o caso brasileiro. Para tanto, elegeram-se os seguintes países: Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai, Peru, Espanha, Austrália, Colômbia e Noruega, além da União Européia. É importante destacar que tais documentos foram os primeiros produtos entregues pela consultoria à ANP, tendo sido elaborados até dezembro de 2003. Dessa forma, tais estudos encontram-se datados, o que pode explicar qualquer eventual diferença entre a situação atual e as descritas nos relatórios, em função do elevado grau de dinamismo das indústrias energéticas, em especial, a indústria de gás natural, nos distintos países.

A Fase II apresenta o Diagnóstico da Indústria Brasileira de Gás Natural, onde são examinados aspectos institucionais, regulatórios, tributários e ambientais, além das questões relacionadas ao desenvolvimento da infra-estrutura, ao preço do energético e à interface com o setor elétrico.

Na Fase III, são expostos dois diferentes modelos de organização institucional para a indústria de gás natural no Brasil, como forma de

prover alternativas à formulação de uma política para o setor. O primeiro modelo apresentado, intitulado Modelo Cooperativo, sustenta-se em uma participação mais efetiva do Estado, por meio, principalmente, de sua empresa estatal, em uma primeira etapa de desenvolvimento do setor, sendo o capital privado parceiro nesse processo. Posteriormente, a partir do desenvolvimento do mercado e da infra-estrutura, um novo estágio de implementação permitiria menor ingerência do Estado e maior concorrência entre os participantes desse mercado.

A segunda alternativa, denominada Modelo Competitivo, está fundamentada na linha das principais reformas estruturais realizadas nos diversos países analisados na Fase I, sustentando-se no investimento privado para o desenvolvimento do setor, a partir da eliminação das principais barreiras à entrada nesse mercado e da real separação das etapas que configuram monopólios naturais.

As duas alternativas representam, em última instância, instrumentos de análise compostos por um conjunto de ações e medidas que podem ser, até mesmo, combinados entre si, a partir da orientação política adotada. Sublinha-se, também, que ambas visam fornecer elementos para a elaboração de um futuro projeto de lei para o gás natural.

A última Fase, a IV, contempla um modelo para a determinação do mercado potencial de gás natural no País, a partir da identificação e da análise da capacidade de desenvolvimento da oferta e da demanda do energético para os próximos dez anos, com base nos resultados da estrutura jurídico-institucional proposta na etapa anterior do projeto.

Salienta-se que, no momento atual, esses estudos revestem-se de extrema importância para o desenvolvimento da indústria brasileira de gás natural, uma vez que reservas de gás foram descobertas recentemente, o que poderá propiciar maior penetração do energético na matriz energética nacional, e encontra-se em elaboração, no âmbito do Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria

MME nº 432/2003 e composto por integrantes do MME e da ANP, uma política de desenvolvimento para o setor gasífero do País.

Ademais, cabe destacar que a ANP, ao disponibilizar tais documentos em seu portal eletrônico, objetiva dar transparência às suas atividades, bem como subsidiar tecnicamente o MME e o CNPE na formulação de uma política energética para o Brasil, em cumprimento da Lei nº 9.478/97.

Ressalta-se, por fim, que todos os relatórios das fases II, III e IV do Projeto ora exposto serão disponibilizados no portal eletrônico da ANP, à medida em que forem finalizados.

(Assessoria de Comunicação Social do MME)

Governo Federal autoriza uso comercial do biodiesel

O Presidente da República participou hoje, em solenidade no Palácio do Planalto, do ato de autorização do uso comercial do biodiesel do Brasil, com o lançamento do marco regulatório. O conjunto de atos legais estabelece as condições para a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira de combustíveis líquidos, que já utiliza a gasolina, o diesel, o gás natural e o álcool anidro e hidratado. O biodiesel será autorizado para mistura de 2% (B2) ao diesel de petróleo.

O biodiesel é um combustível renovável produzido a partir de oleaginosas como mamona, soja, dendê e girassol. O óleo vegetal é extraído dessas plantas por esmagamento e, em seguida, posto a reagir quimicamente com álcoois, metanol ou etanol, na presença de um catalisador.

Durante quase meio século, o Brasil desenvolveu pesquisas sobre biodiesel, promoveu iniciativas para usos em testes e foi um dos pioneiros ao registrar a primeira patente sobre o processo de produção de combustível, em 1980. Nos últimos 12 meses, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o Go-

verno Federal organizou a cadeia produtiva, definiu as linhas de financiamento, estruturou a base tecnológica e editou o marco regulatório do novo combustível.

O Presidente, durante a solenidade, ressaltou a importância do programa para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e do Semi-Árido do País pelo grande potencial para o plantio de oleaginosas. "Este é um programa que pode significar um importante projeto para o desenvolvimento de uma região brasileira que precisa de uma chance. É um projeto que pode significar muita coisa para as regiões mais pobres do país" – afirmou Lula.

A Ministra de Minas e Energia fez a apresentação do programa e destacou a importância do biodiesel para aumentar a participação de combustíveis verdes na matriz energética brasileira. "É um programa de energia, de diversificação da matriz, de respeito ao meio ambiente e que leva em conta uma política de inclusão social", afirmou. Lembrou que o programa é resultado de um trabalho de integração de diversos ministérios e que o marco regulatório define a entrada do biodiesel no mercado, de forma sustentável e estável.

A Ministra apresentou ainda dados que mostram que o biodiesel deve chegar aos postos de combustíveis em fevereiro de 2005 na região de Belém (PA), produzido a partir de palma. Em julho do próximo ano, o biodiesel de mamona estará sendo comercializado no Nordeste e, em agosto, nas regiões Centro-Oeste e Sul, a partir de soja e girassol.

A introdução do biodiesel reforça a promoção do uso de fontes renováveis de energia e a diversificação da matriz energética brasileira. Ao lançar as bases legais e normativas para o uso comercial do biodiesel, o Brasil inova mais uma vez no uso de combustíveis renováveis, assim como fez na década de 1970 com o uso do álcool.

O Proálcool foi o maior programa de substituição de combustíveis fósseis no mercado automotivo mundial. Hoje, o Brasil é o maior produtor e consumidor mundial desse combustível. Essa

experiência credencia o País para implementar o uso do biodiesel. As fontes renováveis respondem por 43,8% da matriz energética brasileira, enquanto a média mundial é de 13,6% e, nos países desenvolvidos, de apenas 6%.

O uso do biodiesel permitirá ganhos para economia nacional a partir da redução das importações brasileiras de diesel de petróleo, da preservação do meio ambiente e da geração de emprego e renda no campo e na indústria de bens e serviços.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, formatado por 14 ministérios e coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, tem a gestão operacional a cargo do Ministério de Minas e Energia (MME).

Marco regulatório

O marco regulatório que autoriza o uso comercial do biodiesel no Brasil considera a diversidade de oleaginosas disponíveis no País, a garantia do suprimento e da qualidade, a competitividade frente aos demais combustíveis e uma política de inclusão social. As regras permitem a produção a partir de diferentes oleaginosas e rotas tecnológicas, possibilitando a participação do agronegócio e da agricultura familiar.

Os atos legais que formam o marco regulatório estabelecem os percentuais de mistura do biodiesel ao diesel de petróleo, a rampa de mistura, a forma de utilização e o regime tributário. Os decretos regulamentam o regime tributário com diferenciação por região de plantio, por oleaginosa e por categoria de produção (agronegócio e agricultura familiar), criam o selo Combustível Social e isentam a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A regulamentação feita pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), responsável pela regulação e fiscalização do novo produto, cria a figura do produtor de biodiesel, estabelece as especificações do combustível e estrutura a cadeia de comercialização. Também foram revisadas 18 resoluções que tratam sobre combustíveis líquidos, incluindo

agora o biodiesel. A mistura do biodiesel ao diesel de petróleo será feita pelas distribuidoras de combustíveis, assim como acontece na adição de álcool anidro à gasolina. As refinarias também estão autorizadas a fazer a mistura e, posteriormente, entregarão o B2 às distribuidoras.

A regulamentação também permite usos específicos do biodiesel, com misturas superiores à estabelecida pelo marco regulatório, desde que autorizadas pela ANP. Essas experiências serão acompanhadas e vão gerar informações para aumentar o percentual de adição do combustível ao diesel de petróleo.

A adição de 2% de biodiesel não exigirá alterações nos motores movidos a diesel, assim como não exigiu nos países que já utilizam o produto. Os motores que passarem a utilizar o combustível misturado ao diesel nessa proporção terão a garantia de fábrica assegurada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), conforme manifestação formal desta entidade ao Governo Federal.

O novo combustível também poderá ser utilizado na geração de energia elétrica em comunidades isoladas, principalmente na região Norte, substituindo o óleo diesel em usinas termelétricas.

Regime tributário e inclusão social

O biodiesel será um importante instrumento de geração de renda no campo. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no Semi-Árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho.

As regras tributárias do programa referentes ao PIS e à COFINS determinam que esses impostos sejam cobrados uma única vez e que o contribuinte é o produtor industrial de biodiesel. Ele poderá optar entre uma alíquota percentual que incide sobre o preço do produto ou pelo paga-

mento de uma alíquota específica, que é um valor fixo por litro vendido.

A medida provisória assinada hoje prevê que o Poder Executivo vai estabelecer o coeficiente de redução da alíquota específica por decreto. O coeficiente de redução será diferenciado em função da matéria-prima utilizada na produção, da região de produção e do tipo de fornecedor de matéria-prima (agricultura familiar ou agronegócio).

O decreto também assinado hoje estabelece um percentual de redução de 67% para todos os produtores que não tenham o benefício diferenciado; de 77,5% para o biodiesel fabricado nas regiões Norte, Nordeste e no Semi-Árido, utilizando como matéria-prima a mamona ou o dendê; de 89,6% para a agricultura familiar; e de 100% para biodiesel produzido a partir de mamona e dendê fornecidos por agricultores familiares das regiões Norte, Nordeste e do Semi-Árido.

Os benefícios tributários, em função do fornecedor de matéria-prima, serão concedidos aos produtores industriais de biodiesel que tiverem o Selo Combustível Social. Para receber o selo, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o produtor industrial terá de adquirir matéria-prima de agricultores familiares, além de estabelecer contrato com especificação de renda e prazo e garantir assistência e capacitação técnica.

Levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) indica que, na safra 2004/05, 84 mil hectares serão cultivados com oleaginosas por agricultores familiares para a produção de biodiesel, dos quais 59 mil estão localizados no Nordeste. O cultivo da área total envolve 33 mil famílias, das quais 29 mil são dessa região.

Financiamento

O uso comercial do biodiesel terá apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O Programa de Apoio Financeiro a Investimentos em Biodiesel, aprovado na última sexta-feira (3/12), prevê financiamento de até 90% dos itens passíveis de apoio

para projetos com o Selo Combustível Social e de até 80% para os demais projetos. Os financiamentos são destinados a todas as fases de produção do biodiesel, entre elas a agrícola, a de produção de óleo bruto, a de armazenamento, a de logística, a de beneficiamento de subprodutos e a de aquisição de máquinas e equipamentos homologados para o uso desse combustível.

Nas operações diretas para micro, pequenas e médias empresas, os empréstimos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) mais 1% (projetos com o Selo Combustível Social) ou 2% ao ano. Para grandes empresas, cobrará a TJLP mais 2% ao ano (projetos com o Selo) ou 3% ao ano. Em operações indiretas, os juros serão idênticos, mas acrescidos da remuneração do banco repassador.

O BNDES também ampliou em 25% o prazo total de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos com motores homologados para utilizar, pelo menos, 20% de biodiesel ou óleo vegetal bruto adicionado ao diesel. Essa operação inclui veículos de transporte de passageiros e de carga, tratores, colheitadeiras e geradores.

O Selo Combustível Social é uma das condições para o acesso a linhas de financiamento específicas do BNDES.

Também será flexibilizado o percentual de garantias reais, reduzindo-se os atuais 130% para 100% do valor do financiamento. Além disso, existe a possibilidade de dispensa de garantias reais e pessoais quando houver contrato a longo prazo de compra e venda de bic diesel.

A produção de matéria-prima para o biodiesel pela agricultura familiar também conta com linhas de financiamento do Pronaf, que colocará à disposição desse segmento, em 2005, R\$ 100 milhões, com possibilidade de o valor ser aumentado. As taxas de juros do Pronaf variam de 1% a 4%.

Ganhos de divisas e potencial de exportação

O biodiesel terá impacto na balança comercial brasileira por permitir a redução da importa-

ção de óleo diesel. O uso comercial do B2 cria um mercado potencial para a comercialização de 800 milhões de litros de biodiesel/ano, o que representa uma economia anual da ordem de US\$ 160 milhões na importação de diesel.

Hoje, 10% do diesel consumido no Brasil são importados. Esse combustível, utilizado principalmente no transporte de passageiros e de cargas, é o mais utilizado no país, com comercialização anual da ordem de 38,2 bilhões de litros, o que corresponde a 57,7% do consumo nacional de combustíveis veiculares.

O Brasil apresenta reais condições para se tornar um dos maiores produtores de biodiesel do mundo por dispor de solo e clima adequados ao cultivo de oleaginosas, mas nem sempre favoráveis ao plantio de gêneros alimentícios.

A área plantada necessária para atender ao percentual de mistura de 2% de biodiesel ao diesel de petróleo é estimada em 1,5 milhão de hectares, o que equivale a 1% dos 150 milhões de hectares plantados e disponíveis para agricultura no Brasil. Esse número não inclui as regiões ocupadas por pastagens e florestas.

Além de assegurar o suprimento interno, o Brasil é um potencial exportador do combustível, já utilizado comercialmente nos Estados Unidos e em países da União Européia. A União Européia definiu meta de que, até 2005, 2% dos combustíveis consumidos devem ser renováveis. Em 2010, de acordo com a diretiva 30 do Parlamento Europeu, de maio de 2003, esse percentual deve ser de 5,75%. Entretanto, o continente tem restrições quanto à área de cultivo disponível para oleaginosas e a capacidade industrial, o que abre oportunidades ao Brasil para exportar seu combustível.

Desenvolvimento de tecnologia e respeito ao meio ambiente

O uso comercial do biodiesel vai incentivar o aprimoramento de tecnologia nacional para produção do novo combustível. Para o desen-

volvimento de pesquisas e processos de produção, estão sendo destinados R\$ 16 milhões dos fundos setoriais, geridos pelo Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Parte desses recursos será destinada à formação da Rede Brasileira de Tecnologia do Biodiesel, formada por entidades localizadas em 23 estados, e ao reforço de infraestrutura laboratorial para monitorar a qualidade do biodiesel.

O Brasil dispõe hoje de tecnologia para produzir um biodiesel de qualidade internacional e o primeiro no mundo fabricado a partir de rota tecnológica utilizando o etanol. Nos demais países, o processo de produção utiliza o metanol, derivado do petróleo.

Além de diminuir a dependência das importações de óleo diesel, o uso do biodiesel contribui para a redução da emissão de gases poluentes e proporciona a obtenção de créditos de carbono, sob o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Kioto.

Iniciativas comerciais em andamento

Já estão em andamento projetos da iniciativa privada para produção de biodiesel. A Brasil Ecodiesel plantou 2,5 mil hectares de mamona, em 2003, no núcleo de produção em Canto do Buriti (PI). Ao final de 2004, a área plantada será de 58 mil hectares, com uma produção de 25 mil toneladas/ano de matéria-prima. A Brasil Ecodiesel já adquiriu uma planta da Tecbio com capacidade de produção de 25 milhões de litros/ano e início de operação previsto para maio de 2005. A planta está sendo instalada no município de Floriano (PI).

A Agropalma está instalando, em Belém (PA), uma planta de 8 milhões de litros/ano, com previsão de expansão para 15 milhões litros/ano. A empresa vai utilizar o óleo de dendê. O Grupo Biobrás possui capacidade instalada para produzir 60 milhões de litros/ano de biodiesel, a partir da soja, mamona e girassol, em unidades localizadas em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e

Paraná. Em Mato Grosso, a Ecomat opera uma planta de 14,6 milhões litros/ano a partir da soja.

Também em Mato Grosso, 63 famílias de agricultores dos assentamentos Paulo Freire, 14 de Agosto e 28 de Outubro já iniciaram a colheita de girassol para produção de biodiesel. A iniciativa faz parte do projeto-piloto de biodiesel desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em parceria com a Adequim/Grupo Biobrás. Trata-se da primeira experiência de plantio do girassol para produção de combustível em assentamentos da reforma agrária no Brasil.

A BR Distribuidora, integrante ativa do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, dispõe, hoje, em suas bases de distribuição, de equipamentos preparados para receber o biodiesel (B100), efetuar a mistura e fazer a expedição para o mercado. As bases estão localizadas em Fortaleza (CE), Crato (CE), Salvador (BA), Jequié (BA), Teresina (PI), Natal (RN), São Luís (MA) e Belém (PA).

*(Assessoria de Comunicação Social
MME - 6 de dezembro de 2004)*

ENERGIA NUCLEAR

Brasil e Alemanha encerram acordo

BRASÍLIA - Brasil e Alemanha encerraram, por meio de notas diplomáticas, uma cooperação de mais de trinta anos em programas de uso pacífico de energia nuclear. De acordo com o Itamaraty, a mudança nas relações bilaterais não afetará qualquer programa nuclear brasileiro.

A decisão foi anunciada em meio aos preparativos para a visita do Ministro das Relações Exteriores alemão, Joschka Fischer, ao Brasil. Está previsto que ele chegue ao país esta semana. Na visita, acredita-se que deve ser discutido um novo acordo entre os dois países.

De acordo com o Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da Repú-

blica, General Jorge Armando Félix, já existe um sinal verde para que seja concluída a construção da Usina de Angra 3.

Essa usina é peça central no programa nuclear brasileiro, que pretende tornar viável o projeto de enriquecimento de urânio em Resende (ao sul do Estado do Rio). A cidade tem sido alvo de controvérsias em relação às inspeções internacionais.

O fim do acordo nuclear entre Brasil e Alemanha não inviabiliza a Usina de Angra 3. Nesse episódio, o apoio tecnológico foi transferido para a empresa francesa Framatome, que já tem contratos assinados com as usinas de Angra 1 e 2.

(JB online)

Novo impulso para a energia nuclear

LONDRES - Os combustíveis não-fósseis estão finalmente obtendo o impulso de que precisam para se tornar uma solução de longo prazo viável para a dependência do mundo em relação ao petróleo. A disparada dos preços do petróleo bruto não afastará a Europa ou os Estados Unidos de sua dependência do petróleo importado no futuro próximo. Mas vão ajudar a redirecionar capital para outras fontes de energia para a próxima geração.

Na semana passada, a Electricité de France (EDF) informou que vai construir um novo tipo de reator nuclear em Flamanville, França. Segundo Pierre Gadonneix, o presidente do conselho administrativo da EDF, a central vai "contribuir para assegurar a independência energética da Europa nas próximas décadas".

Na Finlândia, já começaram as obras de construção de uma nova central nuclear de geração de energia elétrica, a primeira concluída na Europa desde o acidente de Chernobyl, em 1986. A central deverá começar a operar em 2009. A Grã-Bretanha avalia se deve ou não construir uma nova geração de centrais nucleares para substituir usinas em operação já há três décadas, que se aproximam do fim de sua vida útil.

A energia nuclear responde por 32% da produção de eletricidade da União Européia. Esse percentual tende a crescer ao longo dos próximos anos. Depois de uma década durante a qual a energia nuclear foi considerada excessivamente cara ou ambientalmente pouco segura, ela agora conseguiu seu lugar na ordem do dia. E isso não vale apenas para a energia nuclear. Capital está sendo injetado em empresas que estão desenvolvendo qualquer tipo de alternativa aos grandes volumes da substância negra e viscosa extraídos do solo.

"Os altos preços do petróleo elevam a atração das fontes não-convencionais de energia", defendeu o Credit Suisse First Boston (CSFB) em recente nota aos investidores. "Entre elas estão o petróleo pesado, a tecnologia *gas to liquids* e o gás natural liquefeito (GNL), além de fontes alternativas de energia como células a combustível, energia solar e energia eólica."

Em Londres, houve uma corrida de ofertas públicas iniciais de empresas que desenvolvem energias alternativas. A ITM Power Plc vendeu ações em junho para desenvolver sua tecnologia de célula a combustível. As células a combustível geram eletricidade ao associar hidrogênio e oxigênio, produzindo apenas vapor ou água como subprodutos.

A Ocean Power Technologies Inc., que fabrica equipamentos para gerar energia elétrica a partir da força das ondas, lançou ações na Bolsa de Londres no ano passado. E a D1 Oils Plc anunciou, neste mês, planos para realizar uma oferta. A empresa espera levantar 13 milhões de libras esterlinas (US\$ 24 milhões) para produzir óleo diesel a partir de óleo vegetal - o dinheiro será empregado em grandes plantações de *Jatropha curcus*, uma árvore tropical que produz sementes oleaginosas.

"Várias empresas prometeram muito e não cumpriram", disse Charles Hall, diretor da Westhall Capital, especializada em empresas de fontes alternativas. "As pessoas estavam começando a per-

der a convicção. Só neste verão começaram a recuperá-la." Os investidores, além disso, tiveram prejuízos. Considere-se o caso da Ballard Power Systems Inc., que também produz células a combustível. As ações da empresa, com sede em Burnaby, província de British Columbia, no Canadá, dispararam para 189 dólares canadenses em 2000, num momento em que os investidores ficaram empolgados com as perspectivas de as grandes montadoras empregarem os equipamentos da Ballard. Os papéis são negociados hoje por menos de 10 dólares.

Isso é da natureza dos investimentos. Essas são todas empresas de tecnologia, que sempre envolvem risco. Além de tudo, os preços do petróleo também desencadeiam interrogações sérias. Será que a atual faixa de quase US\$ 55 o barril é uma bolha especulativa? Ou representa apenas um preço permanentemente alto a que os consumidores terão de se acostumar? Muitas alternativas parecem atraentes diante dos atuais preços do petróleo. A US\$ 30 o barril, as pessoas continuariam fiéis ao ouro negro.

A energia nuclear tem uma imagem má, porque pode ser cara e é vista como perigosa. Mesmo assim, trata-se de uma tecnologia consagrada, com uma base de custos estável. E, com exceção de Chernobyl, nenhum dos reatores causou acidentes, mesmo depois de trinta anos de operação em alguns casos. Isso configura uma folha de serviços suficiente para sugerir que eles não são tão pouco seguros quanto algumas pessoas imaginam.

As energias eólica e solar são mais ecologicamente corretas, embora haja poucas provas de que qualquer uma delas possa representar uma alternativa relevante. As células a combustível, movidas a hidrogênio, são a grande esperança. Ninguém as produziu ao preço baixo ou com o grau de economia suficiente ainda, mas não quer dizer que isso não possa ocorrer em breve.

(Matthew Lynn - Colunista da Bloomberg News - *JB on-line* 02.11.2004)

Espionagem atômica, pressões comerciais e soberania acionam novo contencioso Brasil-EUA

A tensão disparou à meia-noite do sábado 3. Num telefonema urgente de Washington para sua casa em Brasília, o Chanceler brasileiro Celso Amorim soube que os Estados Unidos haviam iniciado a mais ousada emboscada econômica dos últimos tempos. Inquietos para descobrir os segredos industriais de um equipamento brasileiro capaz de produzir urânio enriquecido – a fonte de energia mais controlada, temida e cobijada do mundo –, os norte-americanos estavam prontos a travestir uma questão essencialmente comercial num caso militar de dimensão internacional. Eles querem ver de perto as ultracentrifugadoras desenvolvidas por cientistas brasileiros ao longo dos últimos 27 anos. Criados com talento, suor e o equivalente a US\$ 1 bilhão em investimentos públicos, esses aparelhos estão aptos a fazer com que o País ingresse no exclusivo clube dos produtores mundiais em escala industrial de urânio enriquecido. Em 2001, segundo o Nuclear Fuel Cost Calculator (NFCC), da Holanda, esse mercado movimentou US\$ 18 bilhões de dólares e está em franco crescimento. Na busca dos segredos da mais brilhante conquista da ciência nuclear nacional, os norte-americanos parecem dispostos a tudo. Nessa semana, o secretário de Energia dos EUA, Spencer Abraham, desembarca em Brasília para insistir na reivindicação de ver as máquinas brasileiras. Até onde eles podem ir?

No domingo 4, confirmando o que o Chanceler Amorim soube na véspera, o Governo dos Estados Unidos disparou o primeiro artefato. Mesclando fontes anônimas do Departamento de Estado e especialistas em questões atômicas ligados à Casa Branca, uma reportagem de primeira página do *The Washington Post* lançou uma nuvem de suspeitas sobre os fins pacíficos do programa nuclear brasileiro. "Se não queremos esse tipo de ins-

talações no Irã ou na Coreia do Norte, não deveríamos querer também no Brasil”, comparou uma das fontes do jornal. Naquele momento, foi como se o chamado “eixo do mal”, instituído pelo Presidente George W. Bush para justificar a invasão do Iraque, ganhasse seu quarto integrante.

Nas 48 horas seguintes, as autoridades brasileiras entraram em estado de alerta. A partir de uma ação combinada entre executivos do Governo norte-americano e técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), o Brasil se viu pressionado a mostrar suas ultracentrifugadoras à primeira inspeção. “Não. Elas são um patrimônio nacional que precisa ser preservado, sem prejuízo de estarmos absolutamente dentro das regras de desenvolvimento de um programa nuclear pacífico”, reagiu à *Dinheiro* o Ministro da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos. Nas severas normas internacionais de controle atômico, não existe nenhuma regra que obrigue um país a revelar segredos industriais desse tipo.

Na terça-feira 6, o Chanceler Amorim soltou uma nota dura. “É inaceitável”, resumiu. Na capital americana, porém, o Departamento de Estado retrucava. Um porta-voz que pediu anonimato à imprensa local definiu o alvo dos Estados Unidos. Na Europa, uma fonte da AIEA fez o mesmo. Esse alvo é Resende, mais especificamente a sala em que operam as cerca de duzentas ultracentrifugadoras na sede das Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Para impedir espionagem industrial, elas são protegidas por um fino tapume. No entanto, todo o processo de entrada e saída do urânio em gás, antes e depois do enriquecimento, pode ser medido em todos os detalhes. “Não somos obrigados a mostrar nossas máquinas”, reagiu Carlos Bezerril, diretor de enriquecimento de urânio da INB. “Mas prestamos todas as contas necessárias.”

Em 1978, o Almirante Othon Luiz Pinheiro foi encarregado de reunir cientistas para inventar uma ultracentrifugadora. Deu certo. Hoje, a máquina enriquece o urânio em forma gasosa na velo-

cidade do som, tem baixo consumo de energia e demanda manutenção a cada cinco anos de uso. O Brasil fabrica vinte por mês. “Com uns R\$ 15 milhões em investimento, dobraremos essa marca”, diz ele. Há duzentas máquinas em operação no País.

No ano passado, a fábrica da INB recebeu seis equipes de inspeção da AIEA. Nenhuma constatou qualquer irregularidade. Em uma delas, um técnico da agência chegou a encostar o rosto no chão para olhar por baixo da barreira visual. “Eles ficam intrigados com o fato de as máquinas trabalharem em absoluto silêncio”, assinala o ex-Ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral. Em setembro, o Governo brasileiro começou a ser instado a assinar um novo protocolo internacional, liberando o acesso a toda e qualquer instalação nuclear. Leia-se: a sala em que ficam as ultracentrifugadoras. Em dezembro, uma carta da AIEA protocolou o pedido. “Os motivos para tanta pressão são puramente comerciais”, diz Amaral. Sob a penumbra dos segredos, sobressai um consenso científico de que as máquinas brasileiras são capazes de enriquecer urânio a um custo até 70% menor do que o obtido pelos equipamentos existentes nos Estados Unidos, na França e no Canadá. Técnicos brasileiros acreditam que a tecnologia nacional está pelo menos cinco anos à frente da estrangeira. Enquanto as máquinas francesas precisam de duas usinas nucleares atrás de si, e uma terceira de reserva, para terem força suficiente para enriquecer o urânio em escala industrial, as brasileiras não gastam praticamente energia nenhuma. “O ar-condicionado da sala puxa mais energiado que mil das nossas máquinas”, compara o Almirante da reserva Othon Luiz Pinheiro da Silva, o principal criador dos equipamentos. Com preço reduzido para o enriquecimento, e tendo no subsolo uma das maiores reservas de urânio do planeta, a médio prazo, o Brasil pode-se tornar um exportador do combustível atômico com ampla vantagem competitiva sobre os países mais ricos. Em setembro, a fábrica de Resende estará em condições de fornecer o combustível para as usinas de Angra dos Reis. Passará a

ser apenas uma questão de investimentos em escala o aumento da produção a ponto de o País poder exportar.

O mercado para o urânio é pulsante. O mundo produz cerca de 2,5 milhões de gigawatts/ano em energia nuclear. Oitenta por cento da energia consumida pela França, por exemplo, têm origem atômica. Os Estados Unidos, com cerca de 100 usinas nucleares atualmente, já anunciaram a construção de outras 18 nos próximos anos. Ao mesmo tempo, o governo Bush lançou um plano de US\$ 300 milhões para aprimorar as suas ultracentrifugadoras. Nesta hora, a revelação do segredo brasileiro viria a calhar. Lá, mais de dez empresas privadas controlam a geração de energia nuclear. Isso tudo significa que o Brasil, hoje comprador da matriz energética do Canadá, ao preço estimado de US\$ 2,3 milhões por tonelada, terá amplo mercado ao se tornar produtor. O País tem permissão para fazer o enriquecimento de urânio em até 20%, o que é suficiente para produzir energia capaz de mover usinas nucleares, acionar submarinos atômicos e dar base a inovações nas indústrias da medicina e da alimentação. A 99%, o urânio acende a bomba atômica. Jamais qualquer inspeção internacional concluiu que houve, aqui, uma ultrapassagem dos limites determinados.

Os estratégias dos Estados Unidos na semana passada uniram a comunidade científica brasileira. "Eles querem nosso segredo a todo custo", concorda o Brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, um dos primeiros brasileiros a fazer pesquisas atômicas no Centro de Tecnologia Aeroespacial (CTA), na década de 1970. Depois que o Brasil comprou sua primeira usina nuclear da Alemanha, em 1975, durante o governo do então Presidente Ernesto Geisel, o chamado clube atômico, liderado pelos EUA, bloqueou ao País o acesso à tecnologia do combustível nuclear. A saída foi montar um programa próprio. "Tivemos de reinventar a roda, redescobrir o fogo", define o brigadeiro. Deu certo. Certíssimo. O trabalho que uniu o melhor da ciência nacional somou esfor-

ços do CTA, do Instituto de Pesquisas Nucleares (Ipen) e do Centro de Aramar, da Marinha. "Ninguém pode querer levar, de bandeja, os segredos obtidos após 27 anos de pesquisa", contra-ataca Ronaldo Fabricio, secretário-executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento Nuclear. "Nunca vi uma centrífuga estrangeira, por que eles poderiam ver as nossas?", pergunta o Doutor Cláudio Rodrigues, superintendente do Ipen.

O caso é ainda mais extemporâneo, porque já fazem mais de doze anos que o Brasil é um diligente participante do Tratado de Não Proliferação Nuclear. "Assinei o tratado pela convicção de que, para um país como o Brasil, sem inimigos, a bomba representaria gastos desnecessários de bilhões de dólares", disse o ex-Presidente Fernando Collor à *Dinheiro*. Depois disso, o programa nuclear foi vítima de uma série de cortes orçamentários. Até hoje, o Governo não decidiu se conclui ou não a usina de Angra 3, cujos equipamentos, avaliados em US\$ 500 milhões, estão comprados desde do decênio de 1980. Só para acondicioná-los adequadamente gastam-se US\$ 20 milhões por ano. Para concluir a usina seriam necessários mais US\$ 1,8 bilhão. A partir de setembro, para animar a idéia de Angra 3, as ultracentrifugadoras brasileiras passam a produzir urânio enriquecido em escala industrial. É o que deixa os norte-americanos mordidos.

Por Marco Damiani e Leonardo Attuch Colaborou: Gustavo Gantois (Transcrito de Brasil Nuclear)

TENDÊNCIAS/DEBATES

O BRASIL DEVE DESCARTAR EM DEFINITIVO A OPÇÃO DE PRODUZIR ARMAS NUCLEARES?

NÃO – O futuro é uma incógnita

Paulo Nogueira Batista Jr.

Armamentos nucleares não são prioridade para o Brasil hoje. Temos necessidades econômi-

cas e sociais mais urgentes. Não estamos ameaçados militarmente. As nossas relações com os países vizinhos, especialmente a Argentina, nunca foram tão boas.

No entanto quem sabe como estará o mundo daqui a, digamos, 15, 10 ou mesmo 5 anos? Não é prudente descartar, em definitivo, a opção de produzir armas nucleares. Em colaboração com as outras nações sul-americanas, o Brasil precisa estar em condições de se defender. Não pode delegar essa tarefa a ninguém.

Evidentemente, um mundo sem armas de destruição em massa, nucleares ou de outro tipo, seria muito melhor. Não teríamos que nos preocupar com essa questão, se as potências nucleares estivessem realmente dispostas ao desarmamento. O que elas querem, entretanto, é continuar armadas até os dentes e, ao mesmo tempo, impedir o armamento das outras nações por meio de tratados discriminatórios e pressões políticas ou econômicas.

O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), do qual o Brasil é signatário, é um exemplo marcante de discriminação. Esse tratado estabeleceu duas categorias de nações: as nuclearmente armadas e as não-nuclearmente armadas. As primeiras são aquelas que fabricaram ou explodiram uma arma nuclear ou outro artefato explosivo nuclear antes de 1º de janeiro de 1967 (art. IX). As segundas comprometeram-se a não produzir ou adquirir armas nucleares (art. II) e a se submeterem a monitoramento para verificar o cumprimento desse compromisso (art. III).

Todos os signatários do tratado estão obrigados a facilitar o mais amplo intercâmbio possível de equipamentos, materiais e informações sobre o uso pacífico da energia nuclear (art. IV). As nações definidas com nuclearmente armadas pelo TNP (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido) comprometeram-se, além disso, a entabular, de boa-fé, negociações visando, de um lado, à cessação “em data próxima” da corrida armamentista nuclear e, de outro, um “tratado de desarmamento geral e completo, sob estrito e eficaz controle internacional” (art. VI).

Como sabemos, as potências nucleares têm demonstrado pouco apreço pelo cumprimento da sua parte do tratado. Ressalte-se que o TNP entrou em vigor em 1970. Vinte e oito anos depois, embora não houvesse sinais convincentes de que as nações nuclearmente armadas estivessem dispostas a cumprir a sua parte, o Presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu aderir a esse tratado. Uma decisão vergonhosa, típica da política externa submissa de seu governo.

A questão de continuar ou não no TNP não precisa ser resolvida de imediato. Mas o Brasil deve se preparar para enfrentá-la ao longo dos próximos anos. O próprio texto do TNP prevê a possibilidade de convocar, a cada cinco anos, conferências de avaliação do tratado (art. VIII). A próxima conferência de avaliação do TNP está marcada para maio de 2005. Depois de amanhã começa, na sede da ONU, em Nova York, um encontro em que os países signatários do tratado continuarão o trabalho preparatório dessa conferência.

Estamos, portanto, em um bom momento para retomar a discussão pública do assunto no Brasil e no resto do mundo. Nessa discussão, devemos lembrar que bom-mocismo nunca rendeu resultados em política internacional. Há menos de dois anos, em entrevista coletiva a correspondentes estrangeiros, a Embaixadora dos EUA em Brasília, Donna Hrinak, admitiu que o seu país “não respeita” e “não dá suficiente atenção” ao Brasil. Segundo ela, o Brasil não recebe “a mesma consideração” que a China ou a Rússia, por exemplo, o que se explica pelo fato de esses países, assim como a antiga União Soviética, serem potências nucleares (*Folha*, 22/8/02, p. A5).

O Brasil não precisa se conformar com o *status* de país nuclearmente desarmado, num mundo em que os nuclearmente armados nada fazem para se desarmar. Não será uma decisão fácil, mas, no momento apropriado, o Brasil poderá se valer do que estabelece o próprio TNP, no seu artigo X: “Cada parte tem, no exercício de sua soberania nacional, o direito de denunciar o tratado, se deci-

dir que acontecimentos extraordinários, relacionados com o assunto deste tratado, põem em risco os interesses supremos do país.”

Paulo Nogueira Batista Júnior, 49, economista, é professor da FGV-EAESP e colunista do caderno Dinheiro. É autor do livro A Economia como Ela É, Boitempo Editorial, 2002.

SIM – Não à bomba, sim ao urânio enriquecido

Joaquim Francisco de Carvalho

No dia 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos lançaram sobre Hiroshima uma bomba de fissão de urânio 235, com poder explosivo de 13 quilotons (13 mil toneladas de TNT). Três dias depois lançaram outra sobre Nagasaki, de plutônio 239, com 19 quilotons. O balanço imediato do genocídio foi de 220 mil mortos. A partir daí, agravou-se a rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, que acelerou seu programa e testou a sua primeira bomba de fissão em 1949.

Sempre na dianteira, os norte-americanos explodiram, em 1951, sua primeira bomba de hidrogênio (fusão). E, em 1952, os britânicos entraram na corrida, com uma bomba de fissão. Em 1954, os norte-americanos anunciaram a “doutrina da dissuasão”, que acabou criando um clima de desconfiança e hostilidade nas relações internacionais. E, em 1960, os franceses testaram sua primeira bomba de fissão. E aí vieram os chineses, indianos, paquistaneses, israelenses...

No Brasil, a opinião pública desaprova as armas nucleares, que são banidas pela Constituição. No entanto, os jornais têm falado ultimamente de pressões internacionais sobre o Governo, para que assine um protocolo adicional ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), permitindo inspeções visuais nas instalações nucleares. Isso só pode ser feito mediante aprovação do Congresso, que ratificou a adesão do Brasil ao tratado. Portanto, os congressistas devem saber que o

TNP confere à Agência Internacional de Energia Atômica plenos poderes para inspecionar e inventariar os materiais radioativos que entram e saem das instalações nucleares brasileiras.

Quais seriam, então, os motivos dessas pressões?

A energia nuclear é indispensável à vida moderna. Não há quem não conheça as aplicações médicas dos radioisótopos em diagnósticos e em terapias baseadas na introdução de fontes radioativas em tumores. No setor industrial, os radioisótopos são igualmente importantes, por exemplo, em testes por gamagrafia, para a detecção e controle de falhas, nas indústrias metalúrgica e mecânica, de peças e componentes para aeronaves etc. Os radioisótopos são usados também na agricultura, para o estudo do metabolismo de plantas e animais.

Por fim, a energia nuclear é utilizada na geração de energia elétrica. Nesse caso, o calor liberado por uma reação de fissão nuclear é empregado para aquecer água e produzir vapor, que aciona uma turbina, acoplada a um gerador de eletricidade, exatamente como numa central termoeletrica convencional, a carvão ou a óleo.

O ponto de partida de tudo isso é o enriquecimento do urânio, pelo qual se obtém um material que permite a manutenção de reações de fissão sustentadas em cadeia. Para isso, o óxido contido no minério natural, com um teor de apenas 0,7% do isótopo fissil (urânio 235), é purificado, concentrado e convertido no gás hexafluoreto de urânio. Depois, segue para uma instalação que enriquece aquele teor a concentrações adequadas ao uso pretendido (para reatores eletronucleares moderados a água comum, como os de Angra, a concentração é de aproximadamente 3,5%). Em seguida, o hexafluoreto é reconvertido em óxido e vai para a fábrica de elementos combustíveis.

Se o uso pretendido for um reator de propulsão naval ou um reator de produção de radioisótopos, o enriquecimento deve chegar a 20% ou mais. Para artefatos bélicos “limpos”, deve-se ter, no mínimo, 95%. A instalação que está sendo

montada em Resende foi projetada para enriquecer urânio até 3,5%.

Ninguém vende tecnologia de enriquecimento de urânio. Haja visto o caso dos alemães, que, para negociar o acordo nuclear, prometeram transferir o processo de ultracentrifugação que desenvolveram com os ingleses e os holandeses. Inesperadamente, porém, às vésperas da assinatura do acordo, eles vieram com a tecnologia do jato centrífugo, que não funciona em escala industrial, obrigando-nos, mais tarde, a “reinventar”, com recursos próprios, a agora cobiçada tecnologia da ultracentrifugação.

Por estar na base de todas as aplicações da energia nuclear, a tecnologia de enriquecimento de urânio tem uma importância estratégica que, claro está, reflete-se em seu valor comercial. Só no ano passado, o comércio mundial de urânio enriquecido movimentou cerca de US\$ 20 bilhões.

Isso talvez explique as pressões para que o Brasil abra as portas de sua instalação de enriquecimento.

Joaquim Francisco de Carvalho, 68, mestre em engenharia nuclear, é diretor técnico da Lightpar. Foi diretor industrial da Nuclen (atual Eletronuclear).

POLÍTICA ENERGÉTICA

Marinha corta 10% da mão-de-obra civil de projeto que trabalha com enriquecimento de urânio. Sem verba, programa nuclear demite 120

Chico Santos – da sucursal do Rio

O Programa Nuclear da Marinha, base do projeto de enriquecimento de urânio brasileiro que vem sofrendo pressões internacionais, demitiu, nos três primeiros meses deste ano, 120 pessoas – 10% da sua mão-de-obra civil – e pode fazer mais demissões por causa da carência de recursos.

Segundo a Folha apurou, a suspensão de novos cortes depende do repasse de R\$ 20,8 mi-

lhões pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ao CTMSP (Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo). O órgão é responsável pelo Centro Experimental Aramar (Iperó, a 120 km a oeste de SP), encarregado do programa nuclear.

Segundo o Presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), Odair Dias Gonçalves, há o interesse em ajudar a “sanear economicamente” o programa, mas a fonte dos R\$ 20,8 milhões ainda não está definida. Ele disse considerar difícil que o repasse ocorra ainda neste semestre.

O programa da Marinha tem dois projetos: o do ciclo combustível, para dominar todas as etapas do processo de enriquecimento de urânio, e o da instalação nuclear à água pressurizada, que é o projeto do reator para o submarino nuclear brasileiro.

O projeto do ciclo combustível é o que desenvolveu, em conjunto com o Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares de São Paulo), a tecnologia brasileira de enriquecimento de urânio por ultracentrifugação. Isso inclui as máquinas ultracentrífugas que giram sobre um campo magnético, e não em um eixo mecânico, que o Brasil não quer mostrar aos inspetores da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica).

Os R\$ 20,8 milhões serão destinados à conclusão das instalações físicas da fábrica que fará a transformação do *yellow cake* – bolo amarelo resultante da primeira fase de beneficiamento do minério de urânio – no gás hexafluoreto de urânio (UF₆), ponto de partida para o processo de enriquecimento de urânio.

Nas ultracentrífugas que a Marinha está fornecendo às INB (Indústrias Nucleares do Brasil), também estatal (no Brasil, a indústria nuclear é monopólio do Estado), o UF₆ é enriquecido, ou seja, é aumentada a concentração de urânio-235 (necessário à fissão para produzir energia atômica) no urânio-238 (não-fissil) encontrado na natureza.

O projeto das INB é enriquecer urânio em escala comercial para uso na fabricação do com-

bustível das usinas nucleares brasileiras e, em uma etapa posterior, para exportação. O projeto não inclui a etapa de gaseificação do minério.

O domínio do ciclo combustível é básico para o projeto maior da Marinha: a construção do reator do submarino nuclear brasileiro.

Segundo dados obtidos pela *Folha*, faltam US\$ 200 milhões (cerca de R\$ 570 milhões) para que o projeto seja concluído, 20% do que já foi gasto desde o decênio de 1980.

No dia 29 de março, em palestra no Clube Naval do Rio de Janeiro, o Vice-Almirante Alan Paes Leme, diretor do CTMSP, disse que, no ritmo atual do fluxo de recursos, serão necessários "cem anos para concluir o programa".

A verba atual que a Marinha está conseguindo repassar, entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões por ano, seria suficiente só para pagamento de pessoal e despesas de manutenção e custeio, segundo o vice-almirante disse na palestra.

A *Folha* procurou a Marinha para obter informações sobre a situação do programa, mas o Serviço de Relações Públicas não respondeu ao questionamento.

Setor enfrenta "paralisia", afirma engenheiro

O engenheiro Edson Kuramoto, diretor da Aben (Associação Brasileira de Energia Nuclear) e coordenador do Fórum Pró-Angra 3, disse à *Folha* que o setor nuclear brasileiro vive "processo de paralisia" e que "nada aconteceu" desde a conclusão da Usina Nuclear de Angra 2, em 2001.

Kuramoto, que é funcionário da Eletronuclear - subsidiária da Eletrobrás que controla as usinas de Angra 1 e Angra 2 -, afirmou que a auto-sustentabilidade do projeto de enriquecimento de urânio das INB (Indústrias Nucleares do Brasil) depende da construção de Angra 3.

Com as três usinas, segundo ele, haverá escala de produção de combustível nuclear pelas INB a partir do urânio enriquecido pela própria empresa, para dar sustentação ao projeto. A cons-

trução de Angra 3 está avaliada em US\$ 1,8 bilhão (cerca de R\$ 5,2 bilhões). O País já investiu US\$ 750 milhões (cerca de R\$ 2,2 bilhões) em equipamentos para a usina.

O custo total do projeto de enriquecimento com capacidade para abastecer as três usinas, segundo o técnico, é de R\$ 540 milhões.

Kuramoto se queixou também de que estão atrasados os estudos para regulamentar a comercialização de energia nuclear no País, incluindo a definição do preço do megawatt produzido.

Segundo ele, o preço atual de R\$ 78,4 por megawatt de energia fornecido à estatal Furnas Centrais Elétricas está defasado e dá à Eletronuclear um prejuízo anualizado de R\$ 100 milhões. O preço correto seria R\$ 107.

O Ministério de Minas e Energia informou que não haverá reajuste da tarifa enquanto não forem concluídos os estudos para uma política tarifária da energia nuclear por um grupo criado pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

O Presidente da CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), Odair Dias Gonçalves, disse que houve paralisia no passado, mas que o Governo está discutindo as bases para retomar o ritmo normal do programa nuclear, inclusive a definição sobre Angra 3

(Transcrito da Folha de São Paulo pela Resenha On line do CComSEx)

O submarino nuclear

Luís Nassif, jornalista

Se amanhã, por uma razão qualquer, algum país ou, mais provável, alguma organização criminosa quisesse fazer chantagem ou retaliar esse país, não teria a menor dificuldade. Bastaria um submarino ou avião para bombardear suas plataformas marítimas. O abastecimento entraria em colapso e não se teria nada para a defesa da costa.

Por esse motivo, a maioria dos países (especialmente os com costas extensas) está se preparando militarmente em três áreas:

1. aviões de caça múltiplos, incluindo capacidade para carregar ogivas nucleares;
2. mísseis cada vez mais inteligentes, para missões específicas;
3. submarinos movidos à propulsão nuclear.

Com satélites vasculhando o mundo, o lugar mais seguro é o fundo do mar. O meio aquoso é intransponível para ondas de radares e mesmo para satélites. Tanto que a localização de submarinos se dá através do sonar, mesmo assim a, no máximo, um quilômetro de distância.

O submarino convencional tem o inconveniente de não poder processar muito o ar. É obrigado a vir à superfície a cada três dias. O Brasil possui submarinos convencionais de 700 a 900 toneladas. A próxima geração será de 1.200 toneladas. Mas já estão sendo fabricados submarinos de 3.000 toneladas.

Se movido à propulsão nuclear, o submarino pode ficar três anos submerso, mesmo os Estados Unidos, com todo seu poderio militar, pouco poderia fazer se um submarino nuclear de outro país fosse localizado a 200 metros da costa. Por isso, o submarino nuclear é considerado a arma de amanhã, capaz de igualar os riscos dos países.

Os EUA já possuem submarino nuclear desde a década de 1960. O Brasil já possui o reator, desenvolvido pela Marinha. Como é gran-

de, falta ser miniaturizado. Mas aí é mera questão de investimento.

O desafio é o casco. O nuclear vem envolto em dois cascos que não se tocam, para não transmitir vibrações que possam ser captadas pelos sonares. O desenvolvimento de 12 deles sairia por algo entre US\$ 6 bilhões e US\$ 10 bilhões.

No decênio de 1990, o Brasil chegou a fechar um acordo com a Alemanha, por meio da Ferros-taal, controladora do estaleiro HDW. O estaleiro tinha como acionistas siderúrgicas alemãs que, em crise, acabaram vendendo o controle para um fundo de pensão norte-americano, que, nos últimos tempos, colocou-o à venda. Hoje, ele está na mira da França e da Alemanha para fundir sua capacidade de fabricação de submarinos.

Na outra ponta, os norte-americanos fecharam um acordo com estaleiros espanhóis para a fabricação de submarinos, utilizando recheio eletrônico da Lockheed. Na Espanha, o setor passou por um processo de unificação que lhe deu bom poder de fogo.

O grande desafio brasileiro será conseguir alguém que passe ao País a tecnologia de fabricação do pré-nuclear. No primeiro semestre deste ano, Marinha e Governo devem decidir qual a tecnologia da nova série de submarinos a ser adquirida. Tomara que se tenha um pouco mais de eficiência e rapidez do que nessa novela sem fim dos caças FX da FAB.

(Transcrito da Folha de S. Paulo pela Resenha On-line do CComSEx de 05.01.2005)

Atualidades

CONJUNÇÃO ASTRAL ADVERSA: IDH E AUTO-ESTIMA EM BAIXA

Josef Barat*

Vinte e cinco anos sem um projeto de nação aniquilam a auto-estima até de um povo cordial

No calor da polêmica gerada pela divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, baseado em indicadores de expectativa de vida, educação e padrão de vida, IBGE e Unesco se eximiram do uso de dados defasados de alfabetização no cálculo do índice brasileiro. Tal defasagem foi um dos motivos apontados para que o Brasil alcançasse o 72º lugar, entre 177 países. Ficamos atrás da Argentina (34º), Uruguai (46º) e México (53º). Uma vergonha! Em 2003, o País apareceu na 65ª posição. Uma vergonha, também, embora ligeiramente menor... O assunto gerou uma polêmica ridícula entre membros dos governos Lula e FHC, discutindo-se – como na velha anedota – se o sofá deveria ser retirado ou não da sala de visitas. Falou-se em manipulação de dados e condenou-se a tentativa de dar conotação política ao caso. A taxa de analfabetismo usada foi a do Censo 2000 (13,6%), em vez da mais recente (11,8%), da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2002. O dado da PNAD poria o Brasil na 68ª posição. Ah bom! Depois de toda a discussão ficamos aliviados por saber que temos “apenas” 12% de analfabetos e não 14%, aí não incluída a legião de analfabetos funcionais. Dada a indigência do atual debate econômico, nem se chegou perto das

causas estruturais da desigualdade e pobreza que, por se perpetuarem, acabam sendo reveladas na nossa humilhante posição no IDH. Afinal, é mais fácil discutir critérios metodológicos...

Veio, em seguida, uma campanha para a recuperação da auto-estima dos brasileiros. Como sempre, o “oba-oba” publicitário encobriu uma pergunta crucial e intrigante: como uma economia diversificada e fortemente industrializada pode manter padrões tão vergonhosos de desigualdade social? No quarto volume da sua série sobre o regime militar, o jornalista Elio Gaspari cita, de passagem, o comentário de um brasiliense, Donald Coe, a propósito da euforia gerada pelo chamado “milagre econômico”. Disse ele numa frase singela, mas contundente: “Os dirigentes autoritários dos anos 70 pareceram acreditar que o Brasil poderia virar uma superpotência com empregada doméstica.” Pode-se, por este caminho, chegar um pouco mais próximo do âmago da questão. Mas é preciso pensar de forma abrangente na crise que tolda o nosso crescimento há 25 anos. Se foi possível crescer continuamente ao longo de cem anos – entre 1880 e 1980 – com taxa média anual próxima de 6%, por que já estamos na terceira década perdida, com a taxa de crescimento econômico empata-da com a do demográfico (cerca de 2%), gerando o aumento intolerável do desemprego, marginalidade social e pobreza? Vinte e cinco anos sem um projeto de nação, sem perspectivas e sem esperança, aniquilam a auto-estima, até de um povo cordial.

A questão é intrigante. Olhando para o passado, conseguimos transitar de um ciclo exportador e de economia aberta (1880-1930) para um outro de industrialização acelerada, economia fechada e substituição de importações (1930-1980). Nesta passagem houve a aliança de inte-

* O autor é membro do Conselho de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e livre-docente pela UFRJ.

resses políticos, empresariais, sindicais, apoiados nas elites intelectuais e militares, com vistas à necessidade da industrialização. A mobilização foi levada adiante pela reestruturação funcional do Estado brasileiro e amparada no processo de fechamento da economia e reservas de mercado. O intervencionismo estatal e a proteção das “indústrias nascentes” não diferiram muito do que se praticou em países industrializados, como o Japão, Alemanha e França, em outros momentos. Tivemos, ao longo de cinco décadas, um ritmo acelerado de difusão do consumo e de incorporação de significativos contingentes populacionais ao mercado. Mas a dualidade brasileira, ou seja, a enorme distância entre ricos e pobres, continuou a existir.

Mas o que se precisa entender agora é por que na década de 1980, quando foi necessária uma nova transição análoga à da década 1930, não se conseguiu a articulação política das elites brasileiras para uma redefinição do projeto de nação que nos permitiria entrar no século 21 com maior inclusão social? O regime militar levou ao extremo a presença estatal e a industrialização pela substituição de importações. O País teve um dos crescimentos mais notáveis do mundo, acompanhado por uma espantosa diversificação da capacidade produtiva. Mas o descontrole inflacionário, a redução drástica da poupança estatal e a perda de competitividade da indústria deixaram o País despreparado para o pesado jogo da globalização. Mas por que não se concebeu um projeto de abertura planejada e alargamento do mercado interno? Talvez a explicação seja a de que a transição da década de 1930 e 1940 não requereu o rompimento da dualidade econômica e social que nos acompanha desde os tempos coloniais. Mas a de 1980, ao contrário, exigiu essa ruptura e uma integração efetiva dos dois lados da dualidade brasileira: a parte moderna e inserida na dinâmica mundial do desenvolvimento tecnológico teria de absorver o seu avesso, atrasado, de baixa produtividade e miserável. Ape-

sar da redemocratização do País, infelizmente não houve a possibilidade de um amplo compromisso político para que isso ocorresse. Sem o entendimento, não se passou para um novo ciclo sustentado de crescimento.

É verdade que já não se fazem lideranças como antigamente. O número de Pinóquios cresce a taxas alarmantes e os Grilos Falantes parecem estar ameaçados de extinção. É verdade, também, que todo o sistema educacional não está preparado para qualificar os recursos humanos do País diante às exigências de mudanças tecnológicas e inventividade, necessárias para dar sustentação ao desenvolvimento no longo prazo. A posição no ranking do IDH deveria provocar profunda reflexão sobre qual a auto-estima que será legada para as futuras gerações. Continuaremos sonhando em ser uma superpotência com senzala?

(Transcrito de *O Estado de S. Paulo* - Quarta-feira,
21 de julho de 2004)

A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL MORAL

*Ubiratan Iorio**

Desde que Irving Fischer, em 1910, definiu o capital como “qualquer ativo capaz de proporcionar fluxo de rendimentos ao longo do tempo”, os economistas passaram a desmembrá-lo em três grandes blocos: físico, humano e tecnológico, respectivamente, o somatório dos investimentos em máquinas, equipamentos, construções e instalações, a soma do que se investiu em educação e saúde e os gastos aplicados em pesquisa. O próprio crescimento econômico pode ser bem entendido como processo de acumulação generalizada de capital, uma sucessão, ao longo do tempo, de investimentos nas três formas de capital, com o efeito de elevar a capacidade produtiva, ano após ano.

* O autor é economista e articulista do *Jornal do Brasil*.

Mas existe uma quarta forma de capital – o capital moral – tão importante quanto sistematicamente desprezada pela maioria dos economistas, que ajuda a explicar por que muitas nações ou regiões conseguiram desenvolver suas economias e outras não.

O que vem a ser o capital moral de uma sociedade? Resumindo, é o conjunto de hábitos, tradições, usos, costumes, atitudes e ações, fruto da herança acumulada durante gerações na sociedade ocidental, dentro do espírito que é a base de nossa civilização, que é o inestimável legado deixado pelo Antigo e pelo Novo Testamento. É aquele conjunto de preceitos básicos que, em última instância, permitem que se possa viver em sociedade, que nos levam a crer no respeito e na solidariedade ao próximo, a aceitar e acatar os direitos consagrados pela Lei Natural, a rejeitar vícios e a enaltecer virtudes, a acreditar que o trabalho duro é elemento edificante da dignidade humana, a amar a vida antes e depois do nascimento, a ter espírito público... É, enfim, o que se costuma denominar de “tradição judaico-cristã”.

Para estoques idênticos de capital físico, humano e tecnológico, hipoteticamente existentes em dois países, A e B, se o país A possui um estoque de capital moral superior ao do país B, então sua economia e sua sociedade conseguirão atingir padrões de desenvolvimento superiores, tanto quantitativa como qualitativamente. Mas um plano sub-repticiamente assestado contra o Cristianismo e o Judaísmo e que tem o movimento esquerdista internacional por trás bombardeia diariamente a mídia com ataques a tudo o que possa sugerir algum respeito aos valores que compõem o capital moral das sociedades. Curiosamente, falando no “social”, minam a sociedade.

Quando um ministro do STF manifesta-se, intempestiva e inapropriadamente, em favor dos abortos nos casos de anencefalia, taxando os que se opõem a esse crime de “fundamentalistas religiosos”; quando um livro execrável e mentiroso como o do suposto “código” atribuído a

Leonardo da Vinci; quando tantas vozes declaram-se favoravelmente ao aborto, alegando que a mulher teria “direito” ao seu corpo (esquecendo-se que o feto também possui um, mesmo que, ao nascer, viva apenas alguns minutos); quando, na França e em outros países da Europa, proíbe-se o uso de símbolos religiosos até em escolas; quando se tenta, em todos os cantos, paganizar a festa do Natal; quando a ditadura comunista da China executa anualmente milhares de cristãos; quando, enfim, se ataca as instituições da família e do matrimônio, estabelecem-se cotas disto e daquilo, joga-se homens contra mulheres, negros contra brancos e se faz do hedonismo um fim a ser buscado a qualquer preço, é porque o estoque de capital moral está sob intenso ataque, sob as barbas de todos, mas sem que isto seja percebido por parte de quase todos.

Nossa sociedade é a soma de três grandes sistemas, o da economia, o da política e o dos valores éticos e morais. Quando o estoque de capital moral se vê ameaçado, o organismo social acaba sendo inevitavelmente contaminado. Nosso velho mundo está doente.

IMPOSIÇÃO DA DEMOCRACIA NO MUNDO

*Manuel Cambeses Júnior**

A promoção da democracia no mundo, pedra angular da atual doutrina neoconservadora estadunidense, transformou-se em prioridade absoluta para a política externa do presidente George W. Bush. As bases conceituais desta política estariam calcadas nas idéias esposadas por Woodrow Wilson e Leo Strauss.

O presidente Wilson, que governou os Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial e que tentou desenhar uma nova ordem mundial que pudesse ser posta em prática após

* O autor é Coronel Aviador.

o grande conflito, acreditava piamente na missão de difundir pelo mundo os valores democráticos e que tornavam os Estados Unidos uma nação de características excepcionais.

Strauss, um imigrante da Alemanha nazista transformado em professor de política na Universidade de Chicago, depreciava a neutralidade e o relativismo na política e insistia na necessidade de assumir posições mais radicais a serviço dos valores democráticos. Isto incluía a noção de “mudança de regime” como modo de livrar-se de governos de distinta natureza. Para ambos, entretanto, os Estados Unidos estavam destinados a jogar um papel determinante na difusão da democracia em nível mundial.

George W. Bush, totalmente convencido do papel que a providência divina lhe outorgou, acolheu a filosofia política neoconservadora na missão sagrada de projetar os valores da “Nova Jerusalém” sobre os quatro pontos cardeais.

Entretanto, mais além dos mitos, o realismo político exige respostas a muitos questionamentos. O que fazer com aquelas culturas islâmicas ou confucianas que enfatizam a solidariedade e a coesão grupal acima da liberdade individual? Culturas milenares que visualizam as idéias liberais ocidentais como tremendamente estranhas, perigosas e agressivas, em que o princípio da autoridade muitas vezes se identifica com a figura do páter-famílias e onde a obediência social se assenta basicamente na tradição. O que fazer para evitar que no caminho que conduz aos anjos não se resvale para o terreno destinado aos diabos?

O Iraque é um exemplo incontestado de como na busca da democracia se pode cair na violência, no caos social e no risco do desmembramento estatal. O país mesopotâmico é também um bom exemplo do que poderia chegar a ocorrer em grande escala em uma região dominada por fronteiras artificiais, controvérsias territoriais, populações e etnias irredutíveis e arraigadas em suas crenças, além da presença de um Islã radical, ferozmente militante e enfaticamente ideologizado.

Como garantir que a democracia traga consigo regimes que estejam de acordo com os desejos dos norte-americanos? Da mesma maneira em que Slobodan Milosevic assentou seu poder nos votos do ultranacionalismo sérvio, e os fundamentalistas estiveram a ponto de chegar ao poder na Argélia, pela via eleitoral, é impossível predizer para onde conduzirá esse tortuoso caminho. Somente é possível supor que o antiamericanismo prevalecente no mundo muçulmano certamente não augura nada de bom aos interesses de Washington.

Sobre que bases julgar o tipo de democracia desejável para o mosaico de crenças de cada país? É aquela que respeita as formas a expensas de maior grau de anarquia ou é aquela para a qual o resgate do princípio da autoridade pode impor limitações nas formas?

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, tem sido criticado freqüentemente pelos Estados Unidos por suas tendências autoritárias; entretanto, isto parece satisfazer às exigências dos cidadãos russos na busca de grau maior de ordem em seu país.

Woodrow Wilson invocava a democracia como a melhor forma de livrar-se dos impérios. O atual governo estadunidense, entretanto, busca propagar a democracia pelo mundo a partir da capacidade coercitiva que deriva de seu portentoso poder imperial. Não é à toa que os neoconservadores se autodenominam de imperialistas democráticos. Estranha maneira essa de conceber a democracia.

(Transcrito do *Monitor Mercantil*)

EUA DESENVOLVEM ARMAS NUCLEARES DO FUTURO

William J. Broad

Preocupados com o envelhecimento e a fragilidade do arsenal nuclear dos EUA, cientistas norte-americanos começaram a desenvolver uma

nova geração de armas – mais robustas, confiáveis e duráveis, revelaram fontes do governo e do setor privado.

O objetivo do programa é reduzir o arsenal e os custos de manutenção. Mas críticos dizem que a iniciativa poderá dar lugar a uma nova corrida armamentista. Até agora, o esforço envolve apenas US\$ 9 milhões para redesenho de ogivas nucleares nos três laboratórios de armas atômicas do país – Los Alamos, Livermore e Sandia.

Relativamente pequeno, o programa inicial envolve menos de cem pessoas, mas deverá crescer e desenvolver projetos nos próximos cinco a dez anos. Se ele obtiver sinal verde do governo, os protótipos das novas ogivas representarão uma mudança fundamental em design e filosofia.

Durante décadas, os criadores de bombas nucleares procuravam usar os mais avançados métodos e tecnologias. Como resultado, as ogivas se tornaram leves, muito poderosas e, em alguns casos, tão pequenas que uma dúzia delas podia ser instalada num míssil. O estilo norte-americano era o mais avançado. A maioria das outras potências nucleares, com menos tecnologia e especialistas, contentava-se com menos. Suas armas nucleares estavam mais para um carro de série do que para um bólido de corrida.

Agora, os cientistas norte-americanos estão estudando como fazer armas mais robustas, de algum modo estimulando os rivais num esforço para evitar a incerteza e a deterioração da velha ordem nuclear. Especialistas temem que peças críticas do arsenal, se algum dia tiverem de ser usadas, falhem.

Testes subterrâneos estão proibidos em todo o mundo

Inicialmente, as 10 mil ogivas nucleares do arsenal norte-americano tinham uma expectativa de cerca de 15 anos de duração. Hoje, a idade média delas é de 20 anos, e algumas são muito mais antigas. Especialistas dizem que um dispendioso programa federal para verificar a confiabilidade das armas não pode ser mais usado porque

um acordo internacional proibiu os testes nucleares subterrâneos.

Resume John R. Harvey, diretor de planejamento da Administração Nacional de Segurança Nuclear:

– Nosso objetivo é fazer ogivas mais práticas e baratas, cuja confiabilidade possamos verificar sem a necessidade de testes nucleares.

(Do *New York Times*)

POTÊNCIA, MAS SEM INFLUÊNCIA

Rubens Barbosa

O National Intelligence Council (NIC), órgão de pesquisa e de formulação estratégica da CIA, deu recentemente publicidade a dois interessantes trabalhos sobre as tendências globais e os cenários para o mundo em 2020.

No documento *Tendências Globais 2015*, o NIC selecionou alguns fatores que determinarão a conformação do mundo até 2020: demografia, recursos naturais e meio ambiente, ciência e tecnologia, economia global e globalização, governança nacional e internacional, futuros conflitos e o papel das Nações Unidas.

O outro trabalho *Panorama Global em 2020*, de certa forma, complementa o primeiro estudo e mostra como a ordem internacional está passando por profundas transformações e como em 2020 o mundo será marcadamente diferente do de 2004.

As transformações que ocorrerem serão influenciadas pela globalização e suas contradições, pelas modificações no panorama geopolítico com o aparecimento de novas potências, pelos novos desafios à governança e por um sentido mais difundido de insegurança.

As principais conclusões do trabalho, no tocante às transformações do panorama geopolítico com a

* O autor é consultor e presidente do Conselho de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

emergência de novas potências, são bastante reveladoras e colocam o Brasil em uma posição de relevo.

- Os EUA continuarão a ser em 2020 a nação mais poderosa do mundo, embora cedendo gradualmente parcelas de poder, que será menor do que o detido hoje. Apesar das crescentes dificuldades econômicas internas e de segurança externa nos EUA, o mundo unipolar liderado por Washington continuará a existir nos próximos 15 anos.

- A Ásia será a região mais dinâmica nas primeiras duas décadas do século XXI. China e Índia emergirão como os novos atores globais no campo político e econômico, como resultado da combinação do elevado e sustentado crescimento econômico, da expansão da capacidade militar, da promoção ativa de tecnologia de ponta e da grande população. A China ultrapassará a todos em termos de gasto com a defesa, perdendo apenas para os EUA, e deverá transformar-se numa potência militar de primeira classe.

- A Europa, com uma dramática redução populacional, deverá perder posição relativa e se distanciar das duas novas potências emergentes, embora não se possa descontar a possibilidade de uma Europa mais forte e unida e de um Japão mais ativo internacionalmente.

- O Brasil, a África do Sul, a Indonésia e a Rússia poderão emergir como importantes potências econômicas, mas não terão a mesma influência política global da China e da Índia e, por isso, terão um impacto geopolítico mais limitado e dificilmente terão condições de se transformar em motores de crescimento econômico nas respectivas regiões.

- O aparecimento desses países poderá reforçar a atuação da China e da Índia e permitir a formação de novos alinhamentos internacionais, como foi o caso do G-20 no contexto da OMC.

O exame desses documentos aponta para uma situação bastante negativa para a América Latina. No sumário introdutório do Panorama para 2020, a região não é nem mencionada, o que não deixa de significar uma forte indicação da sua

desimportância para os rumos da política e da economia mundiais, na percepção da comunidade de tomadores de decisão em Washington.

A perspectiva é a de que a região continuará a perder influência nas questões mundiais e ficará crescentemente marginalizada e distante dos países desenvolvidos.

O Brasil e o Chile aparecem como exceções nesse cenário negativo por suas crescentes vinculações com os pólos dinâmicos da economia mundial, em especial com a Ásia. O Brasil é visto como um Estado-chave, por sua democracia vibrante, economia diversificada, população empreendedora e instituições econômicas sólidas, e seu desempenho exercerá uma profunda influência na região.

A perspectiva de o Brasil emergir como uma potência econômica global até 2020 torna urgente a discussão e a definição, a partir da próxima eleição presidencial em 2006, de uma agenda para o futuro e de uma sólida parceria entre governo e setor privado para assegurar a efetiva defesa do interesse nacional em um mundo em mudança.

(Transcrito de *O Globo*, de 8/2/05 - Resenha
On Line CComSEx)

SAINDO DA AREIA MOVEDIÇA

*David Brooks**

Ao assistir às imagens de iraquianos fazendo fila para votar, mesmo diante de terroristas que ameaçavam banhar as ruas de sangue, não pude deixar de pensar em Whittaker Chambers.

Chambers rompeu com o Partido Comunista em 1938, testemunhou contra Alger Hiss em 1948 e então emergiu como um melancólico, mas profundo, defensor da liberdade. Chambers uma vez escreveu uma carta a William F. Buckley explicando que um ex-comunista tem certas vanta-

* O autor é colunista do jornal *The New York Times*.

gens para compreender a natureza verdadeiramente maligna de seu inimigo.

“Às vezes sinto”, escreveu ele, “que é necessária uma mente maculada para compreender – realmente compreender – a ameaça do comunismo. Realmente compreender o comunismo é ter-se sujado na lama: a visão que se tem do homem é corrompida para sempre. Compreender o comunismo significa compreender a terrível capacidade do homem para a violência e a traição, uma percepção daquilo que deixa alguém marcado para sempre.”

André Malraux leu a obra de Chambers e escreveu para ele: “Você é um daqueles que não voltaram do inferno de mãos vazias.”

Pensei em Chambers quando ouvi repórteres no Iraque observarem que, por trás da alegria e da jovialidade que vieram com a votação de domingo passado, os iraquianos mostravam algo mais austero: uma firme determinação de não deixar o mal triunfar.

Esses iraquianos são pessoas que, como Chambers, passaram sua vida no inferno e inevitavelmente foram afetadas por ele. Eles se sujaram na lama e testemunharam a capacidade do homem para a violência e a traição, ou dela participaram. E devem estar ao mesmo tempo abalados e fortalecidos.

Eles viveram a maior parte de sua vida sob a densa malignidade do regime de Saddam Hussein – as sepulturas coletivas, as salas de estupro, os ataques químicos, as guerras contra o Irã. Uma crueldade totalitária nessa escala teria de entrar na cabeça deles.

Quando os Estados Unidos derrubaram o regime do Partido Baath, o escritor iraquiano Kanan Makiya escreveu sobre um compatriota que perdera o irmão e fora preso por Saddam: “Tentem imaginar o pior e não chegarão nem perto da dor física que este homem sofreu. Esta é a matéria-prima humana para a qual querem construir a democracia.”

E da densa perversidade de Saddam essas pessoas foram empurradas para a acidental calamidade dos terroristas e da ocupação. Os terroristas de Zarqawi cometem assassinatos num estado de êxtase espiritual, enquanto os antigos baathistas nutrem

sua preferência por sadismo e dominação. Esses novos monstros trouxeram para o Iraque decapitações, bombas lançadas sobre multidões de crianças e enviaram pessoas portadoras da síndrome de Down para se tornarem inadvertidamente bombeiros suicidas.

E, mesmo assim, o que testemunhamos no Iraque é um povo que fez esforços tortuosos para escapar do fosso do niilismo rumo à normalidade, de um universo no qual a cédula de voto já vinha previamente preenchida para um universo no qual cada eleitor marca sua própria escolha. E esse é um passo nada pequeno.

Logo após a derrubada de Saddam, a liberdade transformou-se imediatamente em anarquia. Mas Michael Rubin, que passou boa parte dos últimos dois anos no Iraque, observou na segunda-feira, no *The Wall Street Journal*, que gradualmente os hábitos de moderação começaram a se desenvolver – os hábitos de autogestão de liberdade, compromisso, tolerância e compartilhamento do poder.

E então veio o ato de heroísmo em massa de domingo. Pela Internet e em entrevistas, os iraquianos tentaram transmitir a sensação tátil de sua nova migração para a normalidade.

“Todas as pessoas compreenderam que não estavam lutando sozinhas nesta batalha”, escreveu um eleitor. “Fui marcar meu dedo com tinta. Mergulhei-o tão profundamente como se estivesse furando os olhos de todos os tiranos do mundo.”

Orgulhosamente, eles descreviam sua própria libertação, tornando-se eles mesmos, finalmente, os iniciadores de sua própria vida.

A jornada para sair de onde essas pessoas estavam não terá sido um tiro certo, que possamos compreender prontamente. Em Washington, senadores usam argumentos simplistas sobre a melhoria no treinamento de soldados iraquianos, tentando reduzir problemas de motivação a questões de técnica. Ted Kennedy pronunciou alegremente um discurso na semana passada insistindo em que os terroristas estão ganhando a guerra dos corações e mentes dos iraquianos. Brent Scowcroft

advertiu sobre uma guerra civil incipiente, denegrindo a capacidade dos iraquianos de administrar suas próprias tensões.

Na realidade, essas são pessoas que votaram correndo riscos muitíssimo maiores diante da morte do que nós o fazemos em face das inconveniências. Essas são pessoas que usaram a campanha eleitoral como um processo de terapia e auto-educação. E são pessoas que acabaram de construir o governo mais democrático no mundo árabe.

Certamente enfrentarão mais guerra, tensão e corrupção. Mas não voltaram do inferno de mãos vazias. Voltaram, sim, com os dedos manchados de tinta.

<http://txt.estado.com.br/editorias/2005/02/02/aberto002.html>

AMÉRICA

*Michael Ventura**

Não existe idéia mais incrustada no nosso caráter nacional do que a idéia de que os EUA são “Nº 1”, “o maior”. Nossos meios de comunicação são, em essência, propagandas contínuas da marca “América é Nº 1”. Qualquer candidato a cargo eletivo que dissesse o contrário cometeria suicídio político. De fato, qualquer pessoa que diga o contrário ganha o rótulo de “antiamericano”. Somos um “império”, não somos?

É claro que sim. Um império sem base industrial. Um império que precisa pedir à concorrência um empréstimo de US\$ 2 bilhões por dia para funcionar. Não obstante, o delírio é incurável. Somos nº 1. Bem, é neste país que vocês moram.

— Os EUA são o 49º país do mundo em alfabetização (*The New York Times*, 12/12/04).

— Os EUA ficaram em 28º lugar dentre 40 países em conhecimentos elementares de matemática (*NYT*, 12/12/04).

— Vinte por cento dos norte-americanos acham que o Sol gira ao redor da Terra. Dezesete

por cento acreditam que a Terra dá uma volta por dia ao redor do Sol (*The Week*, 7/1/05).

— “Segundo a International Adult Literacy Survey, os norte-americanos com menos de 9 anos de educação formal tiveram notas piores do que praticamente todos os outros países” (livro muitíssimo bem-documentado de Jeremy Rifkin, *The European Dream: How Europe's Vision of the Future Is Quietly Eclipsing the American Dream*, p. 78).

— Nossos trabalhadores são tão ignorantes e lhes faltam tantas habilidades elementares que as empresas norte-americanas gastam US\$ 30 bilhões por ano em treinamento suplementar (*NYT*, 12/12/04). Não é à toa que se mudam para outros países!

— “A União Européia está à frente dos EUA em número de pós-graduados em ciências e engenharia; despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D); e em levantamento de novas verbas” (*The European Dream*, p. 70).

— “A Europa ultrapassou os EUA em meados da década de 1990 na produção de literatura científica” (*The European Dream*, p.70).

— Não obstante, o Congresso cortou as verbas da National Science Foundation. A agência concederá mil bolsas a menos este ano (*NYT*, 21/12/04).

— O número de matrículas de estrangeiros nos cursos de pós-graduação dos EUA caiu 28% no ano passado. As matrículas de alunos estrangeiros em todos os níveis caíram pela primeira vez em três décadas, mas aumentou muito na Europa e na China. No ano passado, o número de pós-graduados chineses nos EUA caiu 56%, de indianos, 51%, e de sul-coreanos, 28% (*NYT*, 21/12/04). Não somos mais lugar para se viver.

— A OMS “classificou os países do mundo por desempenho geral na saúde, e os EUA [ficaram] em 37º lugar.” No tocante à equidade do sistema de saúde, estamos em 54º lugar.

— “A ironia é que os EUA gastam mais per capita na assistência médica do que qualquer outro país do mundo” (*The European Dream*, p. 79-80). Paga mais, obtém muito, muito menos.

* O autor é jornalista.

— “Os EUA e a África do Sul são os dois únicos países desenvolvidos do mundo que não oferecem assistência médica gratuita a todos os cidadãos” (*The European Dream*, p. 80). Com licença, mas desde quando a África do Sul é país “desenvolvido”? Enfim, é nesse tipo de companhia que andamos.

— A falta de cobertura de seguro-saúde é a causa de 18 mil mortes desnecessárias de norte-americanos por ano. (Seis vezes o número de pessoas mortas em 11/9.) (*NYT*, 12/12/05.)

— “A pobreza infantil nos EUA agora está em 22^a, isto é, em penúltimo lugar, entre os países desenvolvidos. Só ganha do México.” (*The European Dream*, p.81). Você esteve no México recentemente? Será que o país lhe parece “desenvolvido”? Contudo, é o único país “desenvolvido” com classificação inferior aos EUA em pobreza infantil.

— Doze milhões de famílias norte-americanas - 10% das residências - “continuam a lutar, e nem sempre com êxito, para se alimentar”. O número de famílias que “tinha membros que passavam fome em alguma época do ano passado” era 3,9 milhões (*NYT*, 22/11/04).

— Os EUA são o 41^o país do mundo em mortalidade infantil. Cuba está em melhor colocação (*NYT*, 12/1/05).

— Nos EUA, a probabilidade de morte de mulheres durante o parto é 70% maior do que na Europa (*NYT*, 12/12/05).

— A principal causa de morte de mulheres grávidas neste país é o homicídio (*CNN*, 14/12/04).

— “Dos 20 países mais desenvolvidos do mundo, os EUA ficaram em último lugar no índice de aumento de salários da sua força de trabalho na década de 1980. Na década de 1990, o índice médio de aumento aumentou muito pouco: 0,1% por ano”. (*The European Dream*, p. 39). Não obstante, os norte-americanos trabalham mais horas por ano do que qualquer país industrializado e têm férias mais curtas.

— “Sessenta e um por cento das 140 maiores empresas presentes nas classificações da *Glo-*

bal Fortune 500 são européias, ao passo que só 50 são norte-americanas” (*The European Dream*, p. 66). “Em pesquisa recente das cinquenta melhores empresas do mundo, realizada pela *Global Finance*, só uma era norte-americana.” (*The European Dream*, p. 69)

— “Quatorze dos vinte maiores bancos comerciais do mundo são hoje europeus. Na indústria química, a empresa européia Basf detém a liderança mundial e três das seis maiores do mundo são européias. As duas outras são japonesas. Nem uma única empresa de engenharia e construção dos EUA entre as nove maiores concorrentes do mundo. Em produtos alimentícios e de consumo, a Nestlé e a Unilever, duas gigantes européias, estão em primeiro e segundo lugares, respectivamente, no mundo. No comércio varejista de alimentos e medicamentos, duas empresas européias estão em primeiro e segundo lugares, e há cinco empresas européias entre as dez primeiras. Só há quatro empresas dos EUA na lista” (*The European Dream*, p. 68).

— Os EUA perderam 1,3 milhão de empregos para a China nos últimos dez anos (*CNN*, 12/1/05).

— Os empresários norte-americanos eliminaram 1 milhão de empregos em 2004 (*The Week*, 14/1/05).

— No ano passado, 3,6 milhões de norte-americanos perderam o seguro desemprego; 1,8 milhão - um a cada cinco - de desempregados já estão nessa situação há mais de seis meses (*NYT*, 9/1/05).

— Japão, China, Taiwan e Coreia do Sul detêm 40% da nossa dívida externa. (É por isso que somos simpáticos com eles.) “Ajudando a impedir o aumento dos índices de juros das hipotecas, a China passou a desempenhar um papel enorme e pouco percebido no sustento da explosão habitacional dos EUA” (*NYT*, 4/12/04). Leiamos duas vezes. Devemos a nossa explosão habitacional à China porque ela quer que continuemos a comprar tudo o que fabrica.

— No decorrer dos próximos dez anos, é provável que o Brasil ultrapasse os EUA e se tor-

ne o maior produtor agrícola do mundo. O Brasil é hoje o maior exportador mundial de frangos, suco de laranja, açúcar, café e tabaco. No ano passado, o Brasil ultrapassou os EUA na categoria de maior produtor de carne bovina do mundo. (Ouviram, seus caubozinhos iludidos?) Em consequência disso, enquanto batemos o recorde de déficits na balança comercial, o Brasil ostenta um superávit de US\$ 30 bilhões (NYT, 12/12/04).

— A partir de junho de 2004, os EUA importaram mais alimentos do que exportaram (NYT, 12/12/04).

— Bush: 62.027.582 votos. Kerry: 59.026.003 votos. Número de eleitores inscritos que não compareceram às urnas: 79.279.000 (NYT, 26/6/04). Isso é mais do que 1/3. Muito mais. Se mais de 1/3 dos iraquianos se abstiverem nas eleições de seu país, nenhum país do mundo vai achar que as eleições foram legítimas.

— Um terço das crianças norte-americanas é ilegítimo. Metade das crianças norte-americanas passará a infância em lar onde vive apenas um dos pais. (CNN, 10/12/04).

— “Os norte-americanos estão gastando mais em jogos de azar do que em cinema, vídeos, DVD, música e livros somados” (*The European Dream*, p. 28).

— “É de quase um para quatro a proporção de norte-americanos que [crê] ser aceitável o uso da violência para obter o que querem”. (*The European Dream*, p.32)

— Quarenta e três por cento dos norte-americanos acham que, às vezes, a tortura é justificada, segundo uma nova pesquisa da PWE (*Associated Press*, 19/8/04).

— “Quase novecentos mil crianças foram vítimas de abusos ou negligência em 2002, o último ano em que foram publicados esses dados” (*USA Today*, 21/12/04).

— “Segundo a International Association of Chiefs of Police, os cortes feitos pela administração [Bush] na verba federal para as agências

policiais locais deixaram o país mais vulnerável do que nunca” (*USA Today*, 17/11/04).

Nas mais importantes categorias, não mais estamos nem entre os 10 primeiros. Nem próximos. Os EUA não são “Nº 1” em nada além de armamentos, consumo e dívidas.

(De NY. Tradução de Jussara Simões)

DIPLOMACIA SEM RESPALDO

Antônio Sepúlveda

São inócuos os protestos do ministro Celso Amorim ante a proposta do francês Pascal Lamy de submeter a Amazônia a uma gestão global. A História ensina, com exemplos lapidares, que o mundo não costuma prestar atenção ao que dizem nações destituídas de um poder militar que lhe respalde os interesses e pretensões no cenário político-estratégico internacional. Nenhum silogismo diplomático, por melhor que seja, consegue prevalecer por si só; o argumento precisa ter, atrás de si, uma esquadra, divisões blindadas e coberturas de caças capazes de dissuadir imposições inadmissíveis. Sempre foi assim, desde muito antes das guerras púnicas; e pelo andar da carruagem, nada mudou no limiar do século XXI.

Isso é errado? É falta de bom senso? É inaceitável? É. Mas a vida é assim, a dura realidade é esta. Um país com muito a perder e sonhos de soberania sobre a própria riqueza precisa saber deter uma possível ameaça mediante a capacidade de infligir no agressor danos inaceitáveis, ainda que esse agressor disponha de um poder de fogo maior. Enfim, não se pode, irresponsavelmente, prescindir da segurança de um poder militar capaz de dissuadir a coerção em momentos críticos.

Como podemos então entender o nítido processo de depreciação das Forças Armadas e o aviltamento da qualidade de vida do pessoal militar perpetrado por este governo de Lula da Silva? Se a resposta for uma espécie de desforra de caráter

político, trata-se evidentemente de inominável estupidez, autoflagelação, quase suicídio. Os militares são o suporte de qualquer iniciativa para a consecução dos propósitos vitais de um Estado. Nenhuma nação jamais foi criada ou preservada ou eliminada sem a interferência de forças armadas que agiram ou reagiram em prol de algum objetivo político. A regularidade da trajetória humana mostra que a existência e a perspectiva de futuro de um país sempre dependeram, direta ou indiretamente, de seus marinheiros e soldados. Não adianta o Estado delinear estratégias e colimar ambiciosos objetivos nacionais, se for incapaz de sequer incluí-los na pauta das negociações internacionais.

O sucateamento das Forças Armadas do Brasil e a desmoralização sistemática dos seus componentes são, portanto, atitudes masoquistas e temerárias. Por falta de percepção geopolítica, com a eterna desculpa de outras prioridades que também nunca são atendidas, dissolve-se um patrimônio respeitável, fruto dos esforços de inúmeras gerações de planejadores vaticinantes e abnegados. A obtusidade deste governo de burocratas não enxerga o valor do adestramento, da capacidade de mobilização, da prontidão estratégica e, sobretudo, da elevação do moral da tropa. O Estado brasileiro é inchado e retrógrado; o governo mostra-se inepto e demagogo; não há liderança tangível; imperam a corrupção e o descaminho. O último bastião eram os hoje humilhados militares. A quem interessa este cenário?

O Sr. Lamy pode, sim, subestimar a capacitação brasileira, propor a adoção de regras de gestão coletiva para uma Amazônia internacional e requisitar a região como um "bem público mundial", porque ele não tem motivos para se preocupar com alguma reação nacional significativa além dos pitis, fricotes e faniquitos de airosos diplomatas. Celso Amorim acreditou que tinha condições de se aproveitar das declarações de Pascal Lamy para empurrar a candidatura do embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa para o posto máximo da Organização Mundial do Comércio. Ato contínuo, o nome do brasileiro foi cortado pela OMC; como quem

diz: cresça e apareça. Será que tratariam a China com tamanho desprezo? Pouco provável.

(Publicado no *Jornal do Brasil* em 27/04/2005)

A DIFUSÃO DA IGNORÂNCIA

Olavo de Carvalho

A proliferação de revistas de "divulgação científica" seria um benefício incalculável para o povo se elas não fossem escritas, em geral, por semi-intelectuais que melhor fariam em guardar para si suas idéias bobocas. Outro dia, vi numa dessas publicações uma reportagem que, com o ar triunfante de quem esmaga o obscurantismo religioso sob as patas soberanas da "ciência", explicava as curas miraculosas como efeitos da ativação de certas áreas cerebrais pela prece fervorosa, sem necessidade de mediação externa, divina, entre o pedido e a realização. Isso quer dizer que, se você pedisse o milagre a Baal, a Belzebu, ao Rei Momo, a São Lulinha ou até a São-Você-Mesmo, obteria idêntico resultado, contanto que chacoalhasse as áreas certas da sua massa cinzenta. Só que, alçado o cérebro às alturas dessa onipotência, os efeitos da mera auto-sugestão seriam indiscerníveis das curas pela fé religiosa e as igualariam ou superariam em número. E, se tamanha fosse a eficácia da auto-sugestão, ela simplesmente eliminaria a possibilidade de testar medicamentos pelo método duplo-cego com efeito placebo. Num relance, a pesquisa científica em medicina estaria abolida, e então não faria o menor sentido alegar sua autoridade contra as pretensões da religião ou até da superstição pura e simples. O autor da matéria nem de longe se dava conta dessa consequência imediata e incontornável do seu raciocínio. Pensar, definitivamente, não era o seu forte.

Com a mesma arrogância pueril com que investem contra a religião sem perceber que seu secularismo materialista não é uma ciência e sim apenas uma credence pseudo-religiosa, os professores de "ciência popular" se imaginam heróis li-

bertadores ao atacar os valores e símbolos nacionais, sem notar que com isso produzem apenas um estado de desorientação geral do qual as primeiras vítimas são eles próprios.

No último número da revista *Nossa História*, o professor Luis Felipe da Silva Neves declara que o desempenho do marechal Mascarenhas de Moraes no comando da FEB na Segunda Guerra Mundial “deixou muito a desejar para qualquer um que possua um mínimo de conhecimento de história militar”. A afirmativa atesta que, de fato, o professor Silva Neves possui esse conhecimento em dose mínima. Ele entende tanto de história militar quanto eu de criação de rouxinóis. O general Geraldo Luiz Nery da Silva, coordenador do projeto de História Oral do Exército, já lhe respondeu em carta à revista:

“Há dezenas de fontes primárias valiosas que mostram o erro palmar em que incorreu o professor Luis Felipe nos comentários sobre a figura de Mascarenhas de Moraes. Como coordenador e entrevistador do Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, ouvi, pessoalmente, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, mais de cem colaboradores, civis e militares, entre os 180 ex-combatentes entrevistados em todo o Brasil, não havendo em nenhuma entrevista qualquer referência negativa, por menor que seja, ao comandante da FEB e da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária.”

Se o comandante da FEB fosse tão ruim quanto a revista diz, ao menos dois ou três dentre aqueles 180 soldados deveriam ter percebido isso antes do professor Silva Neves. Mas o testemunho deles coincide em gênero, número e grau com o do general Carlos de Meira Mattos, que assessorou o marechal durante toda a Campanha da Itália, como membro de seu estado-maior e atesta “a sua capacidade de comando e sua invulgar dignidade”. Este coincide por sua vez com o dos comandantes operacionais a que então Mascarenhas estava submetido, os generais Clark, Truscott e Crittenger. Uai, se um chefe militar é aprovado por seus comandados, por seus comandantes e pelo seu esta-

do-maior, a quem mais ele deveria satisfações quanto ao seu desempenho? Aos iluminados acadêmicos? Aliás, como poderia esse desempenho ter sido melhor? Mascarenhas obteve no campo de batalha o máximo que um comandante pode alcançar: a vitória. E a vitória em condições precaríssimas, nas quais milhões de Silvas Neves não saberiam senão chorar e chamar a mamãe.

(Transcrito de *Zero Hora* em 03.05.2005)

O VALOR MILITAR DO GENERAL MASCARENHAS DE MORAES NO TEATRO DE OPERAÇÕES DA ITÁLIA

*Geraldo Luiz Nery da Silva**

“Trabalhei com o General Mascarenhas durante toda a guerra. Sempre vi nele uma pessoa capaz, compreensiva e um comandante que conhecia o significado da palavra liderança.”

(Gen Mark Clark - Comandante do V Ex. norte-americano no TO da Itália)

A primeira grande consideração a ser feita é que Mascarenhas, como comandante de Divisão, demonstrou que sua larga visão ultrapassava o campo tático e chegava ao campo da estratégia. A sua criativa e oportuna decisão de dar todos os meios motorizados disponíveis ao deslocamento da Infantaria, após a conquista de Montese - ocorrida entre 14 e 17 de abril de 1945 -, inclusive as viaturas da Artilharia, para impedir o retraimento alemão e cercá-lo no vale do Rio Pó (manobra de Collecchio e Fornovo), abreviou a guerra no TO italiano, com a rendição da 148ª DI alemã (General Otto Freter Pico) e de uma Divisão italiana (General Mario Carloni).

Este fato, por si só, ora narrado sinteticamente, demonstra que Mascarenhas, por dever de justi-

* O autor é General-de-Brigada e Coordenador Regional do Projeto História Oral do Exército.

ça, merece ser visto, inclusive, como estrategista de escol, apesar de avesso a arrebatamentos. Praticamente, esgota este assunto a entrevista (Tomo 1 - p. 189 e 190, Coletânea de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial), do Coronel Francisco Ruas Santos, Capitão Comandante da Companhia de Serviços/11ª RI/FEB (encarregado do apoio logístico ao Regimento) e brilhante professor de História Militar da AMAN, do qual tive a honra de ter sido aluno quando cadete. Mostra Ruas Santos, com a ênfase e a segurança que lhe são peculiares, a influência decisiva de Mascarenhas de Moraes no êxito obtido pela tropa brasileira na fase do Aproveitamento do Êxito e da Perseguição. Senão vejamos:

"Sobre as operações desenvolvidas pela FEB, na Campanha da Itália, gostaria de destacar a vitória de Collecchio-Fornovo. Ela foi obtida graças a uma decisão pessoal do General Mascarenhas de Moraes, decisão pessoal, torno a frisar, e de 'risco calculado'. Como precisava dar velocidade à Infantaria que não era motorizada, ele correu o risco de colocar a sua Artilharia 'a pé'. Essa providência deu condições à nossa tropa de surpreender uma divisão alemã em retirada, cuja missão seria participar de uma contra-ofensiva, a partir do vale do Rio Pó. Toda aquela montagem executada pelos alemães para retardar ou até, talvez, derrotar a ofensiva aliada foi por 'água abaixo'. Eles acabaram reconhecendo que não poderiam realizar aquela contra-ofensiva e se entregaram, no dia 2 de maio, uma semana antes da sua derrota final.

A vitória obtida em Collecchio-Fornovo foi o fato mais impressionante na campanha da nossa Força. Isso demonstrou que a FEB tinha, realmente, alcançado um estágio igual ao de uma tropa de elite, e o General Mascarenhas, ao tomar uma decisão de "risco calculado", sabia o que estava fazendo. A sua operação foi, plenamente, vitoriosa. Isso é, de certo modo, ignorado por aqueles que deveriam saber a verdade das coisas.

A nossa história está repleta de estereótipos. Com relação à FEB, existem alguns, mas a verdade

e a justiça têm de aparecer um dia, através da pesquisa. Vejamos o exemplo da guerra holandesa. Somente através da investigação fiquei sabendo que ela também ocorrera na Amazônia, onde, aliás, os holandeses tinham uma grande vantagem: possuíam uma base na Guiana para operar na região. Foram derrotados pelos portugueses e pelos nossos combatentes, não se fixando na área. Portanto, a guerra holandesa ocorreu no Nordeste e na Amazônia, mas o estereótipo nos conduz à guerra holandesa do Nordeste. Temos de acabar com isso.

Na história da FEB, os estereótipos são: Montese, Monte Castelo e outros. Mesmo que não tivéssemos conquistado Monte Castelo, a guerra seguiria seu curso normal, mas ao realizarmos aquela ofensiva com a Infantaria, motorizada pela decisão do General Mascarenhas, nós apressamos o fim da guerra na Itália e evitamos um desfecho desfavorável. É preciso sair da estereotipagem e exaltar a vitória de Collecchio-Fornovo, que foi uma excepcional vitória estratégica da FEB - enquanto Montese e Monte Castelo foram vitórias táticas. Normalmente, uma Divisão de Infantaria não faz estratégia, mas a nossa fez. O General João Baptista Mascarenhas de Moraes é o responsável direto por essa conquista, uma das mais significativas vitórias da Força Terrestre Brasileira. Isto precisa ficar bem claro. Cumpre sair da estereotipagem e exaltar essa vitória de nossa Força Expedicionária. História é "Verdade e Justiça", já dizia o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há cerca de cem anos. No caso, a justiça é devida, principalmente, ao General Mascarenhas de Moraes, hoje, por uma justa homenagem, Marechal.

Releva citar, nestas considerações, a palavra categorizada sobre o Marechal Mascarenhas de Moraes que é a do seu principal biógrafo, General Carlos de Meira Mattos, autor do livro *O Marechal Mascarenhas de Moraes e sua Época*, em dois volumes, trabalho de quem conheceu o Marechal bem de perto, sobretudo na Campanha da Itália.

O renomado General Meira Mattos pertence ao pequeno grupo de colaboradores diretos

do marechal na elaboração de seu livro *A FEB pelo seu Comandante*, tendo sido também por ele distinguido para prefaciar o seu livro, em dois volumes, sob o título *Marechal Mascarenhas de Moraes – Memórias*, que é um depoimento histórico, escrito no estilo simples e austero que sempre caracterizou a personalidade imutável do ilustre comandante da FEB.

“Não basta para recomendar, sobretudo em termos de autenticidade, a reconhecida capacidade que o General Meira Mattos tem para escrever a biografia de uma personalidade que se inseriu



O General Mascarenhas em seu Posto de Observação durante as operações sobre Monte Castelo

com tanta projeção na História do Brasil. O que é mais relevante e dá mais autoridade a quem se propõe a sintetizar uma vida tão densa e tão fecunda é bem conhecê-la, de ciência própria”. E esse aspecto também credencia Meira Mattos para ser o biógrafo do marechal.

Para apresentar a palavra de Meira Mattos sobre Mascarenhas, escolhi, entre os livros, prefácios e artigos que ele escreveu, o último parágrafo de sua brilhante entrevista para a História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial – Tomo 1, p. 80 em que diz, com muita sinceridade e ponderação: “Concluindo meu depoimento, gostaria de afirmar que a atuação da Força Expedicionária Brasileira foi, indiscutivelmente, uma consagração. Ela lutou e venceu. Cometeu falhas e teve de aprender na dureza do combate, mas toda força

incorre em erros. Soube enfrentar as dificuldades e superá-las, como mostra o resultado consagrador de uma campanha vitoriosa.”

Tivemos a sorte de sermos comandados pelo então General João Baptista Mascarenhas de Moraes. Não havia um comandante mais adequado para a Força Expedicionária Brasileira. Porque aconteceu que precisamos nos enquadrar num dispositivo militar muito grande e não adiantava ter gente de arroubos. Estávamos num conjunto de 24 divisões atuando no Teatro de Operações, e cada uma recebia um pedacinho da missão que vinha dos escalões superiores. Essa era a realidade, e não adiantava, até a fase do Aproveitamento do Êxito, você achar que era um grande estrategista ou um grande tático, porque você tinha de atacar Monte Castelo, no dia e hora determinados, que precisavam ser respeitados pelo reflexo que traziam em outra operação, cujo desencadeamento, por sua vez, influiria numa terceira e, assim, sucessivamente. Entendo que a grande qualidade do Gen Mascarenhas de Moraes foi a seriedade, e os comandos norte-americanos logo viram que estavam tratando com uma pessoa íntegra, de palavra, na qual podiam confiar. Ele conduziu muito bem a tropa, sem arroubos e exageros, com uma disciplina férrea.

Por tudo isso, Mascarenhas deixou o Teatro de Operações da Itália admirado e respeitado por todos os generais aliados que com ele lidaram por força de suas funções, reconhecimento que também obteve de seus subordinados sem exceção.

Ainda para corroborar a versão histórica consagrada de Mascarenhas, devo ressaltar que ouvi, pessoalmente, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, como Coordenador e Entrevistador do Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial, mais de cem colaboradores, civis e militares, entre os 180 ex-combatentes entrevistados em todo o Brasil, não havendo em nenhuma entrevista qualquer referência a respeito do comandante da FEB e da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) que não tenha contribuído para imortalizá-lo definitivamente. ●



**Atualize os seus conhecimentos por
intermédio da Biblioteca do Exército,
a preços nunca vistos!**

PEDIDO DE ASSINATURA

Faça seu pedido!

COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

- ☐ à vista – R\$ 210,00
☐ 02 vezes – R\$ 105,00 (válido até 20 Set)
☐ 03 vezes – R\$ 70,00 (válido até 20 Ago)
☐ 05 vezes – R\$ 42,00 (válido até 20 Jun)

REVISTAS

- ☐ Exército Brasileiro – R\$ 40,00 (à vista)
☐ A Defesa Nacional – R\$ 40,00 (à vista)
☐ Ciência & Tecnologia – R\$ 40,00 (à vista)

Para efetuar sua assinatura envie cheque-correio ou vale postal, nominal à "Defesa Nacional" ou deposite o valor na conta 380011-3, agência 2496-1 do Banco do Brasil

PARA MILITARES DO EXÉRCITO (Ativa e Reserva)

1 – Coleção General Benício

O desconto em folha poderá ser em até 12 (doze) vezes, se iniciado em janeiro, caso contrário, os descontos serão efetuados nos meses subsequentes com os valores abaixo:

Veze	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2
Valor	R\$ 17,50	R\$ 19,09	R\$ 21,00	R\$ 23,33	R\$ 26,25	R\$ 30,00	R\$ 35,00	R\$ 42,00	R\$ 52,50	R\$ 70,00	R\$ 105,00
Mês pg	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov

2 – Revistas

Desconto único na efetivação da assinatura

Obs: Os pedidos de exclusão do **Quadro de Assinantes** poderão ser enviados até 31 de dezembro do ano em curso, sendo efetivados apenas no ano seguinte.

Informamos, ainda, que a renovação anual é automática no mês de janeiro dos anos subsequentes.

Dados Cadastrais

Nome completo

CPF		Data de nascimento	
Endereço		Bairro	
Cidade	UF	CEP	
Tel	Fax	E-mail	

Militares

Ativa <input type="checkbox"/>	Reserva <input type="checkbox"/>	Desconto em folha	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
Prec-CP	Posto/Grad	OM/SIP		

Assinatura: _____ de _____ de _____

Identidade: _____

Recorte e preencha este PEDIDO DE ASSINATURA, e envie para a Biblioteca do Exército.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO

Palácio Duque de Caxias – Praça Duque de Caxias, 25, Ala Marcílio Dias – 3º andar – CEP 20221-260 – Rio de Janeiro, RJ.

Assinaturas 0800 238365 (grátis) ou (21) 2519-5715 – Fax (21) 2519-5569 – E-mail: bibllex@ism.com.br

impressão

Sempre uma alternativa viável,
dimensionada às suas necessidades.



SERMOGRAF
artes gráficas e editora Ltda.

Ligue e comprove a diferença.

24 2237 3769



Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço
dos ideais, dos valores e das
necessidades da cultura
militar brasileira.